

ESPAÇO DE LAZER ACESSÍVEL - UMA INTERVENÇÃO NO PARQUE DO FLAMENGO



Dissertação de Mestrado

Luciana Bernardes Secron

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ESPAÇO DE LAZER INFANTIL ACESSÍVEL –
UMA INTERVENÇÃO NO PARQUE DO FLAMENGO

LUCIANA BERNARDES SECRON



UFRJ

ESPAÇO DE LAZER INFANTIL ACESSÍVEL –
UMA INTERVENÇÃO NO PARQUE DO FLAMENGO

Luciana Bernardes Secron

Dissertação de Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Projeto e Patrimônio.

Orientadora: Prof. Dr. Cristiane Rose de Siqueira Duarte

Rio de Janeiro
Setembro/2019


ESPAÇO DE LAZER INFANTIL ACESSÍVEL –
UMA INTERVENÇÃO NO PARQUE DO FLAMENGO

Luciana Bernardes Secron

Orientadora: Cristiane Rose de Siqueira Duarte, Dra.

Dissertação de Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Projeto e Patrimônio.

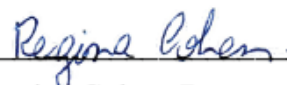
Examinada por:




Cristiane Rose de Siqueira Duarte, Dra. (Orientadora)



Virgínia Vasconcellos, Dra.



Regina Cohen, Dra.



Sandra Branco Soares, Dra.

Rio de Janeiro
Setembro / 2019

FICHA CATALOGRÁFICA

Secron, Luciana Bernardes.

Espaço de Lazer Acessível - uma intervenção no Parque do Flamengo. - Rio de Janeiro: UFRJ/ FAU, 2019.

xiv, 123f.: il.; 31 cm.

Orientadora: Cristiane Rose de Siqueira Duarte

Dissertação (mestrado profissional em projeto e patrimônio) – UFRJ/ PROARQ/ Programa de Pós-graduação em Arquitetura, 2019.

Referências Bibliográficas: f. 118-122.

1. Parque do Flamengo. 2. Lazer Infantil. 3. Acessibilidade. 4. Patrimônio Arquitetônico e Paisagístico Organizacional. I. Duarte, Cristiane, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação em Arquitetura. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família querida, que sempre me apoiou e deu suporte para que pudesse realizar o curso de Mestrado, um desejo profissional antigo que só consegui alcançar muito tempo depois de formada.

Um agradecimento especial à Cristiane Duarte que me orientou neste projeto de pesquisa. Muito obrigada, pela gentileza com que conduziu esse trabalho, por ter me recebido com carinho e por ter compartilhado seu conhecimento e suas experiências. Obrigada por me apresentar um lado mais sensível no planejamento dos projetos de arquitetura. Levarei essa experiência para minha vida profissional.

Agradeço às participantes da Banca: Regina Cohen, Virgínia Vasconcelos e Sandra Branco, por terem aceitado esse convite e pela contribuição de seus apontamentos para esta Dissertação. Regina Cohen, agradeço seu apoio e os contatos que me apresentou.

Aos professores do PROARQ e secretárias, agradeço toda atenção e ensinamentos adquiridos ao longo do curso.

Ao grupo LASC, agradeço a acolhida e o imenso aprendizado que trocamos em nossos encontros.

Agradeço à Laninha, do grupo AMAREDUCA, que abraçou o projeto e deu todo o suporte para as pesquisas de campo com suas amadas crianças.

Aos meus amigos de turma, sou muito grata pela convivência que tivemos, pela troca de conhecimento, pela ajuda nos momentos de sufoco e, principalmente, pela amizade que compartilhamos. Já sinto saudades de todos vocês.

Gratidão a cada um que fez parte desse projeto.

RESUMO

Este estudo apresenta uma proposta acerca da necessidade de tornar um bem cultural acessível à sociedade como um todo, sem segregações, sustentando a importância da inclusão de crianças com deficiência em espaços públicos de lazer infantil.

O projeto tem como estudo de caso o Parque das Crianças, uma área de lazer infantil localizada no Parque do Flamengo, que é um espaço público tombado, reconhecido pela população, repleto de opções de atividades de lazer e que ainda representa parte do sítio do Patrimônio Mundial da Paisagem Cultural da cidade do Rio de Janeiro. Contudo, ainda não apresenta um espaço inclusivo para o público infantil, um direito de todos.

A proposta desenvolvida tem, portanto, o objetivo de possibilitar o usufruto desse bem cultural a todos os cidadãos, a fim de que ele cumpra o papel social que todo o espaço público deve oferecer. O projeto apresenta uma intervenção arquitetônica acessível e sensível, propondo novos usos de lazer para o parque, que podem valorizar a utilização do espaço e fortalecer os vínculos de identidade da criança com o lugar, preservando seus elementos arquitetônicos e paisagísticos.

A partir deste projeto, espera-se poder subsidiar propostas de intervenções acessíveis em espaços públicos de lazer, que possam ser realizadas não apenas em bens tombados mas em toda a cidade.

Palavras- chave: lazer infantil, acessibilidade, Parque do Flamengo, patrimônio arquitetônico e paisagístico

ABSTRACT

The following study presents a proposal about the necessity to make a cultural asset accessible to society as a whole, without segregation, supporting the importance of the inclusion of children with physical or sensory disabilities in public spaces for children's leisure.

The project has as a case study the Children's Park, a play area for kids located in the Flamengo Park, which is a heritage-listed public space, recognized by the population, full of options for leisure activities and which still represents part of the site of World Heritage of Cultural Landscape of the city of Rio de Janeiro. However, it does not yet have an inclusive space for children, which is everyone's right.

The developed proposal, therefore, aims to enable the enjoyment of this cultural asset to all citizens, in order for it to fulfill the social role that all public spaces must offer. The project presents an accessible and sensitive architectural intervention, proposing new recreational uses for the park, which may add value to the use of space and strengthen the child's identity links with the place, preserving its architectural and landscape elements.

As a result from this project, we hope to be able to subsidize proposals for accessible interventions in public leisure spaces, which may be carried out not only on designated heritage assets but throughout the entire city.

Keywords: children's leisure, accessibility, Flamengo Park, architectural and landscape heritage

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – CONCEITUAÇÃO	5
1.1 - Patrimônio arquitetônico – o valor do uso dos bens culturais para sua preservação	5
1.2 - Acessibilidade e Acessibilidade Emocional	9
1.2.1 - Conceito de Acessibilidade	9
1.2.2 - Leis e Normas	11
1.3 - Ambiência	16
1.4 - A importância do lazer na infância e a formação de vínculos sociais	17
CAPÍTULO 2 – O PARQUE DO FLAMENGO E O ESPAÇO DO PARQUE DAS CRIANÇAS	20
2.1 - Localização e Histórico	20
2.2 - Contextualizando o estudo de caso	38
2.3 - Considerações sobre o entorno	46
2.4 – Setorização do Parque	49
CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA APLICADA	50
3.1 - Pesquisa de cunho Etnográfico	50
3.2 - Método dos Percursos Comentados	51
3.3 - Mapeamento das Manifestações	53
3.4 - Metodologia Aplicada	53
3.5 - Recorte social da pesquisa	57
CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DE DIAGNÓSTICO	59
4.1 - Percepções sensíveis	59
4.2 - Mapeamentos de campo	68
CAPÍTULO 5 – PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	80
5.1 - Referências Projetuais	80
5.2 - Diretrizes de Projeto	86

5.3 - Projeto Conceitual	87
5.4 - Anteprojeto	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	118
APÊNDICES	123

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa de localização no país	20
Figura 2	Mapa de localização no estado	20
Figura 3	Mapa de localização no bairro	20
Figura 4	Mapa de localização no Parque do Flamengo	20
Figura 5	Vista aérea do Parque do Flamengo	21
Figura 6	Imagens do Parque	22
Figura 7	Demarcação do Parque do Flamengo e o Parque Infantil	23
Figura 8	Morro de Santo Antônio em 1650	24
Figura 9	Morro de Santo Antônio em 1873	24
Figura 10	Imagens do Aterro no início da década de 1960	25
Figura 11	Imagens do Aterro no início da década de 1960	25
Figura 12	Affonso Eduardo Reidy	25
Figura 13	Projetos de alinhamento desenvolvidos por Reidy	25
Figura 14	Praia do Flamengo 1959	27
Figura 15	Desenho de Burle Marx para o Parque do Flamengo	27
Figura 16	Perspectiva do parque, Burle Marx e Associados	28
Figura 17	Identificação dos trechos	28
Figura 18	Imagens do Parque do Flamengo anos 1960	29
Figura 19	Planta tombada	30
Figura 20	Pavilhão Japonês, anos 2000	32
Figura 21	Acesso, anos 2000	33
Figura 22	Aldeia das Meninas, anos 2000	33
Figura 23	Quadra de gateball, anos 2000	33
Figura 24	Quadras, anos 2000	33
Figura 25	Área de brinquedos, anos 2000	34
Figura 26	Planta Baixa do Pavilhão Japonês	34
Figura 27	Projeto de autoria da arquiteta Maria Laura Osser para a Aldeia das Meninas, atual Cidade das Crianças	35
Figura 28	Planta comentada com projeto de intervenção para o Parque Infantil	36
Figura 29	Ofício do governador solicitando o tombamento	37

Figura 30	Vista aérea do Parque das Crianças	38
Figura 31	Vista do Pavilhão e área deserta com estacionamento	39
Figura 32	Vista do Pavilhão e animais	39
Figura 33	Pavilhão em finais de semana e feriados	40
Figura 34	Pavilhão em dia útil	40
Figura 35	Espaço brinquedos, domingo	41
Figura 36	Espaço brinquedos, quinta-feira	41
Figura 37	Espaço quadras, sábado	41
Figura 38	Espaço quadras, quinta-feira	41
Figura 39	Cidade das Crianças, feriado	42
Figura 40	Cidade das Crianças, sábado	42
Figura 41	Escorrega Playground feriado	42
Figura 42	Escorrega Playground sábado	42
Figura 43	Quiosque, feriado	43
Figura 44	Espaço livre, feriado	43
Figura 45	Estacionamento atual, sábado	43
Figura 46	Mapeamento de uso	44
Figura 47	Análise tipológica e morfológica	45
Figura 48	Mapa de zoneamento do entorno do Parque	47
Figura 49	Mapa da paisagem cultural urbana	47
Figura 50	Mapa de análise do entorno imediato	48
Figura 51	Cortes de análise do entorno imediato	49
Figura 52	Setorização do Parque	49
Figura 53	Quadro sinóptico	52
Figura 54	Avaliação emojis	54
Figura 55	Mapa de atividades propostas	55
Figura 56	Mapa do percurso	56
Figura 57	Avaliação emojis com cores para mapeamento	60
Figura 58	Mapa de atividades propostas com cores para mapeamento	60
Figura 59	Brincadeiras nos espaços, grupo 1	61
Figura 60	Avaliação emojis, grupo 2	61

Figura 61	Problemas de acessibilidade na circulação e brinquedos, grupo 2	63
Figura 62	Brinquedos não acessíveis e criança interagindo, grupo 2	64
Figura 63	Desenhos das percepções, grupo 1 e 2	64
Figura 64	Desenhos das percepções desenvolvidos pelas crianças	66
Figura 65	Mapa de avaliação das percepções	68
Figura 66	Resultado mapa de avaliação das percepções	71
Figura 67	Mapa de resultado das atividades propostas	73
Figura 68	Mapa de resultado das atividades propostas	76
Figura 69	Planta baixa do jardim sensorial	81
Figura 70	Perspectiva do jardim sensorial	81
Figura 71	Imagens do jardim sensorial	82
Figura 72	Planta de situação do Parque Magical Bridge	83
Figura 73	Planta baixa do Parque Magical Bridge	84
Figura 74	Imagens do Parque Magical Bridge	85
Figura 75	Planta de setorização preliminar	88
Figura 76	Corte longitudinal esquemático	89
Figura 77	Corte transversal esquemático	89
Figura 78	Instalações interativas e sensoriais	91
Figura 79	Proposta espaço chafariz	92
Figura 80	Planta de implantação conceitual	93
Figura 81	Planta de implantação com referências	94
Figura 82	Planta geral do Parque	96
Figura 83	Acesso Principal	97
Figura 84	Totem	98
Figura 85	Cobertura / Espaço Multiuso	99
Figura 86	Sanitários acessíveis no Pavilhão	100
Figura 87	Montanha Interativa	101
Figura 88	Montanha Interativa acessível	102
Figura 89	Equipamentos e lazer acessíveis	102
Figura 90	Espaço Patinação	103
Figura 91	Espaço Interativo e Chafariz	104

Figura 92	Espaço Sonoro	105
Figura 93	Espaço Deck / Alimentação	106
Figura 94	Cidade das Crianças	107
Figura 95	Playground	108
Figura 96	Rampa e sanitário	109
Figura 97	Espaço livre e estacionamento reversível	110
Figura 98	Espaço Chafariz	111
Figura 99	Espaço Sensorial	112

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Planilha de dados	57
Quadro 2	Comentários dos participantes	62

Introdução

Este estudo apresenta o projeto desenvolvido no Curso de Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio, realizado no PROARQ/FAU/UFRJ¹. O projeto tem como estudo de caso o Parque das Crianças, uma área de lazer infantil localizada no Parque do Flamengo, situado na Cidade do Rio de Janeiro. Neste trabalho é apresentada uma proposta acerca da necessidade de adequar um bem cultural à sociedade como um todo, sem segregações, sustentando a importância da inclusão de crianças com deficiência em espaços públicos de lazer infantil.

O Parque do Flamengo é um espaço público, considerado o maior parque urbano do mundo à beira mar. Seu projeto arquitetônico e paisagístico representa um marco na arquitetura brasileira e na história das grandes transformações urbanísticas do Rio de Janeiro. Apresenta um grande valor patrimonial reconhecido pela população como obra e espaço de lazer. Seu reconhecimento foi efetivado legalmente pelos processos de tombamento do parque e pela legislação. Além desses aspectos, devido ao seu valor no contexto da paisagem carioca, também representa parte do sítio do Patrimônio Mundial da UNESCO² da Paisagem Cultural da Cidade do Rio de Janeiro, título concedido à Cidade, em 2012. Apesar de todos esses atributos, ainda não apresenta um espaço de lazer inclusivo para o público infantil.

Embora a lei brasileira garanta os direitos de acesso aos bens culturais e de lazer públicos, este nem sempre é respeitado, excluindo as pessoas com deficiência. Em se tratando de um espaço como esse que ainda é tombado, conforme o estudo de caso, essa situação de exclusão pode se agravar, pelo fato das ações de intervenção em prol da acessibilidade, encontrarem barreiras nas leis de proteção.

A proposta desenvolvida busca, portanto, possibilitar o uso do bem cultural a todos os cidadãos, a fim de que ele cumpra o papel social que o espaço público deve desempenhar.

As diretrizes de intervenção do projeto visam seguir os princípios do desenho universal, sem pré-determinação de percursos ou disponibilização de equipamentos específicos para serem usados pelas crianças com deficiência, trata-se de um projeto onde o indivíduo escolhe seu percurso e pode experimentar o espaço de forma plena

¹ PROARQ/FAU/UFRJ: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura / Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / Universidade Federal do Rio de Janeiro.

² UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

independente de suas dificuldades.

De acordo com Duarte e Cohen (2018), considerando que ainda que um espaço atenda a todas as questões normativas de acessibilidade, incluindo as premissas do Desenho Universal, se não for levada em consideração no projeto a empatia espacial, nem sempre este será capaz de oferecer condições agradáveis de experiência do Lugar³.

Nesse sentido, a acessibilidade tratada no projeto é ampliada com um olhar mais sensível na relação do indivíduo com o espaço, buscando fortalecer as questões emocionais e afetivas. Além do atendimento legal da acessibilidade, busca-se proporcionar uma ambiência agradável e acolhedora, despertando a empatia do indivíduo com o parque.

Com base no conceito da Acessibilidade Emocional (Duarte e Cohen 2012), propõe-se um projeto de intervenção arquitetônica acessível e sensível, com novos usos de lazer para o parque, preservando seus elementos arquitetônicos e paisagísticos, para que possam valorizar a utilização do espaço e fortalecer os vínculos de identidade da criança com o lugar.

A pesquisa que levou ao desenvolvimento do projeto conceituou-se nos aspectos da acessibilidade, da acessibilidade emocional, da ambiência, da importância do lazer na infância e das questões patrimoniais que envolvem a área do estudo.

Como recursos metodológicos para o desenvolvimento do projeto, foram utilizados os estudos desenvolvidos ao longo do Curso de Mestrado, assim como pesquisas bibliográficas e pesquisas em campo.

Com uma abordagem qualitativa utilizou-se como referência, a metodologia dos Percursos Comentados, desenvolvida por Jean Paul Thibaud, tendo como objetivo principal entender as percepções do usuário. No caso do estudo, compreender as necessidades de uso da criança com o parque, principalmente pela questão da acessibilidade.

Foram usadas também ferramentas metodológicas etnotopográficas tais como o Mapeamento das Manifestações e os croquis de campo com o propósito de entender a

³Neste estudo, Lugar segue uma abordagem de Yi Fu Tuan (1983), que entende o lugar como uma área que foi apropriada afetivamente. Essa apropriação transforma um espaço indiferente em lugar.

percepção do ambiente pela visão dos usuários e não somente pela visão técnica. Após a aplicação da metodologia foram estudadas diretrizes projetuais de intervenção que fundamentaram o projeto de arquitetura. Essa abordagem possibilitou representar graficamente os resultados das percepções do usuário em relação ao espaço.

Ainda para dar suporte ao trabalho, o levantamento fotográfico e de caderno de campo apoiaram a pesquisa.

Para o alcance dos objetivos desta Dissertação, o trabalho está dividido em cinco capítulos.

No capítulo I, são apresentados os conceitos e fundamentos que embasam as discussões, a saber:

1) O valor do uso do bem cultural para sua preservação.

O conceito do valor de uso é posto em discussão pois o estudo é uma proposta de intervenção em um bem cultural, que apresenta uma problemática em relação ao uso atual devido a aspectos de abandono apontados na pesquisa.

2) O conceito de Acessibilidade e Acessibilidade Emocional.

Estes conceitos são fundamentos para as diretrizes da proposta do projeto de intervenção, pois se pretende implantar um projeto acessível com base nas premissas do desenho universal, despertando um olhar sensível e emocional para com o objeto de estudo.

As Leis e Normas de Acessibilidade são aplicadas como fundamentos e diretrizes legais para intervenção

3) Conceitos de Ambiência

Por meio do conceito de ambiência visamos compreender as características da ambiência do parque, os aspectos que causam repulsa e os que acolhem. Dessa forma, propor diretrizes que possam gerar empatia espacial do usuário com o ambiente.

4) A importância do lazer na infância e a formação de vínculos sociais.

A partir do resgate dos valores da concepção original do Parque Infantil, que caracterizou este espaço de lazer como um lugar onde a criança pudesse desenvolver suas habilidades cognitivas, motoras, sensíveis e sociais, o projeto destaca a importância do lazer nessas relações que se desenvolvem na infância.

No capítulo II é apresentado o estudo de caso. Neste, o estudo é contextualizado

em suas relações com o entorno. Parte de uma análise em grande escala: o Parque em relação ao contexto da Paisagem Cultural da Cidade até sua relação com o entorno imediato

No capítulo III são apresentados os métodos e ferramentas metodológicas que foram empregados na pesquisa. Neste capítulo relatamos as pesquisas de campo realizadas e as adaptações que respondem a algumas necessidades que foram emergindo ao longo da pesquisa de campo. A metodologia aplicada em campo teve atenção de considerar a aplicação de métodos que contemplassem as dinâmicas e pudessem ser realizadas com grupos de crianças.

No capítulo IV são tecidas considerações, laudos e diagnósticos a partir do estudo empírico sob a luz dos conceitos estudados.

No capítulo V é apresentado o projeto de intervenção no Parque, onde fornecemos nossa visão sobre a forma pela qual o espaço poderia ser resolvido para atender às necessidades diagnosticadas.

Por fim, as conclusões farão uma avaliação das propostas visando o estabelecimento de diretrizes para possíveis intervenções em parques públicos voltados para o lazer infantil.

Contribuição da Pesquisa

Como resultado da pesquisa, espera-se que o projeto possa contribuir como referência para a implantação de projetos acessíveis em áreas de lazer. Além disso, apresentar a importância do olhar mais sensível para o projeto de intervenção nos bens culturais.

Capítulo 1 – Conceituação

1.1 - Patrimônio arquitetônico – o valor do uso dos bens culturais para sua preservação

Conceituado pela Constituição Brasileira de 1988, o artigo 216º define o patrimônio cultural como os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

A preservação desse patrimônio é de extrema importância, pois representa a riqueza cultural de um povo que, preservada, irá perpetuar a memória e participar da construção identitária para as futuras gerações.

Beatriz Kull (2010, p.5), aponta como razões atuais de preservação do patrimônio, as questões culturais, científicas e éticas. São levados em consideração não só os aspectos documentais, simbólicos e memoriais, são considerados também o conhecimento e o direito das futuras gerações terem conhecimento desses bens como suporte da memória.

No caso do bem cultural arquitetônico, teóricos apresentam opiniões semelhantes quanto ao papel do uso na preservação. Segundo CHOAY (2001, p.230), “A arquitetura é a única, entre as artes maiores, cujo uso faz parte de sua essência e mantém uma relação complexa com suas finalidades estética e simbólica”. Dessa maneira, consegue unir as ligações emocionais de identidade com o bem e de funcionalidade necessárias para seu uso.

Para CARSALATE (2011, p.3), “a arquitetura é uma arte que se faz em função do uso e é feita para servir e materializar as sociedades”. Portanto precisa ter essa propriedade de uso mantida para sobreviver ao tempo. Afirma que tanto o edifício quanto a cidade e a paisagem, estão em constante mutação, diferente de um quadro ou uma escultura. Ou seja, por ser um elemento vivenciado pelas pessoas, o uso está intrínseco em sua existência.

Cyro Lyra (2006) acredita que o uso contínuo de uma edificação é a principal razão para sua preservação através dos tempos. Porém, as sucessivas adequações das edificações, em muitos casos, acabam por transformá-la de tal maneira que perde sua identidade. No seu ponto de vista, observando a história, a readaptação, na maioria

dos casos, foi a principal condição de sobrevivência de edifícios, quando perderam suas funções originais e não apresentaram mais interesse para seus usuários, que necessitaram de outros usos.

Ao analisar a evolução de teorias e das práticas de restauro, especialmente desde o período do século XIX, ideais teóricos se estruturavam para se consolidar a restauração como campo de conhecimento ao longo do século XX. Destacava-se a postura de não intervenção de John Ruskin (1819-1900) na Inglaterra e a postura intervencionista de Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879) na França. (Casalade, 2011, p.1).

Ruskin, um dos maiores expoentes da crítica romântica, em seu texto “As Sete Lâmpadas da Arquitetura”, de 1849, especificamente no Capítulo VI - “A Lâmpada da Memória”, apresentou importantes conceitos que fomentaram a postura não intervencionista. Pensava que, para um edifício, deveria ser encontrada uma boa destinação. Era contra a restauração, pois acreditava que esse tipo de intervenção desconfiguraria a essência e o valor da obra. Porém, defendia a manutenção constante dos monumentos, para tardar ao máximo sua degradação. Dessa forma, o autor sustentava que manteria pelo tempo que fosse possível sua estrutura, seu uso e testemunho da arquitetura do passado, utilizando-se da história dessas construções como o veículo de comunicação dos processos de desenvolvimento cultural.

Em contraponto a esta postura, Viollet-le-Duc (1814-1879) arquiteto, escritor e teórico defendia a restauração com a convicção de que restaurar um edifício seria reintegrá-lo em um estado completo, mesmo que fosse um estado que nunca tivesse existido. Publicado entre 1854 e 1868, em seu verbete “Restauração”, defendia a importância da utilização para a perpetuação de um edifício:

Ademais, o melhor meio para conservar um edifício é encontrar para ele uma destinação, é satisfazer tão bem todas as necessidades que exige essa destinação, que não haja modo de fazer modificações (VIOUET-LE- DUC, 2000, p.65).

Porém, suas intervenções foram caracterizadas como “falso histórico”. Em seus processos de intervenção buscava se colocar na posição do arquiteto primitivo, o qual desenvolveu o projeto original. Criava elementos que nunca existiram, modificava materiais e concebia um projeto que acreditava ser o modelo ideal.

A valorização do uso do bem também é defendida por Alois Riegl (1858-1905),

afirmava sua importância histórica e de vínculo com o homem: “a supressão do uso do monumento pelos homens não lhe seria benéfica” (RIEGL, 2014, p17). A atribuição de valores aos monumentos, de acordo com Riegl (2014, p.25) seria uma orientação das ações de restauro a serem realizadas, assim como seu grau de intervenção. Dentro das atribuições, o monumento deveria ser avaliado em relação a sua condição de preservação, mantendo-se apto para o uso.

Outros teóricos destacaram a questão do uso como fator importante no processo de restauro e preservação do bem, como Gustavo Giovannoni (1837-1947). Este arquiteto defendia que no processo de restauração o novo uso deveria preservar ao máximo as características originais do bem; ao “monumento vivo” deveria ser destinada uma nova função, porém não muito diversa da original.

Em 1963, o teórico Cesare Brandi (1906-1988), publicou a “Teoria da Restauração”, na qual estabeleceu parâmetros metodológicos para a restauração da obra de arte reconhecida como tal. Na Teoria Brandiana, a questão do uso é condicionada à artisticidade da obra. A teoria sustenta que o ato do restauro exige que o objeto seja reconhecido pelo observador como obra de arte. O posicionamento de Brandi perante a obra é mais conservacionista, porém destaca que a intervenção pode ser realizada desde que sem falsificações e com respeito à unidade potencial da obra, inclusive a pátina do tempo.

Em 1964, a formulação da Carta de Veneza surgiu com uma abrangência maior do patrimônio em relação à conservação de áreas urbanas, apresentando uma postura de restauro crítico em relação ao bem cultural: “A análise da obra, como mencionado, é alicerçada na relação dialética entre as instâncias estética e histórica, algo que faz com que cada caso deva ser analisado em suas particularidades e não recaia em categorias pré-determinadas” (KURL, 2010, p.295).

Neste documento, a questão do uso ainda que não explícita, passou então a ter a seguinte recomendação:

A conservação dos monumentos é sempre favorecida por destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é, portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios. (ICOMOS, 1964)

Assim, as ações de conservação são bem vistas para a destinação de um uso que atenda à sociedade, desde que mantenha o caráter histórico e artístico da edificação.

Essa definição é muito discutível e permite interpretações do que seriam os elementos de fato a serem preservados. Entretanto, já associa o valor de uso com o patrimônio.

Diversas formas de proteção são consolidadas por meio de documentos elaborados por instituições nacionais e internacionais responsáveis pela salvaguarda dos bens. As Cartas Patrimoniais assumem papel de grande importância nesse contexto de mudanças e se ampliaram ao passar do tempo, sendo utilizadas como referências de diretrizes para as ações de intervenções e de projetos nos bens culturais.

A intervenção deve ser justificável do ponto de vista das razões de se preservar; mesmo na diversidade das correntes atuais de pensamento, existem princípios e critérios comuns (que não se traduzem por regras fixas), que conformam o campo de ação. (KULL, 2010, p.5)

A questão do uso na preservação de Jardins Históricos

Em relação aos sítios urbanos com áreas de jardins históricos, objeto do estudo de caso do presente trabalho, foi em Florença, no ano de 1981, no Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) que a preocupação com a preservação de jardins históricos tomou parte oficialmente do quadro de questões relacionadas ao patrimônio. Redigida pelo Comitê Internacional de Jardins e Sítios Históricos, a Carta de Florença mostrou-se importante ao estabelecer uma primeira definição do que é um jardim histórico, além de afirmar a importância deste para sociedade. Segundo o art. 6 da Carta de Florença a expressão “jardim histórico” é igualmente aplicável a pequenos jardins ou a grandes parques. O objeto do presente trabalho, o Parque do Flamengo, encaixa-se nessa categoria.

No Brasil, as diretrizes e recomendações propostas nas Cartas Patrimoniais têm norteado as ações de proteção dos bens. Os sítios urbanos com áreas de jardins históricos tiveram em 2010, pela Declaração de Juiz de Fora, uma adequação à Carta de Florença para o país, estabelecendo definições, diretrizes e critérios de preservação e gestão dos jardins históricos brasileiros. Neste documento, O uso é mencionado como uma das operações necessárias para a preservação do bem, incluindo ações de planejamento e administração. A preservação dos Jardins Históricos leva em consideração que os valores culturais e ambientais, seus elementos vivos que estão em constante mudança, devem ser naturalmente preservados. Então respeitando o desenvolvimento dos elementos naturais, nem

sempre a ação de preservação será voltar com a mesma estrutura do jardim original, pode-se assumir uma nova conformação de acordo com o desenvolvimento do bem.

Ao se considerar o título concedido pela UNESCO em 2012 à cidade do Rio de Janeiro como Patrimônio da Paisagem Cultural, o Parque do Flamengo, compreendido neste contexto, foi incorporado ao Plano de Gestão do Sítio, apresentado no Dossiê da candidatura da Cidade. Portanto, a preservação do sítio deverá seguir esse Plano.

De acordo com o Dossiê, o Parque do Flamengo, devido à sua grande extensão, demanda uma fiscalização permanente quanto ao uso adequado e racional de seus equipamentos. Para este sítio deverá ser elaborado um Plano Diretor específico. Seu espaço sem um “plano para sua gestão dificulta a integração das ações e a sua conservação” (Dossiê, 2008, p.66)

Apesar de ainda não possuir um Plano Diretor específico, as leis de proteção baseadas na legislação de patrimônio, do meio ambiente e a legislação urbanística do Rio de Janeiro norteiam as ações de conservação do parque.

Ainda assim, com todas as ações de proteção, o Parque apresenta problemas pontuais de conservação. Nesse sentido, levando em consideração a importância de se ocupar o parque para valorizar o uso do espaço, será necessário avaliar todos os aspectos desse contexto, para que as diretrizes de intervenção respeitem as questões legais, de preservação do patrimônio e valorizem seu uso.

1.2 - Acessibilidade e Acessibilidade Emocional

1.2.1 - Conceito de Acessibilidade

A acessibilidade com qualidade aos espaços e o respeito aos princípios do desenho universal são condições que conferem cidadania, pois englobam não só as questões de mobilidade mas também a experimentação dos espaços em igualdade com todos os usuários.

As pessoas com deficiência apresentam condições diversas e limitações, porém, seus anseios pela experimentação do espaço não são diferentes de qualquer cidadão. Nesse sentido, para que todos os usuários tenham a possibilidade de experimentar os espaços em situação de igualdade, a acessibilidade deve promover o

acesso para todas as pessoas, incluindo as pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida (PMR)⁴.

As cidades devem garantir a acessibilidade nesse sentido mais amplo. Para atender a esse objetivo, as políticas governamentais devem efetivar na prática todo o conhecimento e a aplicação dos direitos já conquistados através de Leis e Normas de acessibilidade.

A concepção do Desenho Universal, por Ron Mace⁵ nos Estados Unidos, no ano de 1985, foi uma conquista significativa nesse sentido, ampliando a questão da acessibilidade além das barreiras arquitetônicas, incorporou os conceitos da acessibilidade atitudinal metodológica, instrumental e programática. No conceito de Desenho Universal, a acessibilidade já começa a ser pensada no processo de planejamento do projeto e assume um caráter inclusivo igualitário para todos, sem segregação de espaços que definam onde o usuário pode circular. Neste conceito, o usuário é quem define onde pretende ir.

O Desenho Universal assume sete princípios que representam uma atitude projetual. São eles:

1. Uso equitativo: os espaços são utilizados por todos, sem segregações.
2. Uso flexível: o espaço deve respeitar e atender a uma larga escala de preferências e habilidades individuais.
3. Uso simples e intuitivo: não se pode depender de habilidades específicas dos usuários como o conhecimento da língua ou um alto nível de concentração para que o desenho do projeto proposto seja compreendido e sua utilização ocorra.
4. Informação fácil e perceptível: devem estar garantidas informações eficazes, sem ser necessário depender de situações especiais, de circunstâncias ambientais ou de habilidades individuais dos usuários; deve permitir que peças intercambiáveis que compõem os projetos assumam características próprias de forma a facilitarem a identificação e a compreensão e o manuseio a qualquer usuário.
5. Tolerância ao erro: deve-se eliminar ou, pelo menos, minimizar a possibilidade de perigos ou consequências indesejáveis que possam ser provocadas por acidentes na utilização ou ações involuntárias;
6. Baixo esforço físico: desenvolver projetos que possam ser utilizados sempre desprendendo o menor esforço físico de seu usuário;
7. Dimensão e espaço para a aproximação e uso: o tamanho e o espaço para a aproximação, o alcance, a manipulação e o uso devem ser apropriados e adequados, independente do tamanho do corpo do usuário, sua postura ou mobilidade.

⁴ PMR, Pessoas com Mobilidade Reduzida: aquela que, temporária ou permanentemente, tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo. Entende-se por pessoa com mobilidade reduzida, a pessoa com deficiência, idosa, obesa, gestante entre outros.

⁵ Ron Mace: Ronaldo L.Mace (1941-1998) se formou pela Escola de Design da Universidade da Carolina do Norte, em 1966. Aos nove anos de idade contraiu pólio, e se tornou usuário de cadeira de rodas a maior parte de sua vida.

O atendimento a estes princípios faz do Desenho Universal um componente imprescindível das políticas públicas e ações que promovem o desenvolvimento urbano. (Caderno 2- Programa Brasileiro de Acessibilidade, 2006, p.33)

No conceito de Acessibilidade Emocional (Duarte e Cohen, 2012), são incorporados ao conceito de acessibilidade os aspectos sensoriais e afetivos da relação que o usuário possui com o espaço. Ao se considerar todos os usuários, com deficiência ou não, essa relação também estimulada pelos fatores sensoriais, potencializa a relação emocional com o espaço, transforma este em lugar e fortalece os vínculos afetivos e sociais de um grupo. O conceito de Acessibilidade Emocional considera que, ainda que um espaço atenda a todas as questões normativas de acessibilidade, incluindo as premissas do Desenho Universal, “não é capaz de promover condições agradáveis de experiência do Lugar” se não for levada em conta a empatia espacial. (DUARTE e COHEN, 2018, p.3).

Nesse sentido, a Acessibilidade Emocional se apresenta de maneira mais sensível e subjetiva nas questões de planejamento urbano e arquitetônico. Há que se pensar nas questões afetivas e emocionais da relação do homem com o espaço, para que este transmita um sentimento de empatia, fazendo o homem se sentir acolhido e pertencente ao Lugar.

No conceito de Espaço e Lugar Tuan (1977), descreve suas relações e significados, apontando um pensamento de que o espaço se transforma em lugar à medida que o conhecemos e o dotamos de valor. Desta forma o projeto de pesquisa se fundamenta no sentido de buscar a valorização das relações de sentimentos de afeto com o Espaço, para possibilitar seu reconhecimento como Lugar.

A aplicação desses conceitos busca trazer a consciência de um projeto baseado nos princípios do desenho universal com características de uma ambiência acolhedora que gere empatia espacial aos usuários. Esse sentimento possibilitaria ampliar o sentimento de ligação dos usuários com o parque, conseqüentemente valorizando sua preservação.

1.2.2 - Leis e Normas

A legislação que protege e garante os direitos das pessoas com deficiência, se efetiva demonstrando pouco a pouco as conquistas que vêm sendo realizadas a favor de uma sociedade igualitária.

Um marco nesse processo foi em 1948 a apresentação da Declaração dos Direitos Humanos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Esta declaração foi um ponto de partida para normatização de princípios fundamentais, como o da dignidade da pessoa humana e da igualdade.

No Brasil, as primeiras conquistas legais surgem com a promulgação da Constituição Federal em 1988. Fundamentada em conceitos, dentre os quais o da igualdade e da dignidade humana, garante que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (artigo 5º) e que possuem os mesmos direitos sociais, conforme dispõe o artigo 6º:

todos apresentam os mesmos direitos sociais, com acesso à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, ao transporte, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância, à assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.(art. 6º)

Nesta Constituição, é importante destacar o artigo 182, que dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Urbano, cujo objetivo é ordenar o desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade. Neste, a propriedade urbana deve cumprir sua função social, dispondo dos mesmos direitos a todos. O instrumento utilizado para a implantação desta política urbana é o Plano Diretor⁶. Essa diretriz já direciona o planejamento urbano para a importância da função social do espaço.

Este mesmo artigo permitiu a criação da Lei Federal nº 10.257, em 2001, conhecida como O Estatuto da Cidade. Nesta se estabelece que a função social da cidade e da propriedade urbana será estabelecida por cada município e que deve ser assegurado pelo Poder Público, o **atendimento das necessidades de todos os seus cidadãos**, garantindo-lhes qualidade de vida, **justiça social** e desenvolvimento de suas atividades econômicas (Ministério das Cidades, 2006, p.62, grifo nosso).

Ainda que os direitos de igualdade social estivessem garantidos na CF de 1988, os direitos da pessoa com deficiência são assegurados também por leis e normas específicas, legitimadas através das Emendas Constitucionais⁷ e outras disposições legais, tornando as leis mais claras e direcionadas para a questão da acessibilidade.

⁶ O Plano Diretor é o instrumento básico para a implantação desta política urbana, em que as decisões que interferem no futuro da cidade, no futuro e na vida de cada cidadão estão amplamente asseguradas por lei.

⁷ As Emendas Constitucionais são modificações impostas ao texto da Constituição Federal após sua promulgação.

Dentre algumas das principais leis que configuraram essas conquistas, pode se destacar a Lei Federal nº7.853 de 24 de outubro de 1989, com o objetivo de promover a integração social das pessoas com deficiência, disciplinar a atuação do Ministério Público e inovar a definição de crimes, conforme o art.8º, com punições contra crimes cometidos por motivos derivados pela deficiência.

No ano 2000, duas Leis Federais, a nº10.048 e a nº10.098, definem respectivamente, a prioridade no atendimento às pessoas com deficiência e normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Mais adiante, em 2004, o Decreto nº5.296, regulamenta as referidas leis, define com maior precisão as pessoas com deficiência que serão beneficiadas com a lei: pessoas portadoras de deficiência (deficiência física, auditiva, visual, intelectual e pessoa com mobilidade reduzida) e estabelece normas e critérios para a promoção da acessibilidade.

Em 2008, o Brasil ratificou com status de Emenda Constitucional a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pelas Nações Unidas em 2006. Com base no tratado da ONU, o País chegou a outro importante marco normativo: a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), conhecida também como Estatuto da Pessoa com Deficiência datada de 06 de julho de 2015.

A LBI passou a organizar em uma única lei nacional um verdadeiro marco regulatório para as pessoas com deficiência, direitos e deveres que estavam dispersos em outras leis, decretos e portarias, regulamentando limites e condições e atribuindo responsabilidades para cada responsável na consolidação da sociedade inclusiva. Além desse grande passo, trouxe significativas mudanças que representam um notável avanço para a proteção da dignidade da pessoa com deficiência. A começar por uma mudança no próprio conceito do que é a pessoa com deficiência. Em seu artigo 2º dispõe:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (artigo 2º)

Nesse conceito, a deficiência não é vista mais como um modelo clínico, como era especificado em leis anteriores. Com a mudança, o indivíduo com deficiência não apresenta uma condição humana que precisa se adaptar ao meio, a sociedade é que precisa se adequar as suas necessidades. Essa mudança de paradigma proporcionou

uma nova visão e atitude do olhar para a pessoa com deficiência e com o tratamento do espaço em que está inserida.

Cronologia Resumida da Legislação e Ações de Acessibilidade

Data	Legislação e Ações
1948	ONU apresenta a Declaração Universal dos Direitos Humanos
1968	Decreto nº. 62.150 – Promulga a Convenção nº 111 da OIT sobre Discriminação em matéria de emprego e profissão
1971	ONU apresenta a Declaração dos Direitos do Deficiente Mental
1975	ONU apresenta a Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiências
1981	ONU declara o Ano Internacional das Nações Unidas para as Pessoas Portadoras de Deficiência
1982	ONU declara os anos 80 como a Década das Nações Unidas para as Pessoas Portadoras de Deficiência
1982	ONU apresenta o Programa a Ação Mundial para as Pessoas Portadoras de Deficiência
1985	Lei Federal nº 7.405 – Torna obrigatória a colocação do “Símbolo Internacional de Acesso” em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência
1985	NBR-9050:Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT – é aprovada a primeira versão da norma sob o título de “Adequação das edificações e do mobiliário urbano à pessoa deficiente”
1988	Constituição da República Federativa do Brasil. Diversos artigos definem a política a ser adotada pelo país para lidar com a questão da inclusão social em diversos segmentos da vida em sociedade
1989	Lei Federal nº 7.853 – Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, institui tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes
1991	Decreto nº 129 – Promulga a Convenção nº 159 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, sobre reabilitação profissional e emprego de pessoas deficientes.
1991	Lei Federal nº 8.160 – Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permite a identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva
1991	Lei Federal nº 8.213 – Dispõe sobre Planos de Benefícios da Previdência Social. (estabelece percentuais de funcionários com deficiências a serem contratados por empresas com mais de 100 funcionários).
1994	Lei nº 8.899 – Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual
1994	NBR-9050:ABNT – Primeira revisão desta norma criada em 1985, agora com o enunciado “Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaços, mobiliário e equipamentos urbanos”
1995	Decreto nº 1.744 – Regulamenta o benefício de prestação continuada devido à pessoa portadora de deficiência e ao idoso, de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993
1996	ONU estabelece as Normas Uniformes sobre a Igualdade de Oportunidades
1997	NBR-14021: ABNT – Norma brasileira sobre “Transporte – Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência – trem metropolitano”
1997	NBR-14022: ABNT – Norma brasileira sobre “Transporte – Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência em ônibus e trólebus, para atendimento urbano e intermunicipal”
1999	Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. AG/doc. 3.826/99. (Conhecida como Convenção da Guatemala)
1999	Decreto nº 3.298 – Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção
1999	NBR-14273:ABNT – Norma brasileira que estabelece a “Acessibilidade da pessoa portadora de deficiência no transporte aéreo comercial”
2000	Decreto nº. 3.691 – Regulamenta a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que dispõe sobre o transporte de pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual
2000	Lei Federal nº 10.048 – Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica
2000	Lei Federal nº 10.098 – Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida
2000	NBR-13994:ABNT – Norma brasileira de “Elevadores de passageiros – Elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência”
2001	Decreto nº 3.956 – Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência
2001	Lei Federal nº 10.182 – Restaura a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis destinados ao transporte autônomo de

	passageiros e ao uso de portadores de deficiência física, reduz o imposto de importação para produtos que especifica
2001	Portaria Interministerial nº 3 – Disciplina a concessão do Passe Livre às pessoas portadoras de deficiência, comprovadamente carentes, no sistema de transporte coletivo interestadual, nos modais rodoviário, ferroviário e aquaviário e revoga a Portaria/MT nº 1 de 09/01/2001
2001	Lei Federal nº 10.226 – Acrescenta parágrafos ao art. 135 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral, determinando a expedição de instruções sobre a escolha dos locais de votação de mais fácil acesso para o eleitor deficiente físico
2002	Lei Federal 10.436 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS
2003	Instrução Normativa nº1 do IPHAN
2003	NBR-14970:2003 ABNT. Norma brasileira que estabelece “Diretrizes para a avaliação da dirigibilidade do condutor com mobilidade reduzida em veículo automotor apropriado”
2003	Portaria MEC nº. 3.284 – Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições (Revoga a Portaria nº 1.679/99)
2004	O Ministério das Cidades apresenta em junho de 2004 o Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana: Brasil Acessível
2004	Termo de Ajustamento de Conduta nº. 1.34.001.002998/2003-94 – Firmado entre o Ministério Público Federal, a ABNT e a Target Engenharia e Consultoria Ltda o compromisso de deixar pública e gratuita a consulta das normas brasileiras de interesse social, o que resultou na disponibilidade via internet de todas as normas da ABNT que tratam da acessibilidade
2004	NBR-9050:ABNT - Promulgada a revisão da Norma com novo enunciado: “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos”
2004	Decreto nº. 5.296, regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida
2005	NBR-15250:ABNT – Norma brasileira que estabelece a “Acessibilidade em caixa de atendimento bancário”
2005	Lei Federal nº. 11.126 – Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambiente de uso coletivo acompanhado de cão-guia
2005	NBR-15290: ABNT – Norma brasileira que estabelece a “Acessibilidade em comunicação na televisão”
2009	Decreto 6.949- Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007
2012	Lei 12.587 – Diretrizes da Política de Mobilidade Urbana
2015	Lei 13.146 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, usa a inclusão social e a cidadania plena e efetiva dos cidadãos
2015	NBR9050- Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos
Cronologia Resumida da Legislação e Ações de Acessibilidade Fonte: Programa Brasileiro de Acessibilidade, Caderno 2, 2006, p143, adaptado pelo autor	

Em relação ao patrimônio cultural, a LBI garante, no Caput Direito à Cultura, ao Esporte, ao Turismo e ao Lazer, em seu artigo 42, o acesso em igualdade de oportunidade com as demais pessoas.

§ 2º O poder público deve adotar soluções destinadas à eliminação, à redução ou à superação de barreiras para a promoção do acesso a todo patrimônio cultural, observadas as normas de acessibilidade, ambientais e de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. (LBI, 2015, art.42, 2§)

A acessibilidade ao patrimônio na LBI é integrada em conjunto com referências normativas. Conforme mencionado no artigo acima, devem ser atendidas

as normas de acessibilidade e de proteção do patrimônio. Estas são regidas principalmente pela ABNT NBR9050 e a Instrução Normativa nº1 do IPHAN.

A ABNT NBR9050 de 2015 (3ª edição) trata sobre a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Esta Norma estabelece de forma prática e objetiva, parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio e de edificações, às condições de acessibilidade.

A Instrução Normativa nº1 de 25 de novembro de 2003, estabelecida pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível federal, e outras categorias, conforme especifica. Nesta Normativa, em sua primeira resolução, são estabelecidas diretrizes e critérios para a promoção da acessibilidade aos bens culturais, de modo que a sociedade possa usufruí-lo, incluindo as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Entretanto, esta mesma Normativa, afirma que cada intervenção de adequação para acessibilidade, deve ser “limitada” pela possibilidade de “comprometimento do valor testemunhal e da integridade estrutural resultantes” (item 1,1,c).

Esse posicionamento que ao mesmo tempo busca promover a acessibilidade ao patrimônio cultural, pode não permitir que o mesmo seja acessível em sua integridade, posto que a proposta de adequação pode ser considerada pelos órgãos de preservação, como uma descaracterização do mesmo.

Ainda que a lei brasileira garanta os direitos da acessibilidade ao patrimônio cultural, encontrar a melhor solução sua promoção é de fato um grande desafio.

No projeto de estudo, as leis brasileiras foram utilizadas como referência para a fundamentação do projeto de intervenção em área de lazer do patrimônio cultural, visando democratizar o espaço em respeito à dignidade humana.

1.3 - Ambiência

A ambiência é um conceito que abarca o lugar urbano e os sentidos de seus usuários. Sua leitura se dá através do corpo percebendo um determinado espaço. Essa leitura apresenta uma compreensão do espaço por um ângulo mais humano e sensível. Os aspectos sensíveis do lugar fazem emergir sentimentos de afeto e pertencimento enquanto são percebidos e traduzidos ao se experienciar o espaço,

captando, pela antena do corpo e pela percepção da sonoridade, da iluminação, das possibilidades olfativas, da temperatura e da ventilação.

Assim, o estudo da ambiência pode complementar as pesquisas em relação ao contexto do espaço urbano, mostrando uma visão sensível que é um ponto importante na análise dos espaços urbanos e suas relações com os usuários.

De acordo com Thibaud (2003), a ambiência é definida como o espaço-tempo experimentado pelos sentidos. Afirma o autor que a criação de ambiências nos espaços urbanos não atua apenas no contexto material e físico da cidade, mas também em seus componentes imateriais.

Para Duarte e Thibaud, (2013), a ambiência desperta uma interpretação subjetiva pessoal a partir de uma experiência coletiva. Como a sensação de um ser humano no contexto urbano, que compartilha percepções com diversos usuários e mesmo com sentimentos distintos, dessa troca é reconhecida uma ambiência.

Alguns ambientes nos fazem sentir acolhidos, e outros, nos fazem sentir o inverso: a sensação de repulsa. Para compreender os efeitos de uma ambiência, muitas vezes perguntamo-nos por que as pessoas mudam de comportamento em certos ambientes. Questionamo-nos quais elementos sensíveis as levam a esse comportamento. Entender essa relação e identificar quais elementos provocam esses sentimentos é uma forma de análise do espaço urbano que pode enriquecer o trabalho de pesquisa de projeto.

1.4 - A importância do lazer na infância e a formação de vínculos sociais

Como foi dito, este trabalho volta sua atenção para o público infantil, incluindo as crianças com ou sem deficiência. Assim, cabe-nos abordar os aspectos do espaço de lazer inserido nas questões sociais. Para tanto, buscou-se entender esses conceitos na concepção original do projeto do estudo de caso. Paralelamente a esta conceituação, foi importante fazer uma análise com as questões atuais, relacionando a importância do lazer na infância.

A autora Ethel Bauzer Medeiros (1971), educadora responsável pela elaboração da recreação do Parque das Crianças no projeto original, apresenta em sua Dissertação, “O Lazer no Planejamento Urbano” a importância do lazer na formação do ser humano, nas relações sociais que ali acontecem e sua importância de ser planejado para que seja um espaço utilizado em sua plenitude (MEDEIROS,1971).

Em seus estudos e análises do uso do lazer, desde o tempo das sociedades primitivas, passando pelo período pré-clássico, até os anos 1971. Conclui que não basta haver tempo e espaço para o lazer, este deve ser vivido de forma saudável pelo ser humano. Para isso, segundo a autora, os espaços devem ser concebidos de forma planejada, inclusive as atividades de recreação. Pois, os espaços serão ocupados plenamente.

Ethel Medeiros (1971) destaca a problemática com o que fazer do lazer uma vez que o ser humano ganhou mais tempo para usufruí-lo após o período da industrialização. O aumento do tempo livre conseguido após a Revolução Industrial e estendido pela maior duração da vida, a disseminação das novas maneiras de ocupar, as tensões da vida numa sociedade em acelerada mudança e o rápido desenvolvimento urbano das últimas décadas aguçaram nos responsáveis pelo bem-estar da coletividade a consciência do potencial do lazer. Mais legisladores e administradores foram reconhecendo o valor da recreação organizada e ampliando, conseqüentemente, os espaços públicos para sua prática.

Além da questão de como utilizar o tempo de lazer, Ethel Medeiros (1971) destaca como o crescimento populacional e os meios de comunicação de massa envolvem as pessoas num emaranhado de estímulos, que as deixa confusas e exaustas. O lazer aparece como função social de prazer, que é associado a repouso, diversão e desenvolvimento social.

Ao se considerar as problemáticas atuais, encontramos semelhanças na vida cada vez mais agitada do ser humano. Em relação ao tempo livre, hoje vivemos “correndo contra o tempo” tentando encaixar muitas atividades na nossa rotina e acabamos esquecendo que precisamos relaxar, brincar e nos exercitar, para trabalharmos a mente e o corpo e assim entrarmos em equilíbrio com nós mesmos.

Em se tratando do público infantil, o lazer apresenta uma importância maior ainda, pois a criança está em formação e vai carregar consigo valores que aprendeu na infância.

No estudo desenvolvido por Ethel Medeiros (1971) as ações educativas e recreativas servem como referências para as diretrizes que são traçadas com a Carta do Lazer⁸. Nesta Carta, são listadas vinte e oito características, do que é o lazer para

⁸ Carta do Lazer: desenvolvida por Ethel Bauzer Medeiros (1970), é apresentada em sua tese Lazer no

a sociedade.

Destaca-se como um dos aspectos mais importantes, a liberdade que o lazer oferece ao indivíduo, ao qual permite experimentar-se, exprimir-se, conhecer-se e, até superar-se. Bem aproveitada, tal liberdade lhe facilita ser melhor como ser humano, como profissional e como elemento produtivo da sociedade.

Em relação à importância do lazer na infância destacam-se nos itens 23 e 26 da Carta do Lazer as seguintes especificações:

- ✓ Item 23: desde a infância o homem deve ser educado a aproveitar do lazer, para que este não seja confundido com ócio e seja valorizado na fase adulta, respeitando o tempo merecido para esta atividade, ainda que seja o descanso;
- ✓ Item 26: as crianças dispõem de tempo livre e este deve ser aproveitado para o desenvolvimento de suas habilidades motoras necessárias. Além disso contribuirá para o desenvolvimento do gosto por atividades físicas, diminuindo a chance de se tornar um adulto sedentário.

Assim, o lazer é uma atividade essencial à vida humana. Neste, o homem encontra um melhor equilíbrio no uso do tempo livre, cria atividades que lhe dão prazer e assim se torna um ser mais feliz e realizado. A educação para o bom uso do lazer, um lazer com qualidade, ampliará essas possibilidades de desenvolvimento das habilidades de criação, de cognição e psicomotricidade e até mesmo emocionais.

Em tempos cada vez mais difíceis para as crianças exercerem a simples prática de brincar, devido a inúmeros problemas, principalmente de segurança, encontrados especialmente quando nos referimos aos espaços livres públicos, a prática do lazer deve ser amplamente estimulada de forma segura, para que a criança tenha a chance de ser criança. Pois a brincadeira realizada nos momentos de lazer é um exercício para a vida no futuro e a formação de um ser mais humano.

Capítulo 2 – O Parque do Flamengo e o Espaço do Parque das Crianças

2.1 - Localização e Histórico

Localização

O local do estudo de projeto é o espaço de lazer infantil denominado Parque das Crianças, inserido no Parque Urbano Parque do Flamengo, Rio de Janeiro.



Figura 1: Mapa de localização no país

Figura 2: Mapa de localização no estado

Fonte: <https://www.google.com.br/maps/@-28.0796907,-82.4316436,3.25z> (acesso em 05 dez. 2017)

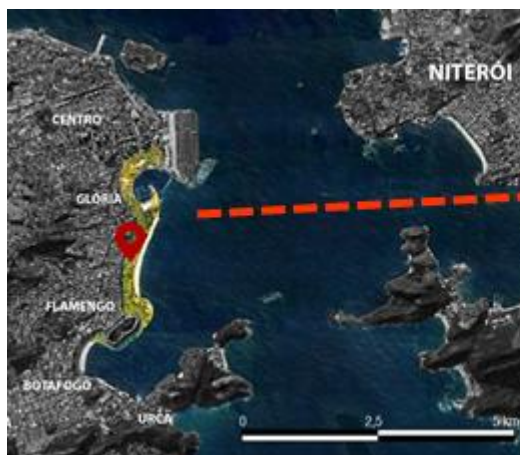


Figura 3: Mapa do local no bairro

Figura 4: Mapa de localização no Parque do Flamengo

Fonte: <https://www.google.com.br/maps/@-28.0796907,-82.4316436,3.25z> (acesso em 05 dez. 2017)

A área do objeto de projeto está localizada no trecho entre as ruas Ferreira Viana e Silveira Martins, no Bairro do Flamengo.

Histórico do Parque do Flamengo

O Parque do Flamengo é considerado o maior parque urbano do mundo à beira mar, uma obra da Arquitetura Moderna que se integrou à paisagem da cidade e possui grande importância para grande parte da população. Devido ao seu valor no contexto da paisagem carioca, representa parte do Sítio do Patrimônio Mundial da UNESCO da Paisagem Cultural da Cidade do Rio de Janeiro, título concedido em 2012.



Figura 5: Vista aérea do Parque do Flamengo

Fonte: www.parquedoflamengo.com.br (acesso em 10 out. 2017)

Compreendido entre o mar e a montanha, seu desenho acompanhou o traçado sinuoso entre as ondas do mar e a silhueta dos morros da Cidade. Apresenta um grande valor cultural, reconhecido pela população como obra e espaço de lazer. O reconhecimento foi efetivado, legalmente, pelos processos de tombamento do Parque e na legislação.

Além de sua beleza paisagística, o parque oferece diversas atividades de lazer para a população. Em suas instalações são dispostos campos de futebol, quadras poliesportivas, pista de skate e patinação, ciclovia, playground infantil, monumentos, tanque de nautimodelismo, teatro de arena e espaços livres. Possui também a presença do Museu de Arte Moderna e a praia. O Parque também conta com uma programação de eventos culturais durante todo o ano.



Figura 6: Imagens do parque
 Fonte: www.parquedoflamengo.com.br

Apresenta uma forma longilínea que se estende por aproximadamente sete quilômetros (Figura 7), atravessa vários bairros desde o Centro, passando pela Glória, Catete, Flamengo e chegando até Botafogo; interliga o Aeroporto Santos Dumont até o início da Praia de Botafogo.



Figura 7: Demarcação do Parque do Flamengo e Parque Infantil

Fonte: Base google maps, adaptado pela autora

Sua implantação representou um marco na história das transformações urbanísticas que ocorreram na Cidade do Rio de Janeiro.

Essas transformações começaram na primeira metade do século XX, desde a gestão do Prefeito Francisco Pereira Passos (1902-1906) que, com o intuito de promover a evolução e o progresso, trazendo embelezamento e saneamento à cidade, realizou intervenções urbanas que marcaram um novo traçado na cidade. Nessa época a cidade se modernizou e foram abertas grandes Avenidas, dentre elas o novo Porto do Rio e a Avenida Beira-Mar (1906), ponto de expansão do futuro aterrado.

Na década de 1920, integrando as obras comemorativas do Centenário da Independência do Brasil aliado à realização de uma Exposição Internacional⁹ para comemorar a data, ocorre o desmonte do Morro do Castelo. Seu arrasamento deu espaço a esplanadas e à criação de aterros, ampliando o espaço de urbanização da cidade.

Mais adiante, na década de 1950, ocorreria o desmonte do Morro de Santo Antônio. Parte deste desmonte serviu como material para o Aterro do Flamengo.

Nas ilustrações abaixo (figuras 8 e 9) aparecem os Morros que foram arrasados

⁹ Exposição Internacional: a Exposição do Centenário apresentava como objetivo mostrar ao mundo os progressos da nação, promover o intercâmbio cultural e comercial e, ao mesmo tempo trazer ao conhecimento do povo as novidades dos outros países (RIBEIRO, 2018, p6)

e transformados em aterros que mudaram a geografia da Cidade. Na imagem à esquerda, o Morro de Santo Antônio e na imagem à direita, visto por outro ângulo com a presença do Morro do Castelo, antes do arrasamento.



Figura 8 e 9: Morro de Santo Antônio antes do desmonte em 1650 e 1873

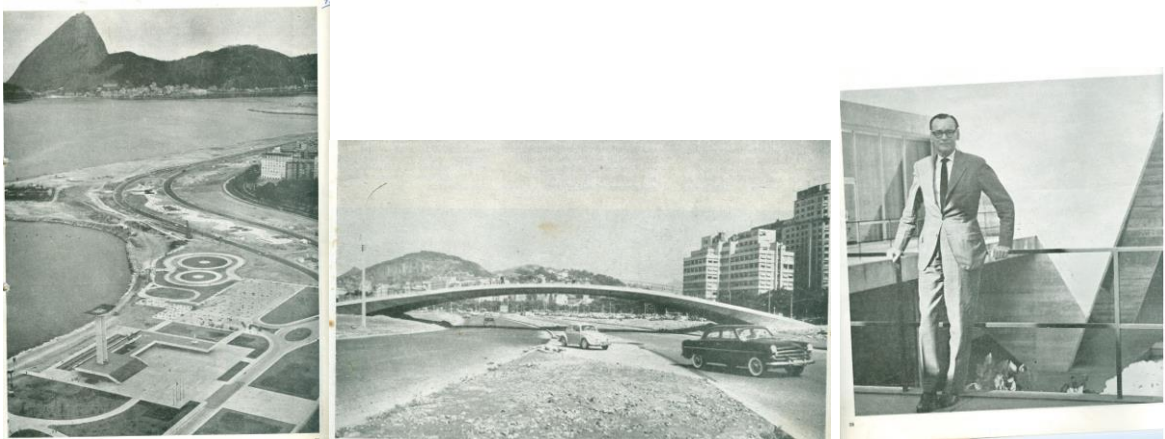
Fonte: www.riodejaneiroaqui.com, acesso em 5 dez, 2017

A urbanização dessa área conquistada ao mar teve como objetivo articular e melhorar o tráfego entre a Zona Sul, Centro à Zona Norte.

Em 1948, Affonso Eduardo Reidy, arquiteto, naquele momento Diretor do Departamento de Urbanismo da Prefeitura do Distrito Federal, abordou a concepção de um parque para a área do aterro, inspirado nos conceitos de Cidade Radiosa¹⁰ de Le Corbusier – uma cidade imersa em jardins e no verde. Porém, esse projeto não foi adiante. Nos anos 1950, com o avanço do aterrado Glória-Flamengo, surgem neste espaço interesses especulativos imobiliários, por parte do Governo. A localização privilegiada transformaria o aterrado em uma área extremamente valorizada. A diretoria de urbanização da SURSAN (Superintendência de Urbanização e Saneamento do Estado da Guanabara) defendia a construção de edifícios e quatro autopistas para o aterrado. Com a mudança de Governo em 1960, o projeto assume novas diretrizes. Em 1953, Reidy desenvolve o projeto para o Museu de Arte Moderna e em 1961, o Governador Carlos Lacerda cria um Grupo de Trabalho, com a função de coordenar o projeto do Parque do Flamengo. Reidy foi convidado por Lotta¹¹ de Macedo Soares, presidente do grupo, para elaborar o projeto para a área do aterrado.

¹⁰ *Ville Radieuse* (Cidade Radiosa) foi um plano urbano de Le Corbusier, apresentado pela primeira vez em 1924. Apesar de não construído, esses princípios tiveram extensa influência sobre o planejamento urbano moderno.

¹¹ Lotta chamava-se Maria Carlota Costallat de Macedo Soares (1919-1967): foi uma arquiteta paisagista autodidata e visionária, brasileira.



Figuras 10, 11 e 12: Imagens do Aterro no início da década de 1960 e Reidy
 Fonte: revista Módulo, nº37, p27, p41, p28, ano 1963, www.parquedoflamengo.com.br
 (acesso em 10 out. 2017)

No projeto do parque os principais elementos estruturadores foram o sistema viário e o paisagismo. Para Lotta, o Parque estava destinado a contribuir para a melhoria da qualidade de vida, conter a ofensiva da especulação imobiliária e possibilitar a reconciliação dos cidadãos com sua Cidade (Figura 13).



O projeto deveria integrar, além dessas necessidades, importantes edificações já realizadas separadamente, como o Aeroporto Santos Dumont (1945), o Museu de

Arte Moderna (1958) e o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial (1960).

O projeto original propunha quatro pistas de alta velocidade, mas somente duas foram construídas. A comunicação entre as faixas foi feita por passarelas e passagens subterrâneas, onde também foram instalados banheiros para os usuários do parque. Essa ligação viária possibilitou uma melhora significativa na acessibilidade às edificações já construídas e na melhora do fluxo viário.

Idealizado e planejado por um grupo de trabalho multidisciplinar, o projeto foi coordenado por Lotta Macedo Soares, personagem importante no processo de formação desse grupo de profissionais e peça-chave que influenciou posteriormente o seu processo de tombamento. O Parque do Flamengo foi projetado por uma equipe que tinha à sua frente o arquiteto Affonso Eduardo Reidy. A equipe contou com um grupo de especialistas em cada área específica do projeto e toda uma estrutura de profissionais de apoio. A ficha técnica destaca os principais representantes do projeto.

FICHA TÉCNICA DO GRUPO DE TRABALHO	
Profissional	Atividade de Projeto
Lotta Macedo Soares	Coordenadora
Affonso Eduardo Reidy	Projeto Arquitetônico
Jorge Machado Moreira	Projeto Arquitetônico
Berta Leitchic	Engenharia
Ethel Bauzer Medeiros	Recreação
Carlos Werneck de Carvalho, Sérgio Bernardes e Hélio Mamede	Desenvolvimento de projetos de arquitetura
Luiz Emygdio de Mello Filho	Botânico
Roberto Burle Marx e Associados	Projeto Paisagístico
Richard Kelly	Lighting Designer
Laboratório de Estudos Marinhos de Lisboa	Estudo Hidrográfico
SURSAN - Superintendência de Urbanização e Saneamento do Estado da Guanabara	Obras

O processo do aterramento Flamengo-Glória, no ano de 1962, ainda não havia sido concluído e os morros já demolidos não foram suficientes para todo o aterro, que contemplaria o projeto da equipe liderada por Reidy. Neste processo, utilizaram a areia de fundo da Baía de Guanabara e materiais provenientes de outros desmanches para complementar o aterro, no final de 1963.



Figura 14: Praia do Flamengo em 1959

Fonte: Acervo IRPH

A paisagem foi sendo desenhada e se misturava com a paisagem natural. Nesse projeto, o papel do traçado paisagístico foi um elemento fundamental para o resultado de sucesso de harmonização dessa paisagem criada entre o mar e a montanha. O trabalho de Burle Marx e sua equipe foi de imensa contribuição, pois sua qualidade artística somada ao conhecimento da flora brasileira resultaram em um parque em perfeita harmonia com o ambiente, valorizando ainda mais a paisagem.



Figura 15: Desenho de Burle Marx para o Parque do Flamengo
Fonte: www.parquedoflamengo.com.br (acesso em 10 out. 2017)

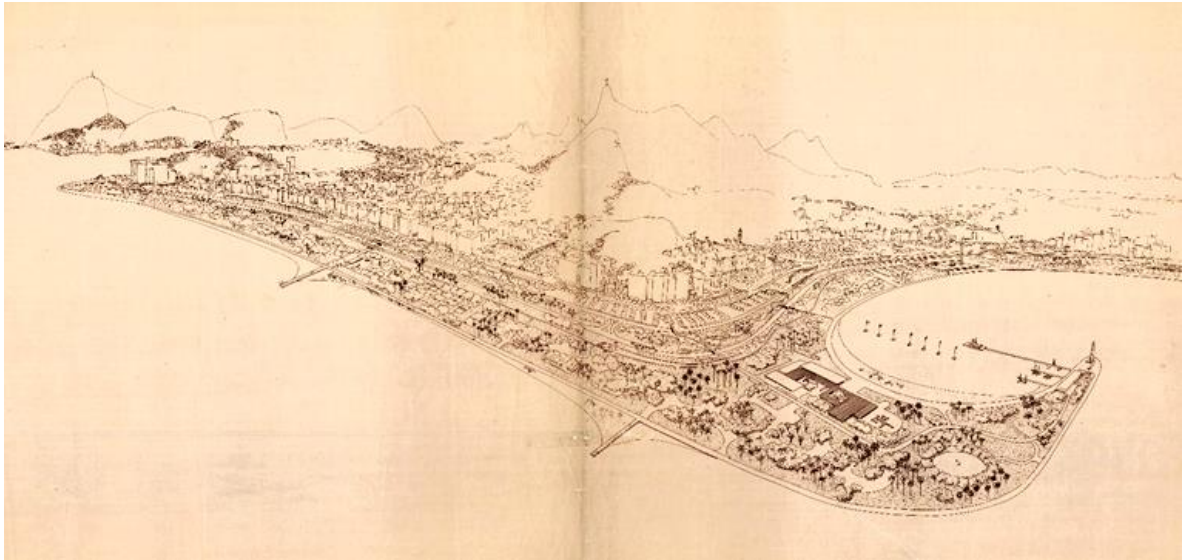


Figura 16: Perspectiva do parque de Burle Marx e Associados
Fonte: Acervo IRPH

Como partido de projeto, seguindo as condicionantes do traçado viário, a setorização do parque foi planejada com uma divisão em dois trechos. No trecho entre o mar e a autopista está a concentração dos equipamentos de lazer e culturais: pistas de pedestres, ciclovia, quadras poliesportivas, o Museu de Arte Moderna e o Monumento aos Soldados Mortos na Segunda Guerra Mundial. No trecho entre a autopista e a rua interna estão localizados os campos de futebol e o parque infantil, objeto do presente estudo de caso (Figura 17). Passarelas e passagens subterrâneas foram previstas para a integração dos espaços.



Figura 17: Identificação dos trechos
Fonte: base imagem acervo IRPH, adaptado pela autora

Nas imagens da Figura 18, são demonstradas perspectivas da implantação do Parque do Flamengo nos anos 1960.



Figuras 18: Imagens do Parque do Flamengo anos 1960
Fonte: Acervo IRPH

A localização dos elementos arquitetônicos (Figura 19) é representada na Planta Tombada do projeto do Parque do Flamengo.

Elementos Arquitetônicos - Relação Nominal de numeração referente a itens da **Planta Tombada (Figura 19)**

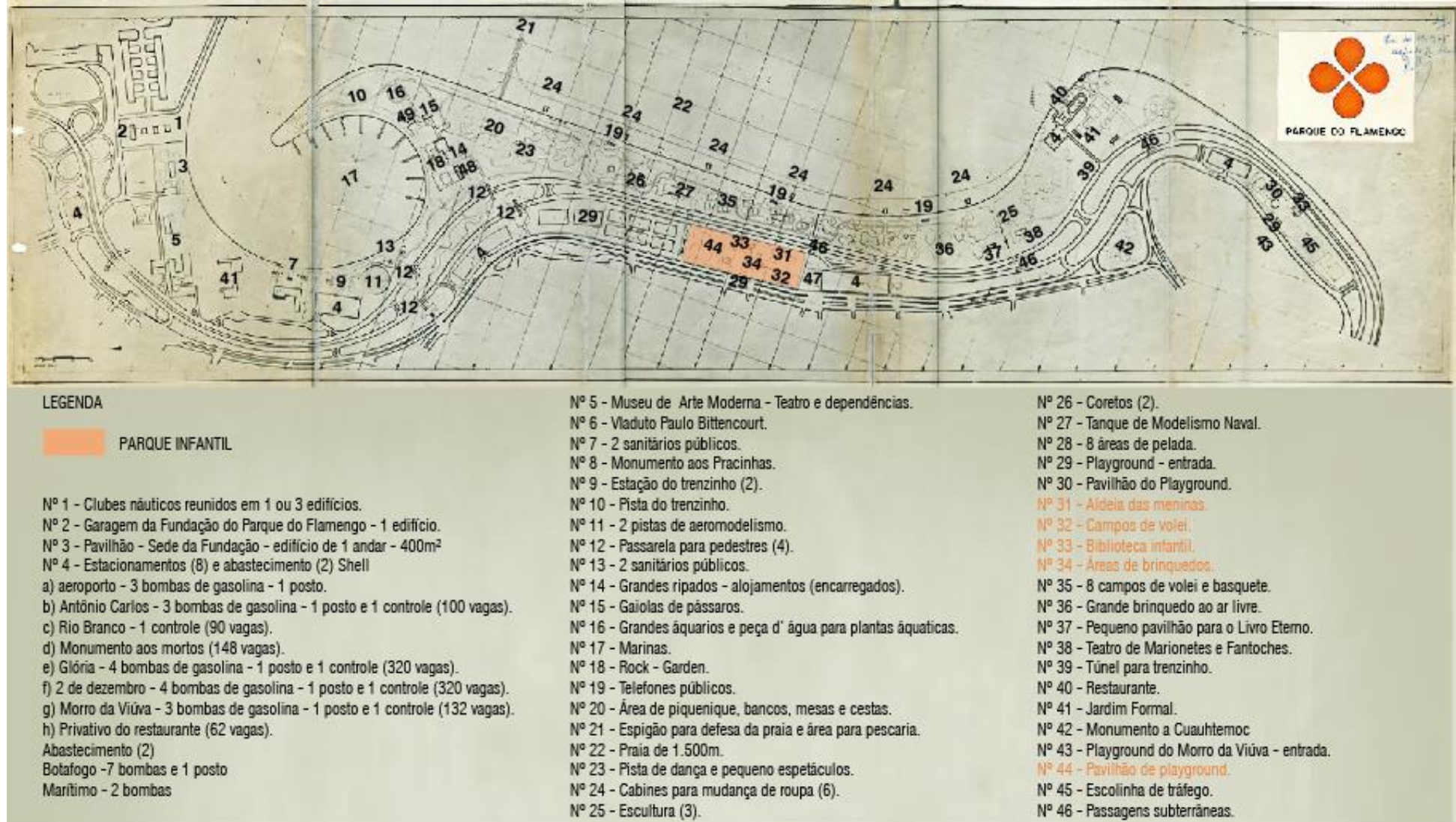


Figura 19: Planta Tombada com adaptação da autora
 Fonte: www.parquedoflamengo.com.br, acesso em 5 dez. 2017

O Parque Infantil - Playground

O Parque Infantil, inaugurado em 1965, ocupa uma área de 30.000m². Projetado pelo Grupo de Trabalho, o Parque foi planejado para oferecer um espaço livre amplo, seguro, atrativo e moderno. Foram previstos além da qualidade das instalações, seus aspectos de fácil manutenção, sua programação recreativa e uso com as instituições do entorno.

O equipamento de recreação projetado teve a programação recreativa desenvolvida por Ethel Bauzer Medeiros, coordenadora membro desta disciplina no Grupo. Segundo Medeiros (1971), as diretrizes de projeto elaboradas foram atendidas em praticamente sua totalidade. Os principais conceitos foram:

- ✓ Harmonia com o conjunto arquitetônico do parque;
- ✓ Economia, facilidade de manutenção e simplicidade;
- ✓ Diversidade e atendimento ao maior número de pessoas com segurança;
- ✓ Planejamento flexível em função das condições mutantes de vida que costumam exigir adaptações ou alterações;
- ✓ Amplo contato com a natureza e conforto de acordo com as atividades propostas;
- ✓ Brinquedos que possam oferecer desenvolvimento global: físico, intelectual, emocional e social;
- ✓ Possibilidade uso em todas as épocas do ano;
- ✓ Setorização bem definida. Prever espaços livres, de movimento e entretenimento e de aconchego;
- ✓ Manutenção periódica;
- ✓ Proteção e segurança, inclusive nos acessos. Instalar “borboletas” para controle e acessos de pequena abertura para proteção. Prever travessia de pedestres no acesso;
- ✓ Instalação de piso colorido e antiderrapante no espelho d’água e piso com material de areia ou de composição entre a cortiça ou borracha nas áreas de brinquedos, para proteção de quedas;
- ✓ Previsão de atividades distintas e em lugares separados para crianças a partir de doze anos, pois não apresentam o mesmo interesse de lazer;
- ✓ Prever em cada parque de recreação um pavilhão central dotado de ampla área coberta, para atividades manuais, danças ou jogos de salão, ocupações muito procuradas nos dias de chuva ou de intenso calor. Nele ficarão ainda localizados os depósitos para a guarda do material, bem como a saleta do recreador (com um recanto para socorros urgentes), além dos sanitários.
- ✓ O pavilhão destina-se não apenas a acomodar os frequentadores mas a facilitar a

supervisão geral da área, para tanto devendo situar-se em plano um pouco mais elevado. A fim de preservar o máximo de espaço ao ar livre;

- ✓ Distribuição de bebedouros e simples pontos d'água pela área externa, tendo em vista reduzir o movimento no pavilhão e oferecer mais conforto aos usuários;
- ✓ Prever mobiliário urbano, como lixeiras e bancos. Os bancos devem ter encosto e serem localizados em pontos de sombra para o bem-estar dos frequentadores;
- ✓ Prever pessoal especializado de áreas multifuncionais para trabalhar efetivamente no espaço, orientando as atividades de lazer e educacionais;
- ✓ Instalação de tampa na caixa de areia para a proteção de entrada de animais.
- ✓ Áreas livres de diferentes formas com pisos de textura e colorido diverso.

Os principais elementos arquitetônicos e de lazer que foram implantados no Parque em seu projeto original foram: o Pavilhão Affonso Eduardo Reidy (Pavilhão Japonês), a Cidade das Crianças ou Aldeia das Meninas, as quadras esportivas, a área de brinquedos e a quadra de Gateball. A construção da biblioteca prevista em projeto, não foi realizada.



Pavilhão Japonês

- Projeto de Affonso Eduardo Reidy
- Área de 291,14m² sobre plataforma de piso elevado a 1m de altura;
- Planejado para abrigar atividades de lazer e área de apoio para os usuários do parque;
- Características arquitetônicas:
 - Estrutura, piso, vedação e cobertura em concreto armado acab. natural;
 - Esquadrias: Vedação frontal em esquadria de alumínio e fechamento em vidro / portas, janelas, guarda-corpo e gradil sob piso elevado em estrut. metálica;
 - Vedações internas em alvenaria.

Elemento tombado

Figura 20: Pavilhão Japonês, anos 2000

Fonte: www.parquedoflamengo.com.br



Acesso

- Projeto de Affonso Eduardo Reidy
- Abriga a portaria do acesso do Parque
- Características arquitetônicas:
 - Cobertura em concreto;
 - Vedação em alvenaria com revestimento cerâmico tipo tijolo cor telha;
 - Esquadrias em estrut. metálica

Elemento tombado

Figura 21: Acesso, anos 2000

Fonte: www.parquedoflamengo.com.br



Aldeia das Meninas (Cidade das Crianças)

- Projeto da arquiteta Maria Laura Osser
- Mini-cidade em concreto colorido representando diversos edifícios existentes numa cidade como: prefeitura, escola, escritório, casas interligadas com área e tanques, móveis e bar.

Elemento tombado

Figura 22: Aldeia das Meninas, anos 2000

Fonte: www.parquedoflamengo.com.br



Quadra de Gateball

- Projeto do Grupo de Trabalho
- Piso em saibro

Elemento não tombado

Figura 23: Quadra de Gateball, anos 2000

Fonte: www.parquedoflamengo.com.br



Campos de Vôlei

- Projeto do Grupo de Trabalho
- Piso em cimento

Elemento tombado

Figura 24: Quadras, anos 2000

Fonte: www.parquedoflamengo.com.br



Área de Brinquedos

- Projeto do Grupo de Trabalho
- Espaço livre gramado com equipamentos de lazer

Elemento tombado

Figura 25: Área de Brinquedos, anos 1970

Fonte: www.parquedoflamengo.com.br

A disposição interna do Pavilhão Japonês (Figura 26), apresenta no projeto original, elaborado pelo arquiteto Affonso Eduardo Reidy, o espaço planejado para receber as atividades educacionais e de lazer propostas pelas diretrizes projetuais mencionadas acima. Neste, foram desenvolvidos os sanitários, ambulatório, salas administrativas e de aulas para os usuários.

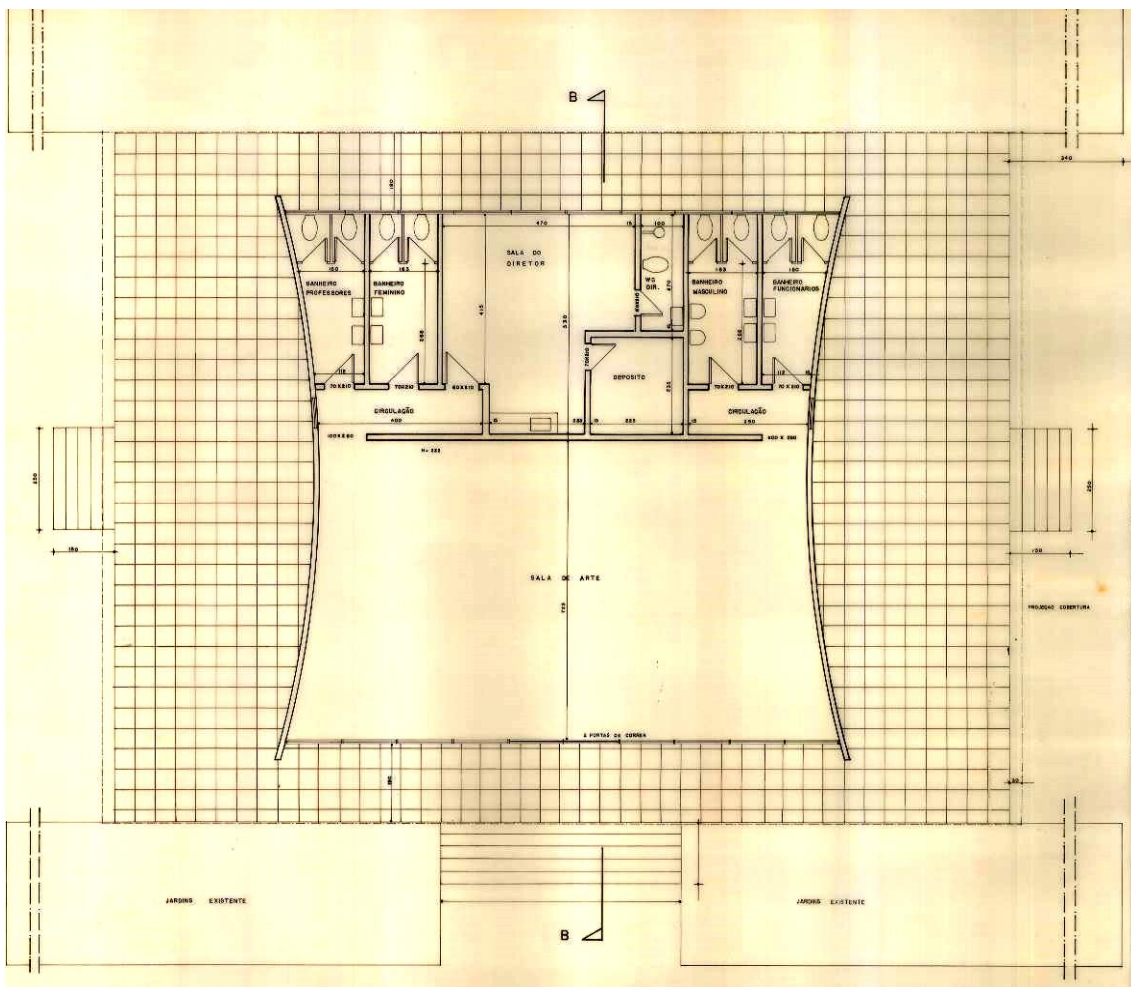


Figura 26: Planta Baixa do Pavilhão Japonês

Fonte: Acervo IRPH

A “Aldeia das Meninas” também demonstra a intensão de uso do espaço para o desenvolvimento educacional através do lúdico, com a reprodução de uma minicidade formada pelas coloridas paredes de concreto.

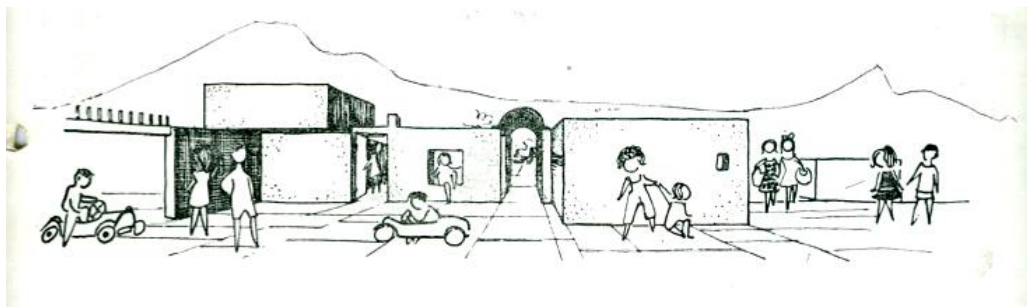


Figura 27: Projeto da arquiteta Maria Laura Osser para a Aldeia das Meninas, atual Cidade das Crianças
 Fonte: revista Módulo nº37, p39, ano 1964, www.parquedoflamengo.com.br
 (acesso em 10 out. 2017)

O projeto firmou um propósito maior do que meramente realizar um espaço de lazer, o Parque foi concebido para contribuir com a melhora da qualidade de vida dos usuários, atuando como fonte de educação. Neste, trabalhariam equipes de profissionais para dar suporte às atividades de lazer e educacionais. Para esse planejamento ser efetivado, contava-se com o funcionamento de uma Fundação, que iria gerenciar todas as atividades deste espaço e de todo o Parque do Flamengo. Infelizmente, essa parte do gerenciamento não foi efetivada e a gestão do Parque é realizada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Modificações realizadas no Parque Infantil

No final dos anos 1990, foi realizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro o Programa RIOmar. Este projeto tinha o objetivo de revitalizar a Orla da Cidade, entre o bairro do Leblon e o Aeroporto Santos Dumont, tendo como prioridade a restauração do Parque do Flamengo (IPHAN, Proc. N°01500000295/96-04, Folha 297).

Nesse período, foi realizado pelo escritório Burle Marx & CIA LTDA. um grande projeto de recuperação paisagística do Parque do Flamengo. Dentre esses projetos, o espaço do Parque Infantil também foi contemplado com o projeto de reforma (ver apêndices 1, 16 e 17).

A proposta de recuperação Paisagística do Parque Infantil sugeriu as principais mudanças (fig.28):

- ✓ Criação de um acesso independente de veículos ao lado do pórtico de acesso. A cobertura não sofre alterações, somente parte da mureta externa e do canteiro

interno;

- ✓ Demolição das quadras de vôlei e construção de duas quadras em novo posicionamento, para receber pista para educação no trânsito. É proposto também uma cobertura pergolada, entre as quadras e a pista;
- ✓ Implantação de novos pisos cimentados e uma grande instalação de brinquedos, no espaço livre do acesso ao lado da passarela;
- ✓ Inserção de novas espécies vegetais.

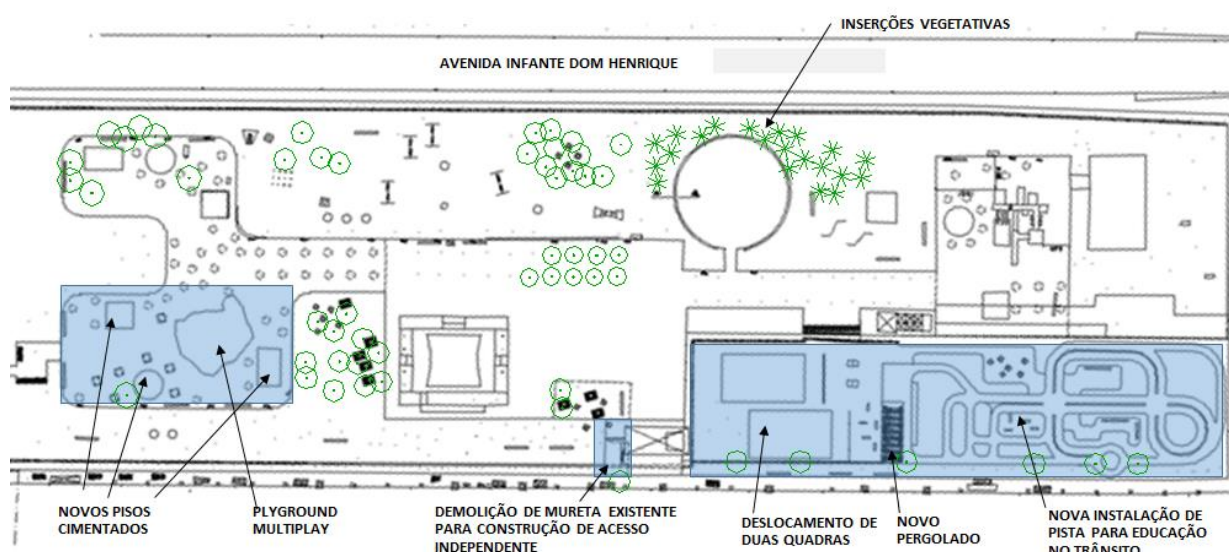


Figura 28: Planta comentada com projeto de intervenção para o Parque Infantil

Fonte: Base projeto Burle Marx & Cia Ltda, 1998, adaptada pela autora

O projeto de reforma do Parque Infantil não foi implantado, porém é importante destacar a proposta de novos usos ao espaço, pois suas diretrizes identificaram a necessidade de adequações de uso do Parque na medida em que a própria sociedade apresentava outras necessidades e interesses. Reitera e fortalece a necessidade de constante avaliação de uso dos espaços, para que o bem seja sempre usufruído pela população.

Nesse projeto de revitalização não foram identificadas intervenções em relação à acessibilidade.

Tombamento

Entregue à Cidade como Parque IV Centenário, o Parque do Flamengo foi inscrito na página 10, sob o nº 39, do Livro de Tombo Paisagístico do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 28 de julho de 1965. Sua inauguração formal ainda não aconteceu pois na

verdade, o projeto por completo ainda não foi totalmente construído. Durante sua execução, as inaugurações aconteciam à medida que as etapas do Parque eram concluídas. Uma das datas comemoradas é o dia 12 de outubro, Dia das Crianças, quando aconteceu uma grande festa no local.

O tombamento em 1965 aconteceu relativamente rápido pois havia grande pressão, principalmente liderada por Lotta, para preservar o Parque. Na época a Cidade passava por grandes transformações urbanísticas e havia um receio de que o espaço valorizado fosse transformado em áreas de interesse imobiliário. A implantação do Parque foi um sucesso e a população logo se apropriou do espaço. Tornou-se um refúgio de lazer e contemplação da natureza para os cariocas.

O processo de tombamento foi solicitado diretamente pelo Governador Carlos Lacerda, defendendo o significado social paisagístico e a valorização dos elementos arquitetônicos.

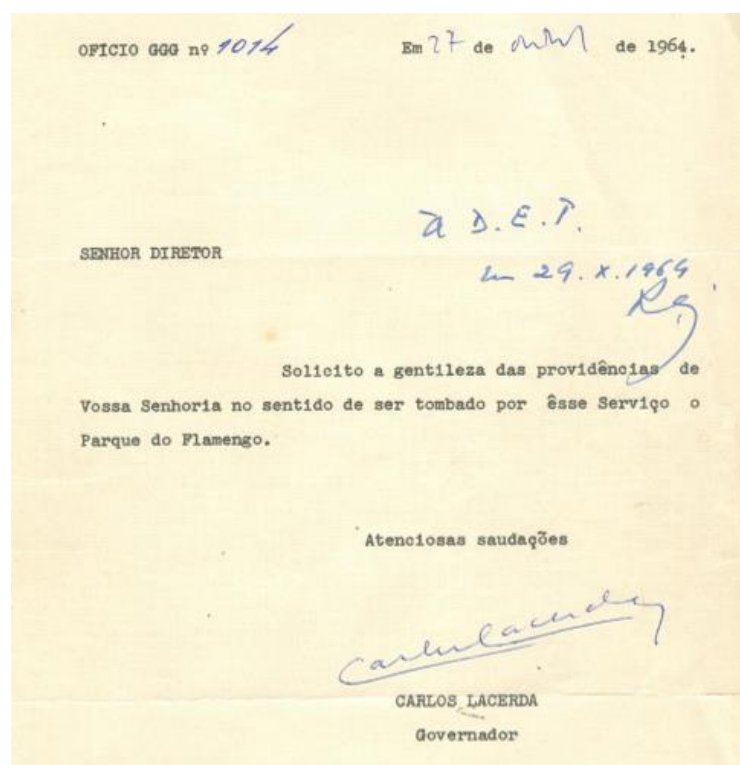


Figura 29: Ofício do governador solicitando o tombamento
Fonte: www.parquedoflamengo.com.br, acesso em 5 dez. 2017

Pela Lei nº1.219 de 11 de abril de 1998, o Parque do Flamengo passou a ser oficialmente designado de Parque Brigadeiro Eduardo Gomes, entre o Aeroporto Santos Dumont e o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, e de Parque Carlos Lacerda no trecho que vai do Monumento ao final, na Zona Sul, mas popularmente

esses nomes não são conhecidos: Parque do Flamengo é o nome utilizado pela população.

Em 1995, com a Lei nº2.287, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, tombou o Parque do Flamengo e, ao mesmo tempo, prolongou-o até o final dos jardins situados ao longo da Praia de Botafogo. Portanto, a extensão do parque, atualmente, é de aproximadamente 2.000.000m².

Em 2012, a UNESCO concedeu à cidade do Rio de Janeiro, o título de Patrimônio Mundial da Paisagem Cultural. O Parque do Flamengo inserido no contexto do sítio, foi reconhecido na categoria “Paisagem Cultural Urbana”.

2.2 - Contextualizando o estudo de caso

O estudo de caso está situado no espaço em torno da edificação do Pavilhão Japonês, sede do atual Centro Administrativo do Parque, nas proximidades do Museu da República, no bairro do Flamengo. O espaço é delimitado fisicamente em sua extensão pela autopista Infante Dom Henrique e a Rua Praia do Flamengo; todo seu perímetro é cercado por uma mureta de pedra que o protege e delimita (fig.30).

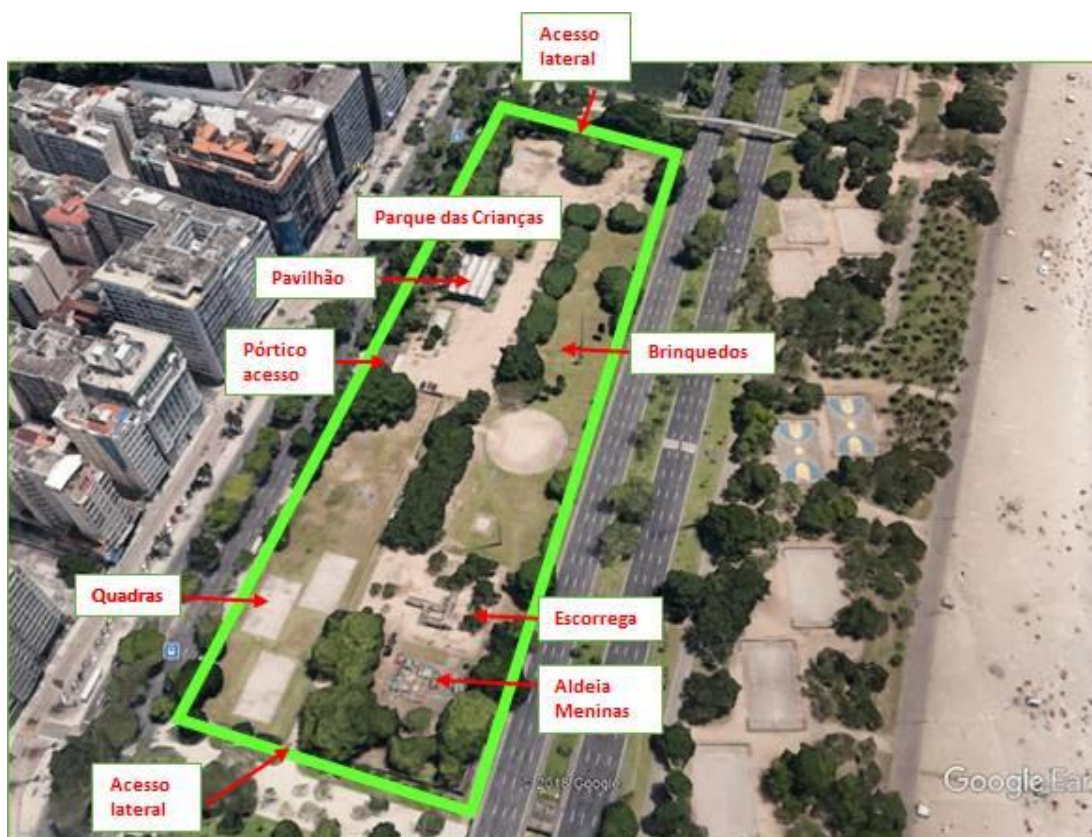


Figura 30: Vista aérea do Parque das Crianças
Fonte: Base Google Maps, adaptada pela autora, set.2018

Foram destacados os principais pontos de atração de cada setor do parque

infantil, para sua avaliação e registro: Acesso, Pavilhão, área de brinquedos, Aldeia das Meninas/Parkour, quadras e espaços livres (Figura 30).

Logo no acesso principal deste espaço e ao redor da Sede do Centro Administrativo, encontramos hoje uma situação problemática devido ao abandono de gatos no local. O espaço ao redor da sede atualmente apresenta uma grande área de estacionamento e muitos animais abandonados, causando mau cheiro e afastando as pessoas, principalmente as crianças, o principal público do parque infantil.



Figura 31: Vista do Pavilhão e área deserta com estacionamento
Fonte: Fotografia autora, ago. 2017



Figura 32: Vista do Pavilhão e animais

No entorno do Pavilhão Japonês, é possível observar um uso diferenciado do espaço durante os dias de semana e nos finais de semana e feriados. Como o local é utilizado como a sede administrativa do parque, apresenta um movimento de funcionários durante os dias de semana. Já nos finais de semana, o pavilhão fica fechado e é ocupado em seu entorno pela equipe de segurança do Aterro Presente¹².

Diferentemente do projeto original do Parque, o espaço interno do Pavilhão não é aberto ao público. As instalações sanitárias, espaço de ambulatorios e salas, previstas para a utilização do público, são hoje de uso privativo da administração e com isso, o parque infantil fica carente dessa infraestrutura.

Em relação ao estado de conservação da edificação, se apresenta no geral, em bom estado. A estrutura em concreto se apresenta sólida e a edificação está em pleno

¹² A Operação Aterro Presente é uma ação de segurança pública implantada desde 2015 no Aterro do Flamengo com o objetivo de reduzir os índices de criminalidade, promover a ordenamento urbano e garantir o direito de ir e vir de moradores da área e frequentadores do parque.

uso.

Externamente é possível perceber a ocupação do Pavilhão pela equipe do Aterro Presente, inclusive no espaço livre com a ocupação de veículos. Essa ocupação e a movimentação de usuários no interior da edificação nos dias de semana identificam espaços bem diferentes a depender do dia em que se visita o parque.



Figura33: Pavilhão em finais de semana e feriados
Fonte: autor, jun de 2016



Figura 34: Pavilhão em dia útil
Fonte: autor, mar de 2018

No espaço livre ocupado pelos brinquedos, a utilização do espaço é marcada por uma boa frequência de usuários nos finais de semana, sendo mais intensa nos domingos e feriados, quando as pistas de alta velocidade que separam o espaço do parque, no trecho da praia, são interditadas ao fluxo de veículos e abertas aos pedestres. Mesmo com o espaço apresentando o mau cheiro causado pelas fezes dos animais e com presença de muitos gatos abandonados.

O espaço é procurado para a realização de piqueniques e comemorações de aniversários, especialmente nos feriados e aos domingos (Figura 35). Nos dias de semana, apresenta uma frequência muito baixa ou até mesmo inexistente (Figura 36). A utilização do espaço no dia a dia não tem muito fluxo. Este fluxo é observado de forma mais intensa em um parque bem próximo à área de estudo, o Parque do Museu da República. Este espaço oferece um local com proteção, limpeza, segurança e acolhimento.



Figura 35: Espaço brinquedos, domingo
Fonte: autor, set de 2018



Figura 36: Espaço brinquedos, quinta-feira
Fonte: autor, jun de 2016

No espaço livre das quadras, acontece o mesmo movimento de frequência nos finais de semana e dias de semana, assim como no espaço de brinquedos (Figura 37 e 38). O uso do local para a prática de esportes e até mesmo para eventos é realizado nesses dias de maior fluxo. Nos dias de semana o espaço não é tão utilizado, porém apresenta um uso pontual para a prática de atividades desportivas para pequenos grupos de pessoas. O espaço não possui acessibilidade adequada e exclui o usuário com deficiência.



Figura 37: Espaço quadras, sábado
Fonte: autor, mar de 2018



Figura 38: Espaço quadras, quinta-feira
Fonte: autor, jun de 2016

O espaço da Cidade das Crianças ou Aldeia das Meninas ou Cidade Parkour¹³ (possui variadas apropriações de nomenclaturas) e a instalação com o escorrega com o tanque de areia, assim como o espaço da quadra e brinquedos apresenta variação de intensidade de fluxos durante os dias da semana. As condições de conservação da

¹³ Desenvolvido como um método de treinamento que permite ao indivíduo, ultrapassar de forma rápida, eficiente e segura quaisquer obstáculos utilizando somente as habilidades e capacidades do corpo humano foi desenvolvido inicialmente na França em meados do final da década de 1980

construção estão em condições razoáveis, mas apresenta problemas pontuais que precisam ser recuperados. A questão da insalubridade do espaço é o maior problema e este é causado pelo agente animal.

Em relação ao espaço da Cidade das Crianças, o uso tem passado por mudanças de apropriação e atualmente é mais utilizado pela prática da atividade de Parkour do que para a recreação infantil. Essa nova apropriação se efetivou no espaço e o próprio parque oferece treinos no local para a aprendizagem da prática. A faixa etária dos usuários dessa atividade é de crianças maiores, adolescentes e de adultos. As crianças pequenas ainda utilizam o espaço e os usos se misturam. Foi constatada a necessidade de intervenções pontuais de conservação, através de tratamento de acabamento das alvenarias.



Figura 39: Cidade das Crianças, feriado
Fonte: autor, nov de 2018



Figura 40: Cidade das Crianças, sábado
Fonte: Fotografia autor, maio. 2018



Figura 41: Escorrega / Playground, feriado
Fonte: autor, nov de 2018



Figura 42: Escorrega / Playground, sábado
Fonte: Fotografia autor, maio. 2018

Em alguns espaços como o quiosque, o espaço com os “cimentados” e o local onde hoje utilizam como estacionamento, o uso não apresenta grande fluxo de pessoas, mesmo aos domingos. São locais que parecem não apresentar atrativos e

conforto aos usuários. O estacionamento é uma ocupação desordenada e de uso incompatível com o projeto arquitetônico. Além da questão de ocupar um espaço de parque destinado ao lazer, apresenta risco aos usuários por cruzarem a mesma circulação. O quiosque não tem muito uso e seu mobiliário externo é ocupado muitas vezes por gatos ao invés de pessoas. O espaço onde existem alguns pisos cimentados para a prática de lazer, é um local de utilização pontual. Nesses espaços são realizadas práticas de treino desportivo, como ginástica para a terceira idade, treinos funcionais, lutas e dança.



Figura 43: Quiosque, feriado
Fonte: autor, nov de 2018



Figura 44: Espaço Livre, feriado
Fonte: autor, nov de 2018



Figura 45: Estacionamento atual, sábado
Fonte: autor, nov de 2018

Na figura 46, são mapeados os usos do Parque, de acordo com as atividades realizadas em cada setor.

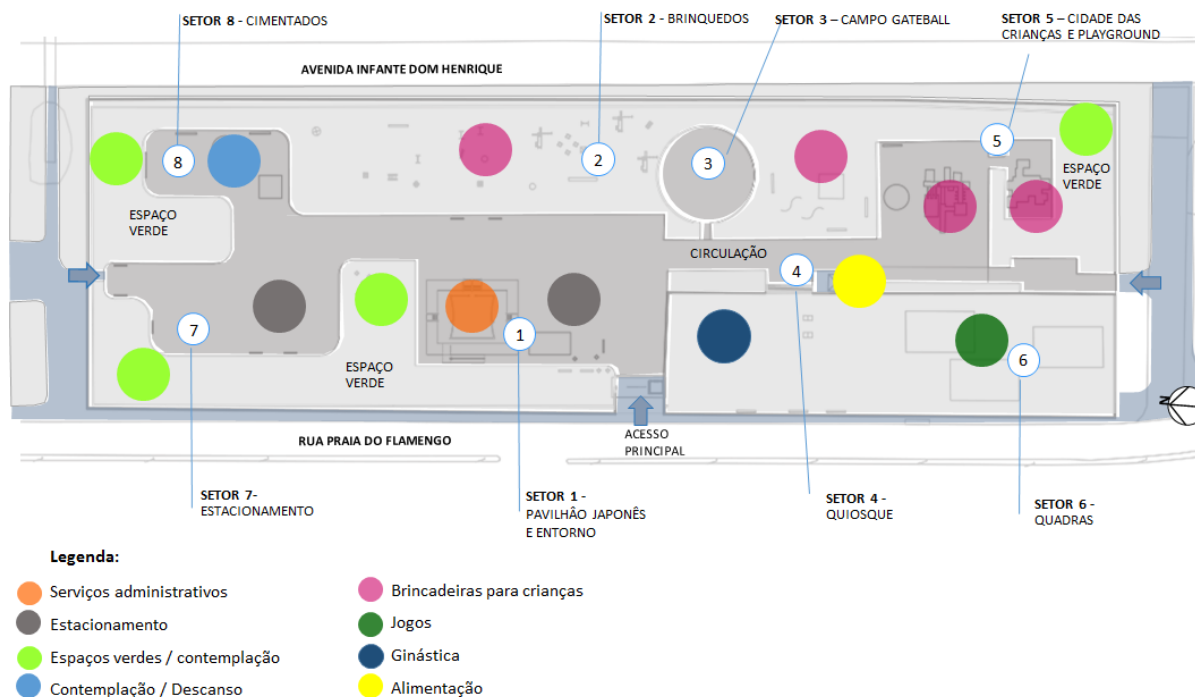


Figura 46: Mapeamento de uso
Fonte: desenvolvido pela autora

Nesse breve diagnóstico do local, é possível observar que, apesar de toda a diversidade de lazer oferecida pelo parque, os aspectos internos do espaço, os problemas de conservação e insalubridade identificados como grandes fatores de repulsa, acabam por afastar o público de usufruir de suas instalações no dia a dia. Além desses pontos, a área de lazer infantil não é acessível, em nenhum dos setores foi identificado um espaço que atendesse a acessibilidade com qualidade e segurança. O parque exclui esses usuários e mesmo sendo considerado um Patrimônio Cultural, não oferece acesso à cultura e lazer aos deficientes.

Estrutura Tipológica e Morfológica atual

No estudo da morfologia da paisagem do Parque, foi analisada a relação do espaço livre com seus elementos naturais e edificados. Essa análise permitiu compreender melhor sua escala e seus pontos focais das visadas de dentro do parque para fora e ao inverso.

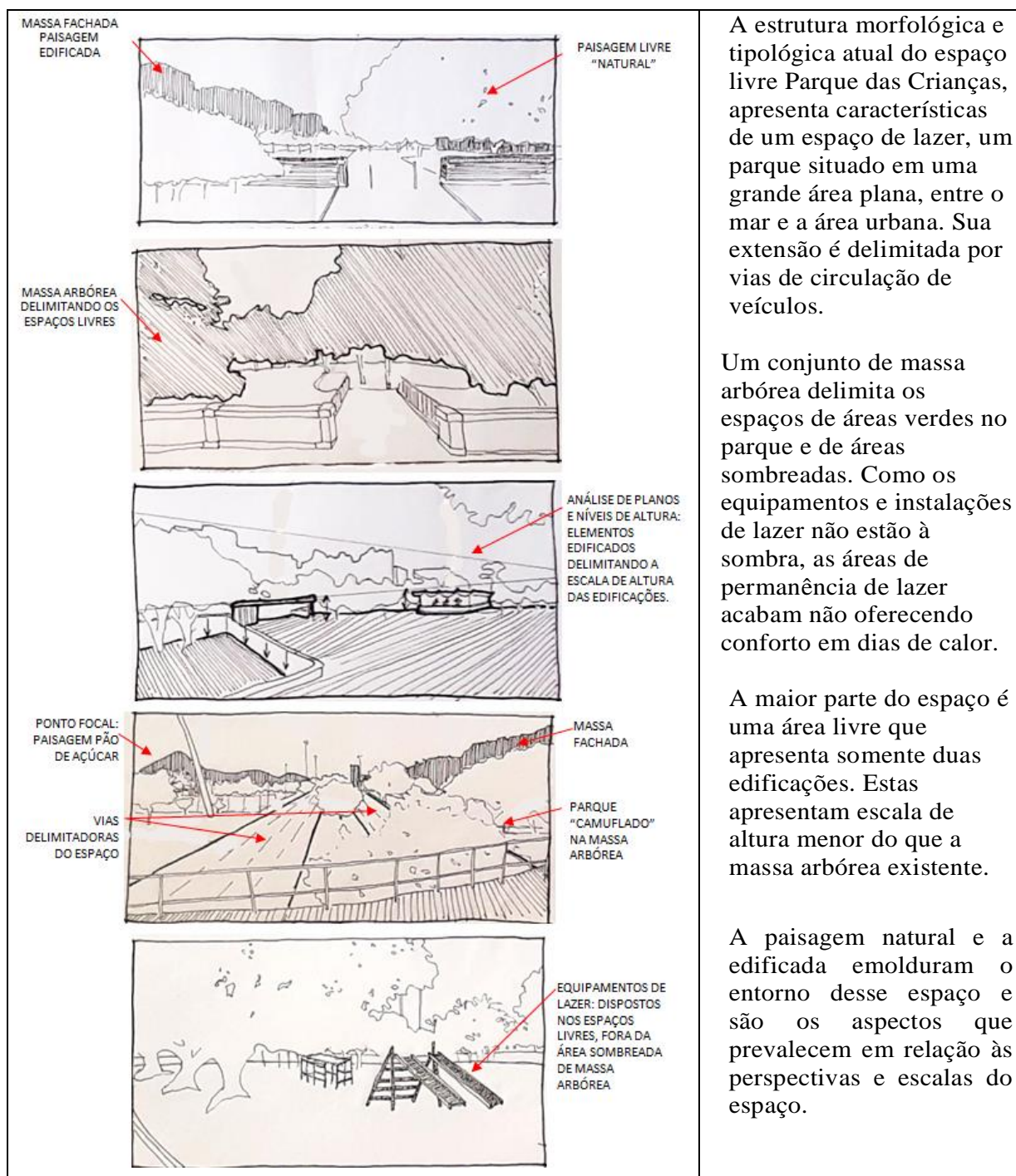


Figura 47: Análise tipológica e morfológica
 Fonte: autora, nov de 2018

2.3 - Considerações sobre o entorno

Zoneamento e Leis Urbanísticas

De acordo com a legislação, a área do zoneamento do bem apresenta as seguintes características: pela Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Rio de Janeiro, o Parque do Flamengo pertence à uma Zona Turística 1 (ZT1). Apesar das zonas turísticas apresentarem diversas possibilidades e usos e atividades adequadas e ou toleradas (Decreto nº 322 de 3 de março de 1976), como por exemplo: biblioteca, espaço comercial para venda e artigos de camping, caça e pesca, galeria de arte, museu restaurante, sede administrativa de empresas com interesse turístico, teatro, clubes, associações esportivas e outros, por ser uma área de proteção do Patrimônio Cultural da Cidade, prevalecem as leis de proteção dos imóveis tombados sobre os parâmetros definidos no Zoneamento Urbano (SMU - instrumentos do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro).

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável (aprovado pela Lei Complementar nº111 de 2011) define uma política do patrimônio cultural mais precisa em seus objetivos, diretrizes e ações estruturantes. Assim, a paisagem como parte integrante deste patrimônio, também desempenha papel relevante no planejamento da cidade.

Atualmente, o Parque do Flamengo conta com pontos comerciais de alimentação e lazer em diversos pontos de sua extensão. Também estão presentes espaços de estacionamento rotativo, operado por empresas privadas. O trecho de maior intervenção e alterações aprovadas do programa original do Parque ocorreu na Marina da Glória, onde a Prefeitura abriu oportunidades para atividades náuticas e competições esportivas, além de espaço para exposições e infraestrutura de apoio. A figura abaixo apresenta o mapa de zoneamento do bem tombado no contexto de seu entorno.

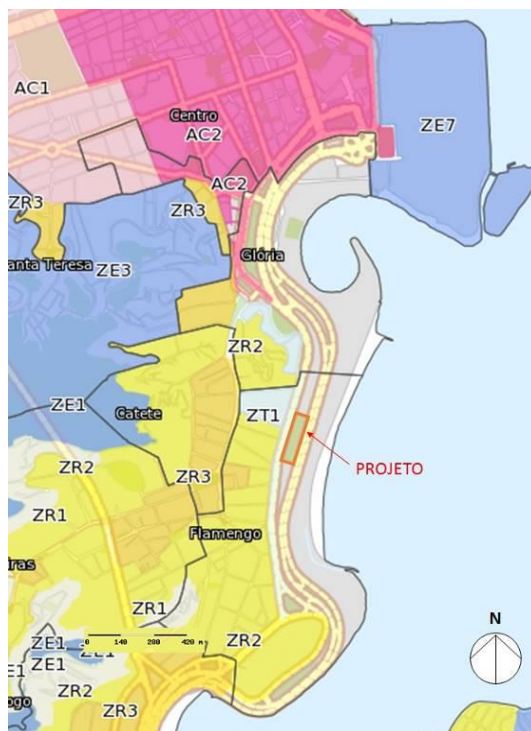


Figura 48: Mapa de Zoneamento do entorno do parque
 Fonte: <http://mapas.rio.rj.gov.br/> (acesso: 03 mai. 2018)

Na análise do espaço no contexto macro, o local está inserido no conjunto da Paisagem Cultural da Cidade do Rio de Janeiro (Figura 49). A delimitação dessa zona foi apresentada no dossiê de candidatura da Cidade para o recebimento do título de Patrimônio Mundial da paisagem urbana da cidade do Rio de Janeiro, concedido pela UNESCO em 2012.



Figura 49: Mapa da paisagem cultural urbana, adaptado pela autora
 Fonte: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4315470/4113001/SitiosUNESCO>, (acesso: 03 mai. 2018).

Ao analisar sua relação com o entorno imediato, o espaço é bem localizado em relação aos transportes públicos, apresenta travessia de pedestres em frente ao acesso principal e, nos laterais, proximidade com a passarela e passagem subterrânea que interligam o trecho com a praia. Porém, não possui sinalização adequada indicando sua localização e atrações. O usuário que está no trecho da praia não tem como saber que existe um parque infantil atravessando as passagens, a não ser que já conheça o espaço.

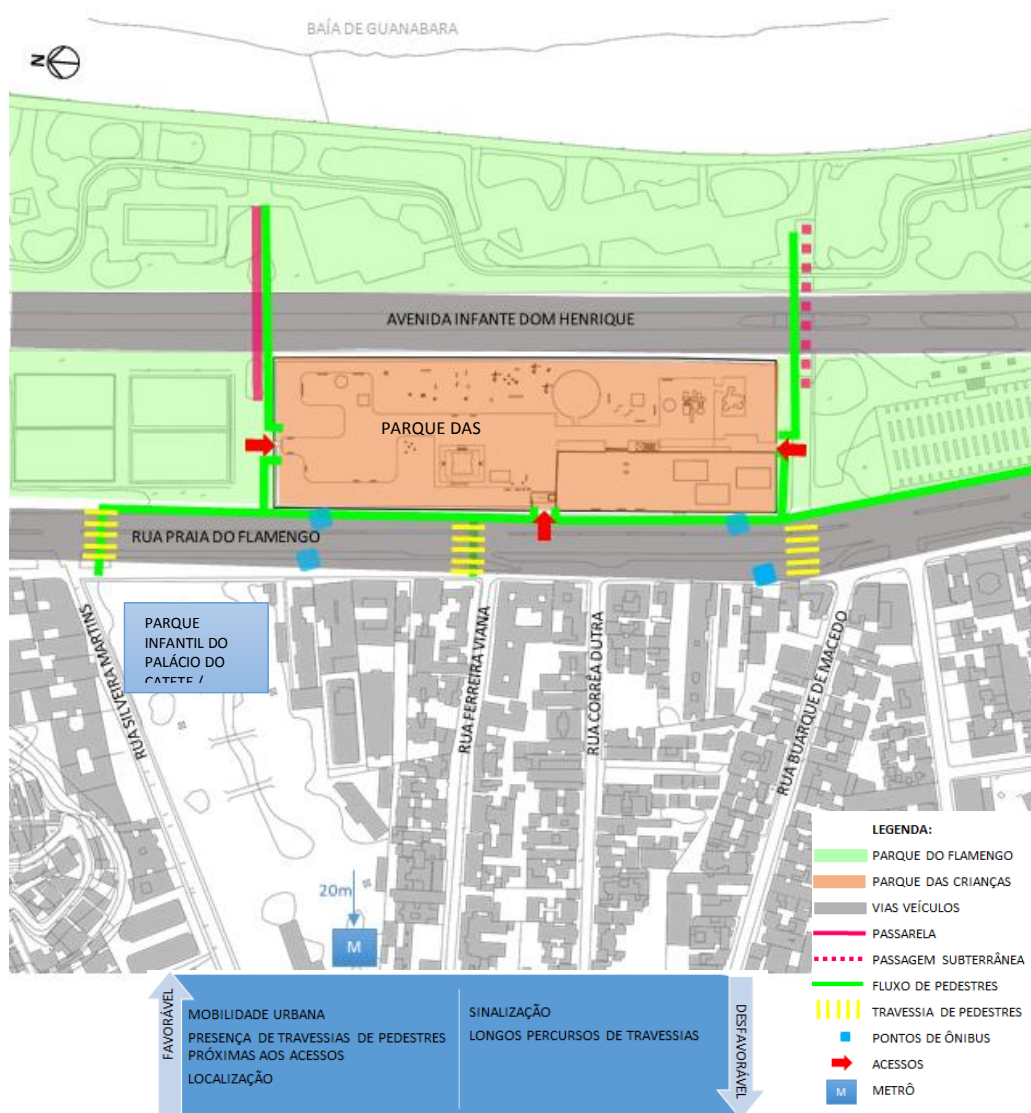


Figura 50: Mapa de análise do entorno imediato
Fonte: Desenvolvido pelo autor

Além do parque ser recortado por pistas de veículos, um aspecto que acaba “isolando” seu espaço é a questão do distanciamento em relação às quadras de edificações residenciais. O usuário precisa atravessar três pistas de rolamento para

chegar ao Parque. O distanciamento é representado com um corte esquemático (Figura 51) entre o Parque das Crianças (Espaço 1) e o Parque Infantil do Museu da República (Espaço 2), que está ao lado das quadras residenciais.



Figura 51: Corte de análise do entorno imediato

Fonte: Desenvolvido pelo autor

Ao analisar o parque infantil do contexto do entorno, suas características configuram sua importância no contexto da paisagem da cidade e em sua relação com grandes escalas, levando em consideração o alcance mundial do patrimônio. Este espaço é um bem cultural protegido em todas as esferas do poder público e devido à sua relação com o entorno merece mais reconhecimento e investimento para que ofereça à sociedade sua plenitude de lazer e de cidadania.

2.4 – Setorização do Parque

Na figura 52 abaixo é demarcada a setorização atual do Parque, de acordo com suas atividades: Pavilhão, brinquedos, gateball, quiosque, Cidade das Crianças e playground, quadras, estacionamentos, cimentados.

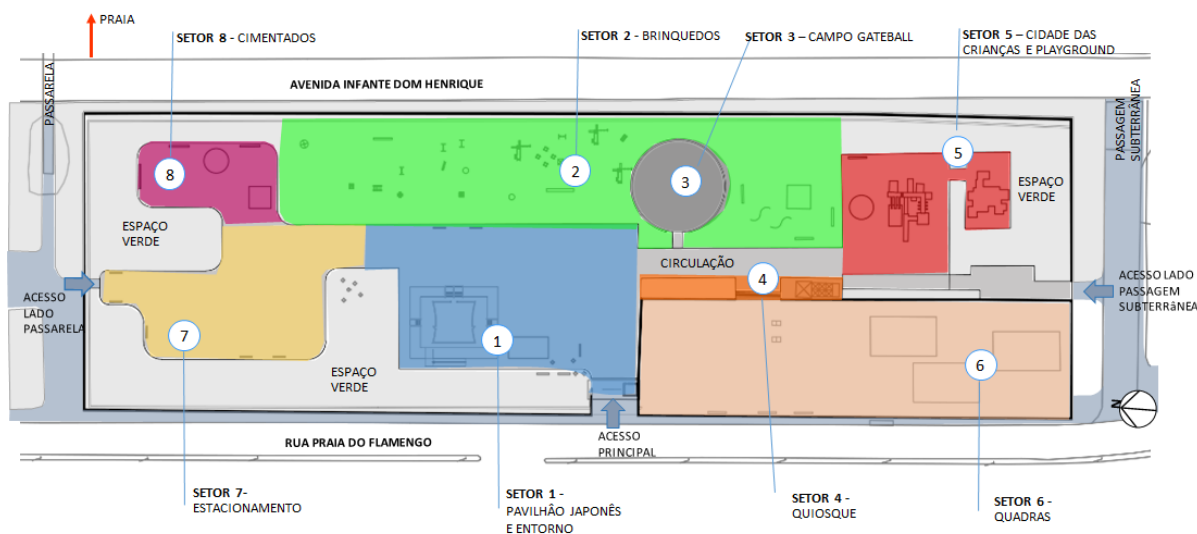


Figura 52: Setorização do Parque
Fonte: Desenvolvida pela autora

Capítulo 3 – Metodologia aplicada

Como recursos para o desenvolvimento do projeto, foram utilizadas ferramentas e estudos desenvolvidos ao longo do Curso de Mestrado, assim como pesquisas bibliográficas e pesquisas em campo.

Através de uma abordagem qualitativa, foi aplicada em campo uma pesquisa de cunho etnográfico, buscando observar e relatar os fenômenos sociais praticados no local e, dessa forma, compreender melhor o uso do espaço pelos usuários.

Para implementar a pesquisa em campo, foi realizada uma dinâmica no espaço do parque com grupos de crianças. Cabe ressaltar que parte desse grupo de crianças era composto por crianças com deficiência. Essa dinâmica utilizou como referência o Método dos Percursos Comentados, desenvolvido por Jean Paul Thibaud (2003) e teve como objetivo principal compreender as percepções usuário com o espaço.

Foram usadas também ferramentas metodológicas etnotopográficas¹⁴ tais como o Mapeamento das Manifestações e os croquis de campo. Essa abordagem permitiu representar graficamente, as percepções do usuário em relação ao espaço, identificando aspectos de relação de atração e afetividade com o ambiente ou de repulsa, levando a definições de diretrizes projetuais de intervenção no projeto arquitetônico.

Da mesma forma, as análises foram apoiadas em um levantamento fotográfico e caderno de campo.

3.1 - Pesquisa de cunho Etnográfico

Como diz Duarte (2010), “A descrição etnográfica depende das qualidades de observação, de sensibilidade ao outro, do conhecimento sobre o contexto estudado, da inteligência e da imaginação científica do etnógrafo” (DUARTE, 2010, p.5). A etnografia vai traduzir, sob a visão e interpretação do observador, as questões e lógicas culturais que emergem em campo, relacionando não só os aspectos técnicos

¹⁴ O grupo de pesquisa LASC (laboratório Arquitetura, Subjetividade e Cultura) do Proarq/UFRJ desenvolve uma série de ferramentas metodológicas denominada “etnotopografia”. Esse conjunto de ferramentas tomam as bases das ciências humanas para interpretar os espaços construídos de forma a facilitar a compreensão por parte do pesquisador em Arquitetura e Urbanismo. A Análise Etnotopográfica estaria, assim, relacionada a uma aplicação de estudos de um grupo sociocultural em um determinado lugar, com base e suporte no espaço em si (DUARTE, 2010).

mas também os subjetivos e culturais. Nesta pesquisa, a própria experiência do observador é incluída na descrição e percepção da pesquisa por meio da observação participante. O trabalho de inter-relacionamento da contextualização do espaço com as ações e experiências percebidas é fundamental para estruturar sua interpretação com os vários agentes envolvidos.

Duarte (2010) apresenta caminhos de pesquisa ressaltando a importância de um olhar mais sensível do arquiteto-pesquisador. A autora ressalta como o trabalho é enriquecido quando esse olhar é realizado nos ambientes com os usuários e o quanto pode promover estratégias de promoção da qualidade dos ambientes, no significado dos espaços e qualidade dos projetos.

A pesquisa de cunho etnográfico realizada no local do objeto do presente projeto foi feita por observação e anotações das percepções observadas dos grupos de pessoas experimentando o espaço. Como o parque é um espaço livre, as visitas aconteceram em dias de bom tempo e em dias de semana, finais de semana e feriados. A intenção foi captar pela observação como funciona a dinâmica do parque, como os espaços são utilizados e com que frequência, como a acessibilidade é incorporada nesses espaços e qual é a influência da ambiência na percepção desses espaços por parte de seus usuários.

Na análise do uso dos espaços livres existentes, foram destacados os principais pontos de atração de cada setor do parque infantil, para sua avaliação e registro. De forma que seja considerado nas diretrizes projetuais de intervenção.

3.2 – Método dos Percursos Comentados

Devido à necessidade de compreensão da influência da ambiência urbana em relação ao comportamento e afetos desenvolvidos pelas pessoas no espaço, surgiu o método dos Percursos Comentados, desenvolvido pelo sociólogo Jean Paul Thibaud (2003). Este busca captar as percepções que os usuários têm de uma determinada ambiência.

Essas percepções, segundo Thibaud (2003), são influenciadas pelo ordenamento material de uma ambiência e afetam os fenômenos sensíveis (sonoros, olfativos, lumínicos, táteis) das pessoas que vivenciam esse espaço. Essa relação teria influência na maneira de agir e de interagir das pessoas.

Percursos Comentados é uma metodologia de pesquisa que busca aproximar a compreensão da relação do usuário com o espaço através de uma percepção sensorial. Essa metodologia identifica uma visão de percepção do espaço pela ótica dos usuários. De acordo com o autor, essa percepção só pode ser sentida com o corpo em movimento no espaço. Muitos aspectos podem contribuir para essa percepção do ambiente e cada grupo ou indivíduo podem ter percepções distintas dependendo de suas experiências e circunstâncias na vivência desse espaço.

Na referida metodologia, durante a realização desse percurso, o usuário precisa verbalizar suas sensações em relação ao lugar. Essas sensações devem ser expressas através da leitura do espaço pelos sentidos: cheiro do lugar (olfato), perspectivas, vistas (visão), sons (audição), tato, paladar ou qualquer outro sentido que venha a ser identificado. Segundo Thibaud (2003), a chave para a transmissão dessas percepções deve acontecer simultaneamente com o caminhar, a percepção e a descrição.

A descrição do método também orienta o observador a realizar uma leitura dessas percepções coletadas. Ou seja, conseguir analisar o resultado dessas experiências e com base nesses resultados, junto a seu conhecimento, traçar um percurso “ideal”, mais próximo das reais necessidades da sociedade.

Abaixo vemos um quadro sinóptico das fases dos elementos estruturadores do método:

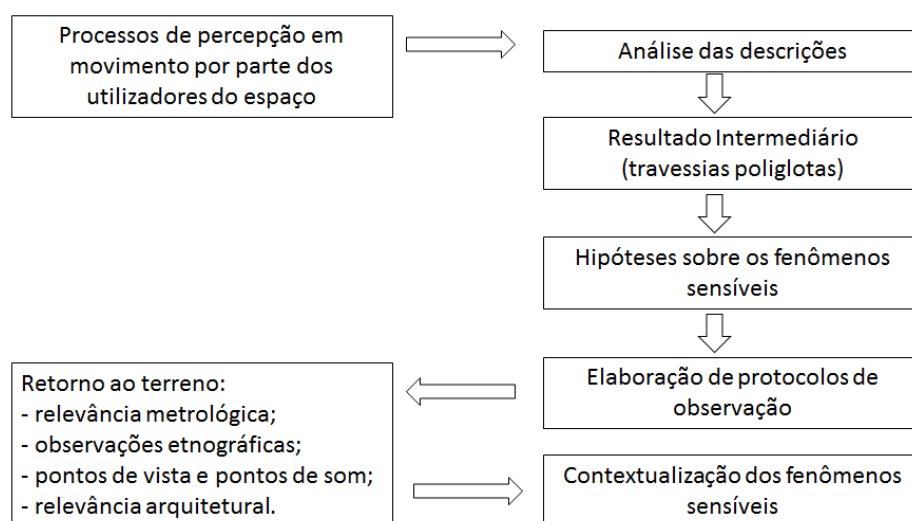


Figura 53: Quadro Sinóptico
Fonte: Thibaud (2002) *apud* Melo (2013: p.98)

Essa sequência de atividades estabelece um processo para que o método seja realizado. A duração do percurso deve acontecer no máximo em vinte minutos

aproximadamente e não deve ser muito extenso.

Em relação à análise, é importante que os resultados sejam confrontados com as observações etnográficas e os levantamentos em campo, a fim de serem comprovados.

3.3 - Mapeamento das Manifestações

Desenvolvido pelo grupo do Laboratório de Arquitetura, Subjetividade e Cultura, LASC/PROARQ¹⁵, a ferramenta metodológica “Mapeamento das Manifestações” consiste em representar em planta as manifestações de afeto, percepções sensoriais ou qualquer outro evento social que tenha ocorrido em campo a fim de identificar os pontos nevrálgicos do lugar, os locais que fazem emergir sentimentos ou aqueles que desencadeiam reações de repulsa ou apego.

Essa ferramenta metodológica não especifica a forma de cartografar as manifestações: apenas indica a importância das referências espaciais relacionadas com a espacialidade do local. Recomenda-se que tal mapeamento seja feito pelo pesquisador em concomitância com registros etnográficos (por meio de relatos e croquis em caderno de campo). Trata-se de uma ferramenta elaborada com foco no pesquisador em Arquitetura e Urbanismo que, devido a sua formação, tem facilidade de compreender espacialmente aquilo que nem sempre é dito pelos informantes quando da aplicação de questionários tradicionais (DUARTE, 2010)¹⁶.

3.4. - Metodologia Aplicada

Por tratar da percepção de crianças com deficiência, foi necessário fazer ajustes nas ferramentas empregadas na presente pesquisa. Se por um lado interessava compreender as percepções desses usuários em potencial, por outro, foi constatado que seria difícil obter o relato dessas crianças por meio da metodologia de Thibaud

¹⁵ O Grupo Arquitetura, Subjetividade e Cultura desenvolve pesquisas e análises sobre a inter-relação pessoa-espaco construído. Sua meta é analisar os fatores de ordem subjetiva e cultural que participam da construção do Lugar, da Memória e da Identidade espacial dos grupos socio-culturais.

¹⁶ O Mapeamento das Manifestações foi aplicado com sucesso em algumas pesquisas, como, por exemplo: Melo (2013) que apresentou as manifestações por meio de stickers; Carvalho (2013) que usou cores para representar sensações de medo, segurança, intimidade e mistério em ambiências noturnas e Brasileiro (2007) que mapeou espaços de trabalho.

(percursos comentados) se esta fosse aplicada em sua forma clássica.

Da mesma forma, sentimos que seria muito difícil mapear manifestações de afeto apenas com os registros etnográficos: entendíamos que seria necessária uma comunicação mais efetiva com essas crianças pesquisadas.

A metodologia aplicada nesta pesquisa buscou, assim, não apenas misturar os dois métodos como, também, adaptá-los ao grupo específico de usuários que selecionamos, a saber: crianças, principalmente aquelas com deficiência.

Com o objetivo de realizar a dinâmica de forma interessante para as crianças, para as avaliações de cada setor do parque, propusemos que o relato de suas apreciações fosse feito por meio de emoji¹⁷ correspondente ao sentimento em relação ao ambiente. Foram definidos quatro tipos de sentimentos de emojis: muito legal, legal, mais ou menos e não gostei, conforme demonstrado na figura de Avaliação Emojis:

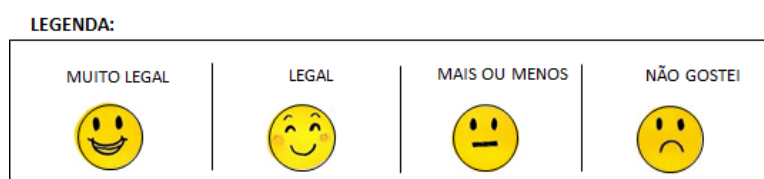


Figura 54: Avaliação emojis
Fonte: desenvolvido pela autora

Como foi dito no capítulo metodológico, a escolha do emoji para representar o sentimento em relação ao espaço foi uma forma de criar uma aproximação na comunicação com os grupos. Esta representação traduziria a expressão do sentimento, pois alguns apresentam dificuldades de verbalizar suas percepções com palavras. Os comentários são agregados também no relatório de análise.

Visando a analisar os resultados da dinâmica, confrontando com as ideias conceituais de projeto deste estudo de caso, a dinâmica propôs uma atividade onde os usuários iriam sugerir atividades para cada setor do Parque. As atividades já estavam pré-estabelecidas, conforme a setorização pesquisada nos projetos de referências arquitetônicas. A ideia dessa atividade foi confrontar a setorização das atividades propostas com a vontade do usuário. Além disso, verificar a possibilidade de sugestão de outras atividades.

¹⁷ Emoji é de origem japonesa, composta pela junção dos elementos e (imagem) e moji (letra), e é considerado um pictograma ou ideograma, ou seja, uma imagem que transmite a ideia de uma palavra ou frase completa.



Figura 55: Mapa de Atividades Propostas
Fonte: desenvolvido pela autora

Para concluir o planejamento da dinâmica, após o término das atividades propostas por setor e um intervalo para descanso, foi solicitado a realização de desenhos sobre as impressões do parque. O desenho foi pensado como mais uma forma de representação e expressão de seus sentimentos. De fato, devido ao planejamento de realizar a metodologia de realização do percurso com grupos de crianças, incluindo crianças com deficiência, as atividades complementares como os desenhos e sugestão de atividades, foram realizadas como forma de ampliar as possibilidades de comunicação dos participantes, pois a verbalização das percepções teve que se direcionar para outras formas de expressão, de acordo com as limitações de cada um.

O percurso (Figura 56) foi realizado com o seguinte trajeto:

- 1º) Acesso pela entrada principal;
- 2º) Parada no Setor 2 : Espaço dos Brinquedos;
- 3º) Parada entre o Setor 3 (Gateball) e Setor 5 (Cidade das Crianças);
- 4º) Parada no Setor 4 (Quiosque);
- 5º) Parada no Setor 6 (Quadras);
- 6º) Parada no Setor 1 (Pavilhão);
- 7º) Parada no Setor 7 (Estacionamento);
- 8) Parada no Setor 8 (Cimentados).

Esta sequência de percurso foi estabelecida em função da proximidade dos setores e da circulação natural do usuário (criança) que entra pelo acesso principal. Foi observado nas pesquisas de campo, que a maioria das crianças que entram por este acesso vai direto à área de brinquedos e depois quando visualizam o lado da Cidade das Crianças, se deslocam para este ponto. A complementação do percurso teve como critério, a proximidade dos setores.

Mapa do Percurso

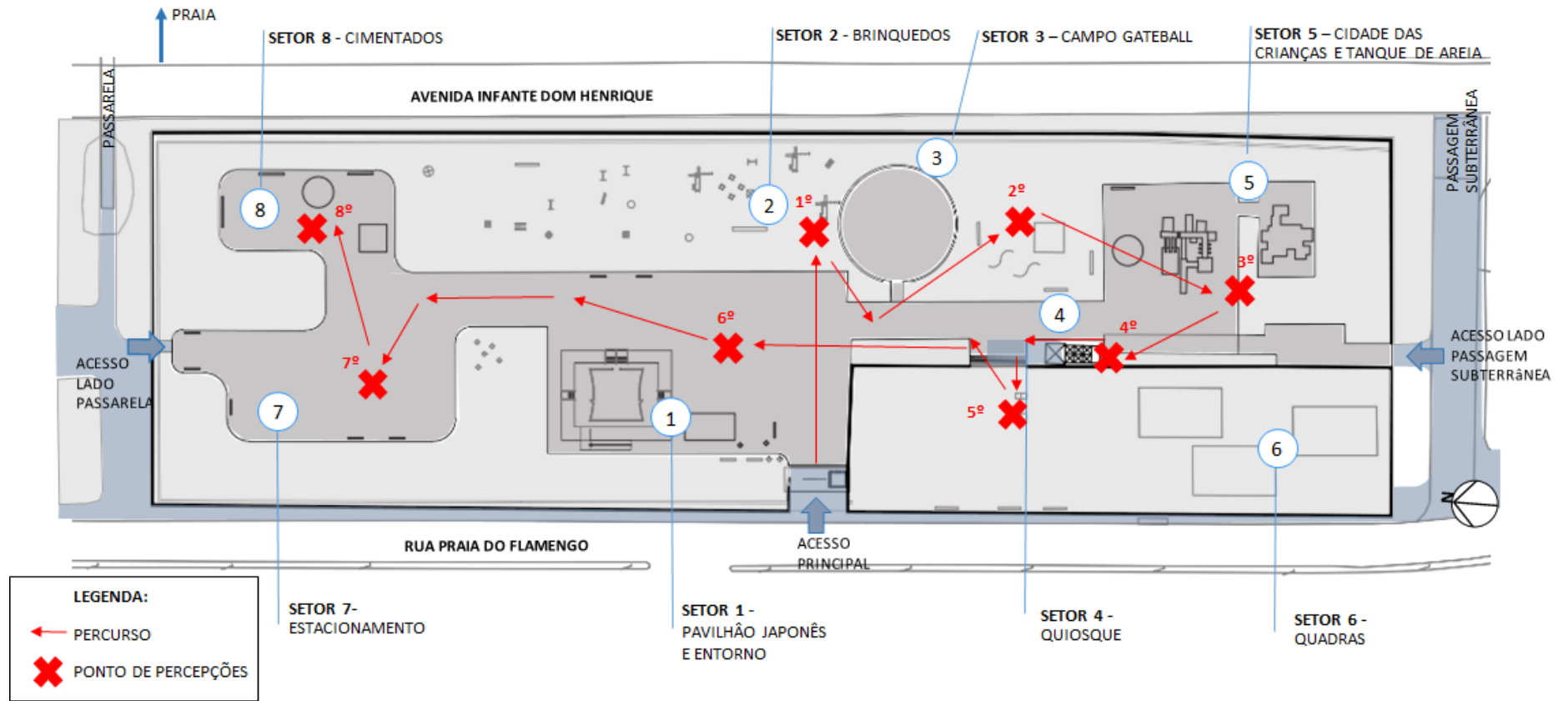


Figura 56: Mapa do Percurso
Fonte: desenvolvido pela autora

Toda a pesquisa foi complementada por um levantamento fotográfico que se revelou de extrema utilidade no momento de analisar os resultados.

3.5 - Recorte social da pesquisa

O recorte dos grupos de estudo foi na faixa etária de quatro a treze anos, tendo uma participação especial de um jovem com deficiência auditiva de vinte e cinco anos de idade, conforme apresentado no quadro Planilha de Dados:

VISITA PERCURSOS COMENTADOS - Grupo 1			
Local: Parque das Crianças			
Planilha de Dados			
Data: 02/11/2018 - sábado, feriado - manhã			
Participantes	Idade	Tipo de Deficiência (DEC. (DEC. 5.296/04, artigo 5º)	
1 I. (Menina)	10	Não apresenta	
2 F. (Menino)	4	Não apresenta	
3 G. (Menina)	10	Não apresenta	

VISITA PERCURSOS COMENTADOS - Grupo 2			
Local: Parque das Crianças			
Planilha de Dados			
Data: 11/01/2019 - sexta-feira- manhã			
Participantes	Idade	Tipo de Deficiência (DEC. 5.296/04, artigo 5º e Lei 12.764/12, artigo 1º, §2º)	
1 LF. (Menino)	9	Não apresenta	
2 L. (Menino)	12	TEA (Transtorno do Espectro Autista)	
3 E. (Menino)	8	TEA (Transtorno do Espectro Autista)	
4 L. (Menino)	8	Múltipla (TEA e hipotonia)	
5 L. (Menina)	7	Não apresenta	
6 M. (Menino)	10	Múltipla (Down, baixa visão e TEA)	
7 J. (Menina)	5	Múltipla (Atraso no desenvolvimento e TEA)	
8 A. (Menino)	25	Auditiva	
9 ME. (Menina)	6	TEA (Transtorno do Espectro Autista)	
10 D. (Menino)	13	TEA (Transtorno do Espectro Autista)	

Quadro 1: Planilha de Dados

O grupo 1 foi formado por crianças próximas ao meu convívio. O grupo 2, por crianças com deficiência ou não, que participam do Grupo AMAR EDUCA, Amigos dos Autistas Reunidos. O AMAR EDUCA realiza diversas ações buscando promover orientação, interação e inclusão das pessoas autistas e com outras deficiências.

Para atender às resoluções legais, todos os respectivos responsáveis assinaram

um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 18), neste foi informado que as crianças que participassem da dinâmica teriam suas identidades preservadas e poderiam desistir do experimento sempre que assim o desejassem. A pesquisa foi cadastrada na Plataforma Brasil e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

Capítulo 4 – Análise de Diagnóstico

No planejamento da realização do percurso com crianças, considerando também crianças com deficiência, algumas adaptações foram realizadas de forma que fosse possível completar o percurso proposto e permitir possibilidades variadas de comunicação. Uma vez que a verbalização das emoções seria restrita a alguns participantes, foram propostos também como forma de expressão, recursos gráficos de representação de emoções e desenhos que representassem seus sentimentos e desejos. A intenção foi levar ao espaço crianças com idades diferentes, com ou sem deficiência, para que pudessem experimentar o espaço e através da aplicação da metodologia, fornecer informações que pudessem ser utilizadas como diretrizes projetuais de intervenção.

Foram realizadas duas dinâmicas. Estas ocorreram em dias distintos, sendo a primeira realizada em novembro de 2018, chamada de grupo 1, e a segunda em janeiro de 2019, chamada de grupo 2.

Antes da realização da dinâmica foi explicado às crianças como seria a atividade e inclusive que poderiam desistir se quisessem. Foram informadas que deveriam falar sem medo ou preocupação, tudo o que estavam sentindo em relação aos sentidos: aos sons, cheiros, tato, visão e qualquer outra percepção que tivessem. Além da verbalização das percepções, deveriam dar uma avaliação para cada setor do Também deveria falar das emoções, perceber se estavam felizes, satisfeitos, acolhidos ou não com parque.

Em relação à realização do percurso individualmente, conforme descrito na metodologia de Percursos Comentados, na dinâmica com as crianças foi proposto um percurso em grupo. Esta modificação visou a uma atividade mais divertida para os grupos e mais rápida, pois como cada grupo chegaria e sairia junto do espaço, a dinâmica individual seria muito demorada.

4.1 – Percepções sensíveis

Como foi dito no capítulo metodológico, o mapeamento das manifestações e os percursos comentados foram adaptados e representados sobre a planta baixa do

parque infantil, demonstrando os resultados das dinâmicas dos percursos realizados em campo com os grupos 1 e 2.

Para demonstrar graficamente o resultado desta pesquisa, para cada avaliação de sentimento representada pelos emojis e cada atividade proposta representada por desenhos, foi atribuída uma cor correspondente (figura avaliação emoji com cores). Essa cor foi utilizada como referência para a demarcação na planta baixa do Parque, representando a avaliação de cada usuário. Dessa forma foi possível visualizar as avaliações das ambiências em planta, mapeando os sentimentos e percepções do espaço.

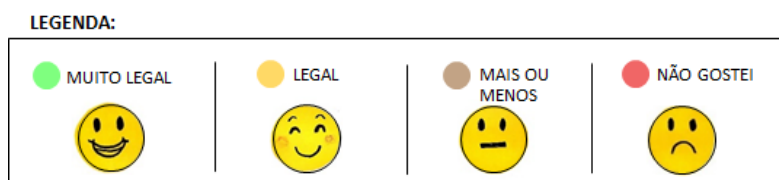


Figura 57: Avaliação emojis com cores para mapeamento
Fonte: desenvolvido pela autora



Figura 58: Mapa de Atividades Propostas com cores para mapeamento
Fonte: desenvolvido pela autora

De acordo com a pesquisa realizada em campo, são apresentados aqui os resultados encontrados, destacando seus principais desafios e conclusões.

Com o grupo 1, como havia apenas três crianças, o planejamento inicial foi de realizar o percurso no espaço com uma criança de cada vez para que uma não interferisse nos comentários da outra. O tempo de realização da atividade seria de, no máximo, vinte minutos, conforme orientação do método e o registro seria gravado pelo celular. Porém, a gravação não forneceu dados confiáveis, uma vez que as crianças mudaram a postura de naturalidade quando começou a gravação. Por conta disso, o registro das percepções foi realizado por anotações, fotografias e avaliações que as mesmas fizeram em cada setor do parque, seguindo as representações com os

emojis e desenhos de atividades. A realização dos percursos individuais também não foi possível, pois no ambiente do parque as crianças recebiam estímulos diversos, se dispersavam e preferiam ficar juntas.

O tempo de realização do percurso foi bem maior do que o planejado inicialmente, que seria de vinte minutos. À medida que as crianças chegavam em um ambiente e gostavam, queriam explorá-lo, experimentá-lo e brincar. O inverso também aconteceu, quando não se identificavam ou não sentiam interesse, era difícil até pararem para avaliarem o espaço. Tanto o grupo 1 quanto o grupo 2, levaram em média 60 minutos para a realização do percurso completo.



Figura 59: Brincadeiras nos espaços, grupo 1
Fonte: autora, nov de 2018



Figura 60: Avaliação emojis, grupo 2
Fonte: autora, jan de 2019

Durante percurso, além das avaliações apontadas pelas crianças, os comentários espontâneos feitos por elas e pelos pais que acompanharam, foram de grande valia

para a análise da ambiência do parque.

Logo na entrada principal do parque, uma criança do grupo 1 perguntou se estava em uma fazenda porque sentiu um “cheiro de fazenda”. Com o grupo 2, no mesmo local, uma criança perguntou se era um parque de bichos, pois foi a primeira impressão que teve do lugar devido aos cheiros. São aspectos que devem ser considerados na avaliação do ambiente e o que ele representa para o usuário.

Com base nos comentários e percepções dos usuários, foi realizado um cadastro das principais informações que marcaram cada setor do parque, conforme apresentado no quadro Comentários dos Participantes:

Local	Comentários Participantes
SETOR 1 - Entrada pelo acesso principal, em frente ao Pavilhão	Cheiro de fazenda. É aqui o parque? Muito calor! É um parque de bichos? Essa construção esquisita serve pra quê? Aqui podia ter uma feirinha, um espaço com comidas e de festa É aqui a entrada? Onde é o banheiro? Nossa, quantos gatos! Melhor não pegar (mães dizendo para os filhos) Aqui bem que podia ter uma cobertura porque serve para proteger do sol e da chuva. (comentário de mãe)
SETOR 2 - Brinquedos gramado	Aqui é legal. Podemos brincar e continuar depois? Podia ter umas flores coloridas, não é? Muito calor! Aqui não tem nada para minha filha, vou tentar pelo menos o escorrega. (comentário mãe de deficiente cadeirante)
SETOR 3 - Campo Gateball	Pra quê que servem essas barrinhas no chão? Espaço desperdiçado. Aqui podia ter uma pista de patins.
SETOR 4 – Quiosque	Está funcionando? Aqui vende o quê? Lugar esquisito. Está abandonado?
SETOR 5 - Cidade das Crianças e Tanque de Areia	Que legal, é muito alto! Muito calor! Que nojo, cheiro de cocô. Eu não vou subir. É nojento mesmo mas eu vou subir só um pouquinho. Que legal! Vamos fazer Parkour!
SETOR 6 – Quadras	Que pena que a gente não trouxe bola! Não consigo levar minha filha lá. (comentário mãe de deficiente cadeirante)
SETOR 7 – Estacionamento	Isso aqui não combina com as crianças! Muito chato, vamos embora!
SETOR 8 – Cimentados	Aqui não tem nada pra fazer, já podemos ir embora?
TODOS OS SETORES	Poderia ter umas placas explicando a história desse parque e ter as indicações dos lugares. Aqui não diz nada! Gostaria de saber sobre as espécies vegetais, quais são...(comentário do rapaz com deficiência auditiva) Não tem banheiro e nem fraldário? E agora? (comentário dos pais)

Quadro 2: Comentários dos participantes

Durante a realização do percurso, além das percepções registradas de acordo com as avaliações das crianças, os responsáveis que acompanharam se manifestaram espontaneamente e seus comentários também foram registrados, assim como a percepção de suas ações e reação com o ambiente. Vale ressaltar que em um parque infantil quem leva as crianças são os responsáveis, portanto são usuários que possuem legitimidade para opinar na pesquisa, já que este espaço deve atender a todos.

Os responsáveis do grupo 2 fizeram vários comentários em relação às questões de acessibilidade, pois os afeta diretamente. A falta de acesso adequado e de instalações seguras e atrativas dificultaram demais a experiência, conforme registrado nas figuras Problemas de Acessibilidade.



Figura 61: Problemas de acessibilidade na circulação e brinquedos, grupo 2
Fonte: autora, jan de 2019

Verificou-se que, para os responsáveis, havia uma sensação de tensão sobre a preocupação dos filhos brincarem em um local não preparado para eles. Nessa situação, o desgaste físico e emocional para alguns responsáveis também foi identificado, pois por não apresentar um local seguro, precisaram se esforçar para acompanhá-los mais de perto e garantir sua segurança. A experiência revelou sensação de frustração por não poderem aproveitar o espaço como gostariam, ficando mais na posição de expectadores.



Figura 62: Brinquedos não acessíveis e criança interagindo, grupo 2
Fonte: autora, jan de 2019

É importante ressaltar que, em alguns casos, as avaliações só foram possíveis com a presença dos responsáveis devido às questões de comunicação. No caso do rapaz com deficiência auditiva, como esta pesquisadora não fala a língua brasileira de sinais, a mãe esteve presente todo o momento e pôde fazer nossa interlocução. Já com algumas crianças, a presença das mães foi fundamental para nos ajudar no atendimento das avaliações, pois não conheciam a pesquisadora e nem sempre respondiam diretamente a esta.

Devido à falta de infraestrutura existente, ao calor e de não termos encontrado um local agradável e limpo, essa atividade complementar dos desenhos não foi concretizada no parque infantil. Nos deslocamos para o trecho do Aterro à beira da praia. Lá, apesar de não ter infraestrutura, o clima estava bem mais agradável e acolhedor. Esta atividade se repetiu nos dois grupos, conforme as figuras desenhos das percepções.



Figura 63: desenhos das percepções, grupo 1 e 2
Fonte: autor, nov de 2018 e jan de 2019

Na atividade de desenhos, onde as crianças foram estimuladas a desenhar suas impressões do parque, os resultados foram interessantes pois alguns elementos em comum se manifestaram (figura 64).

Os desenhos que representam o que as crianças mais gostaram do Parque, se destacam os elementos naturais da paisagem, os brinquedos e a Cidade das Crianças ou Parkour.

A representação do Pão de Açúcar e dos elementos naturais como as árvores aparece em destaque, se manifestando na maioria dos desenhos. A força da natureza do parque é afirmada nas representações como uma forma de identidade do espaço.

Os desenhos dos elementos que as crianças não gostaram do parque foram representados com as figuras de fezes de gato, representando a sujeira e o mau cheiro, os gatos abandonados e os carros. O gato também aparece como a principal impressão do parque no desenho de uma criança de quatro anos, que só desenhava gatos em todas as folhas oferecidas.

Como representação de elementos do que as crianças gostariam que tivesse no parque, foi representado um grande portal de entrada, neste, a criança disse que era para mostrar a entrada do parque. Uma pista de skate também foi representada para uma criança de doze anos, representando um entretenimento mais interessante para sua idade. As barraquinhas de comida e de feirinhas também foram representadas como desejo de realização. O elemento água surge em forma de chafariz também como desejo de um novo espaço de lazer.

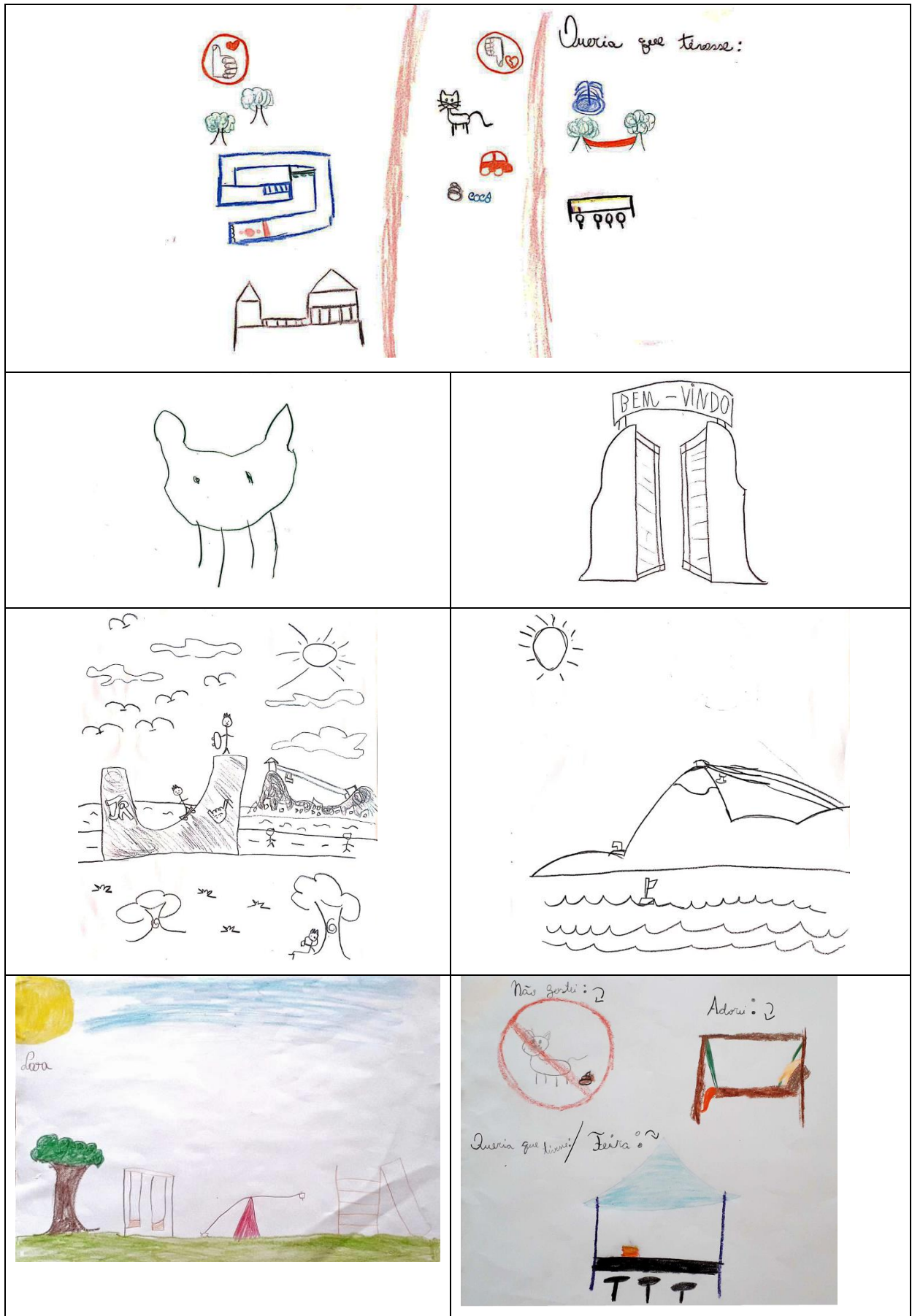


Figura 64: Desenhos das percepções desenvolvidos pelas crianças

O resultado das percepções do espaço, representadas em mapas, demonstra a temperatura do parque em relação à avaliação realizada pelos usuários. Essa avaliação representada pelo mapeamento das manifestações, conforme descrito na metodologia, apresentada na figura do Mapa de Avaliação das Percepções (Figura 65), gerou um relatório diagnóstico dos setores do Parque.

4.2 - Mapeamentos em campo

Mapa de Avaliação das Percepções



Figura 65: Mapa de avaliação das percepções

Fonte: desenvolvido pela autora

A consolidação do mapeamento das avaliações dos setores do parque revelou que, nos locais onde existem equipamentos e instalações atrativas para os usuários, a percepção do espaço é mais positiva. Já nos espaços onde não existe uso, a avaliação não foi positiva, mesmo sendo um espaço equipado, como o caso do campo de gateball. Por não apresentar interesse ao usuário, mesmo estando em bom estado de conservação e localizado entre o espaço de brinquedos e a “cidade das crianças”, não apresenta interesse aos usuários.

- ✓ **Setor 1** (Entrada pelo acesso principal, em frente ao Pavilhão): durante a dinâmica observou-se que houve uma decepção dos grupos logo que entraram, pois a expectativa antes da chegada era curtir um parque infantil. O espaço não apresentava uma ambiência convidativa e quase todos perguntaram se o parque era ali mesmo. Os grupos se sentiram perdidos e desorientados logo na entrada. Alguns questionaram onde dizia que ali era o Parque e queriam saber o que tinha lá dentro. Não havia uma sinalização adequada. Na frente do Pavilhão também havia alguns carros estacionados de forma desordenada, causando uma sensação de desordem e descaso. Os participantes simplesmente passaram direto por esta área, como se não existisse. Perceberam que ali não era um espaço para elas e sim para os veículos. Só voltaram a este espaço quando foi solicitada a avaliação das percepções, seguindo o Mapa de Percurso.
- ✓ **Setor 2** (Brinquedos gramado): a avaliação positiva na maioria se refletiu com a experimentação do espaço pelas as crianças. No grupo 1, sentiram-se totalmente livres e à vontade com o lugar; exploraram os equipamentos e se divertiram. Com o grupo 2, as crianças exploraram o espaço dentro de suas limitações. A maioria se entreteve no espaço e utilizou os brinquedos. Foi mais complicado para a criança cadeirante pois não havia opções seguras de recreação para ela e nem de conforto para seu responsável. Assim, verificamos que esta família se sentiu excluída. Os responsáveis, de uma forma geral, ficaram preocupados com o contato das crianças com os gatos, pela existência de fezes e urina de animais. Além disso, declararam que sentiram falta de um ponto de apoio confortável para supervisionarem seus filhos. Ficaram em pé todo o momento e manifestaram vontade de ir embora.

- ✓ **Setor 3** (Campo Gateball): nos dois grupos as crianças perguntaram o que era aquele espaço, o que comprovou sua inteligibilidade. Apenas uma das crianças conhecia o jogo gateball e até nos explicou. De uma forma geral, as crianças de ambos os grupos não exploraram este espaço, não houve interesse.
- ✓ **Setor 4** (Quiosque): no dia da dinâmica com o grupo 1, o local estava fechado, apresentava um péssimo aspecto de conservação e higiene. As crianças manifestaram repulsa mas não puderam avaliar o espaço em funcionamento, somente o entorno. No dia da dinâmica com o grupo 2, o quiosque estava aberto, porém o atendimento não foi muito positivo e o grupo não achou interessante o local e nem entendeu os produtos disponíveis para venda. O ponto não apresentou interesse, confiança ou vontade de consumir.
- ✓ **Setor 5** (Cidade das Crianças e Tanque de Areia/Playground): o grupo 1 considerou a melhor experiência no parque. Apesar de o ambiente ter mau cheiro em alguns pontos, principalmente no tanque de areia, as crianças ficaram entretidas com os desafios das instalações. Como responsável desse grupo, a preocupação e a tensão foram sentimentos anotados em nosso caderno de campo em relação a esse espaço, devido ao risco de contato com as fezes dos gatos e o medo de algum acidente no Tanque de Areia (playground em concreto com escorregas, pontes e outras interações). Existe neste local um escorrega bem alto com aproximadamente três metros de altura. Com o grupo 2, a maior parte das crianças se aproximou do espaço, mas poucos experimentaram e exploraram. Percebemos que as crianças maiores quiseram brincar, porém as mães interferiram porque ficaram receosas delas se machucarem, pois não conheciam o lugar e se sentiram inseguras.
- ✓ **Setor 6** (quadras): os dois grupos acharam o espaço interessante mas não quiseram explorar o local. Essa área apresenta um desnível em relação seu entorno e o único acesso é feito por uma escada. Por esse motivo, parte do grupo não conseguiu acessar o espaço, foi mais um local que despertou sentimento de frustração para o grupo 2.
- ✓ **Setor 7** (Estacionamento desordenado): os dois grupos se comportaram de forma semelhante, o tempo de permanência no local foi muito curto, o

suficiente para avaliarem de forma negativa o espaço. Solicitamos os comentários sobre as percepções no local e todos os informantes responderam bem rápido. Não sentiram vontade de explorar o espaço, somente de repulsa e vontade de sair.

- ✓ **Setor 8** (Cimentados): assim como no estacionamento, as crianças ficaram pouco tempo e não sentiram vontade de explorar o local, não se sentiram atraídas ou acolhidas. Este ponto foi o final do percurso e talvez pudessem estar cansadas, porém após a saída do parque foram brincar na praia. Este espaço não acolheu ou os atraiu de forma alguma.

Resultado Mapa de Avaliação das Percepções				
Local	Avaliação			
	muito legal 😄	legal 😊	mais ou menos 😐	não gostei 😞
Setor 1 Entrada pelo acesso principal, em frente ao Pavilhão		1	6	6
Setor 2 Brinquedos gramado	7	3	1	3
Setor 3 Campo Gateball		1	8	4
Setor 4 Quiosque				13
Setor 5 Cidade das Crianças e Tanque de Areia/Playground	5	3	3	2
Setor 6 Quadras	4	6	1	2
Setor 7 Estacionamento			4	9
Setor 8 Cimentados		1	6	6
Total	16	15	29	45

Figura 66: Resultado Mapa de Avaliação das Percepções
Fonte: desenvolvido pela autora

O resultado geral do Mapa de Avaliação das Percepções revelou que as percepções do Parque tiveram, em sua maioria, a pior avaliação (não gostei), com 39 avaliações negativas.

O setor que recebeu a melhor avaliação (muito legal) foi o Setor 2, a área de

brinquedos do gramado.

O setor que recebeu a pior avaliação (não gostei) foi o Setor 4, o espaço do quiosque.

Mapa de Atividades Propostas pelos usuários

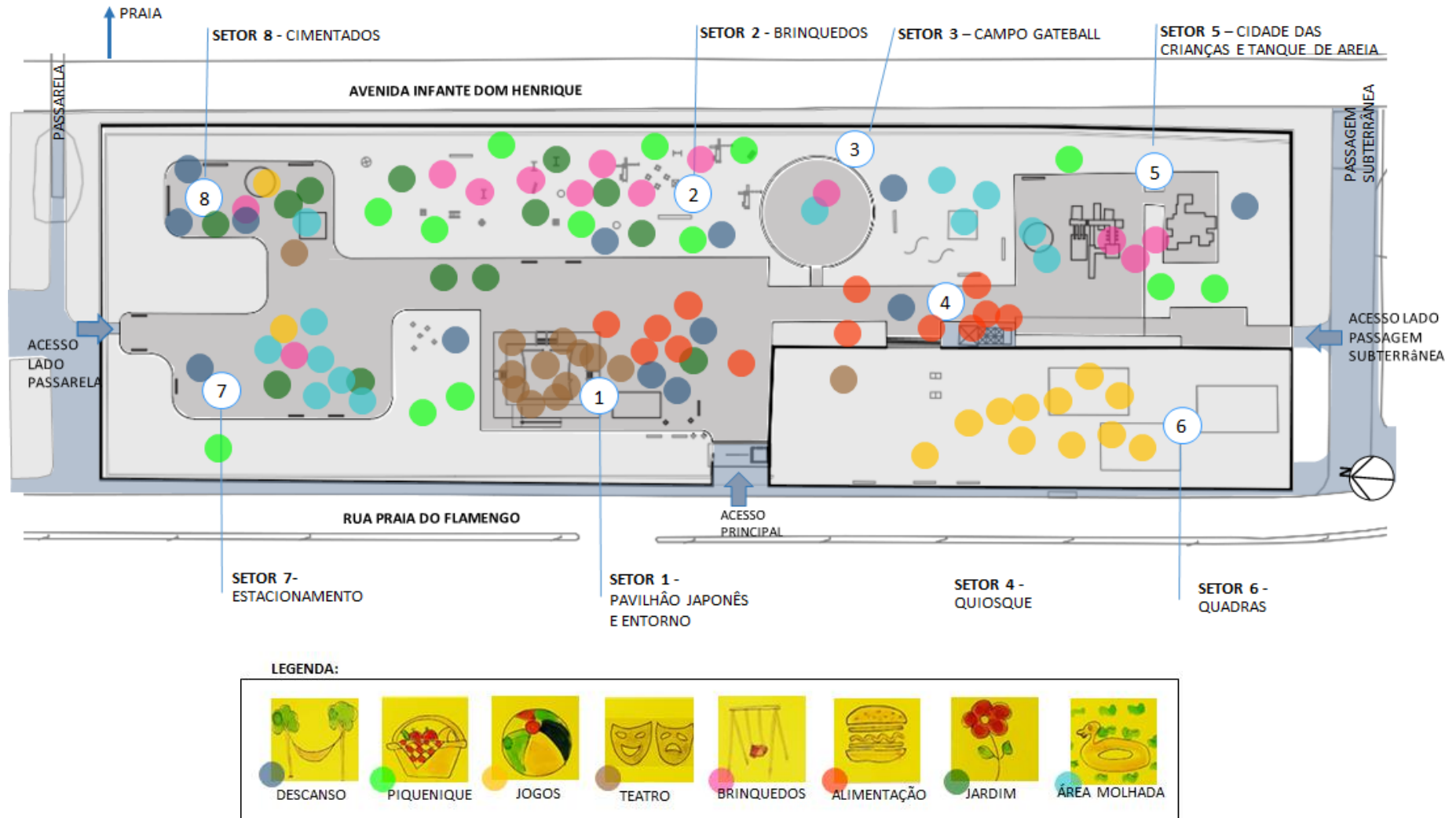


Figura 67: Mapa de Resultado de Atividades Propostas
Fonte: desenvolvido pela autora

Observou-se que nos espaços onde os “emojis” de avaliação apontados foram em sua maioria o “muito legal” e o “legal”, as atividades propostas foram similares à setorização existente. Já nos espaços onde a avaliação não foi positiva, as atividades propostas foram diferentes das existentes.

✓ **Setor 1** (acesso principal, Pavilhão Japonês e entorno): as atividades propostas foram de aproveitamento do espaço livre existente que hoje só tem uso para estacionamento de veículos. Neste local, alguns participantes da pesquisa, responsáveis pelas crianças, sugeriam neste espaço uma área coberta para a realização de atividades em dias de chuva ou de sol intenso. Também sugeriram que as instalações de sanitários fossem abertas ao público ou que houvesse um ponto com essa infraestrutura fundamental para dar conforto das crianças. Esta necessidade ficou evidente durante a pesquisa de campo, quando uma criança precisou utilizar o banheiro e a segurança do Pavilhão teve muita dificuldade de liberar o acesso. Foi um momento constrangedor para a família.

✓ **Setor 2** (brinquedos): as atividades propostas foram, em sua maioria, semelhantes ao uso atual, com brinquedos dispostos no espaço livre existente, confirmando o resultado de propostas similares onde as avaliações da ambiência são mais positivas. Porém, em relação à acessibilidade, o espaço é excludente e não apresentou uma ambiência acolhedora, especialmente para os adultos do grupo 2. Além da exclusão de atividades seguras e interessantes para seus filhos, os informantes adultos sentiram falta de um espaço de apoio para ficarem em conforto, observando seus filhos. Pela falta deste espaço e pela insegurança, os adultos do grupo 2 ficaram o tempo todo de pé acompanhando as brincadeiras. A atividade de piquenique também foi altamente pontuada neste local, os pais manifestam a importância de ficarem próximos para poder observar as crianças. Conforme já observado nas visitas ao espaço, este ponto é de fato o local mais utilizado pelos usuários atualmente para a realização dessa atividade, mas não apresenta infraestrutura de apoio.

✓ **Setor 3** (campo gateball): neste espaço foi sugerida a substituição da atividade atual, pois as pessoas não conheciam o esporte Gateball e, portanto, não sabem jogar. O espaço não é compreendido e

acaba permanecendo vazio. Somente os assentos ao redor são utilizados. Essa instalação não é um elemento tombado, apesar disso, a mudança de uso desse espaço é delicada, há que se avaliar sua utilização e importância para os usuários.

✓ **Setor 4** (quiosque): apesar da avaliação da percepção ter sido bem negativa, os informantes propuseram nesse ponto um uso similar ao existente. O quiosque está localizado em um local bem agradável do parque e, tirando a questão dos gatos, o aspecto natural do ambiente pode ter pesado na decisão de estabelecer ali um ponto de permanência.

✓ **Setor 5** (Cidade das Crianças e Tanque de Areia/Playground): as atividades propostas para este local foram similares às existentes: atividades com brinquedos, desde que fossem inclusivos. Também pediram atividades em água, e pontos de sombra para o descanso e observação das crianças. O dia em que fizemos a dinâmica estava muito quente e o tempo para a experimentação do espaço foi controlada pelos pais devido à exposição ao sol. Neste local, assim como no espaço de brinquedos, ambos os grupos sugeriram locais de piquenique à sombra.

✓ **Setor 6** (quadras): o uso indicado para o lugar das quadras, em sua maioria, foi o de jogos, conforme o uso atual. Porém a questão da acessibilidade nesse espaço é grave e o único acesso ao espaço, que é rebaixado 1,10m do nível restante do parque, se faz por uma escada. A maior parte do grupo 2 avaliou este local pelo lado de fora, sendo que alguns sentiram-se excluídos e ninguém quis experimentar o espaço.

✓ **Setor 7** (atual estacionamento): as atividades propostas para este local foram diversificadas. Foram propostos em sua maioria atividades com água e brinquedos para ocupar o grande espaço livre.

✓ **Setor 8** (cimentados): para este espaço foi proposto majoritariamente um local de descanso. Pelo fato de ter sido o último local de avaliação do percurso, essa decisão pode ter sido influenciada pelo cansado da atividade. Analisando este resultado com a pesquisa etnográfica no local, identificamos que atividades pontuais são realizadas nos espaços cimentados, como dança e treinos funcionais.









Resultado Mapa de Avaliação das Percepções								
Local	Avaliação							
	descanso	piquenique	jogos	teatro	brinquedos	alimentação	jardim vegetação	área molhada
								
Setor 1 Entrada pelo acesso principal em frente ao Pavilhão	3			11		6	1	
Setor 2 Brinquedos gramado	2	7			7		5	
Setor 3 Campo Gateball e Entorno					1			1
Setor 4 Quiosque	1					7		
Setor 5 Cidade das Crianças e Tanque de Areia/ Playground					3			2
Setor 6 Quadras			11	1				
Setor 7 Estacionamento	1		1		1		2	6
Setor 8 Cimentados	3		1	1	1		3	1
Espaço Livre entre Gateball e Cidade das Crianças	1							3
Circulação entre setor 1 e 2							2	
Espaços Verdes	2	6						

Figura 68: Resultado da Avaliação das Percepções das atividades
Fonte: desenvolvido pela autora

O resultado geral do Mapa de Atividades Propostas pelos usuários revelou que as atividades propostas para os espaços com o uso já consolidados, tiveram o mesmo uso como avaliação.

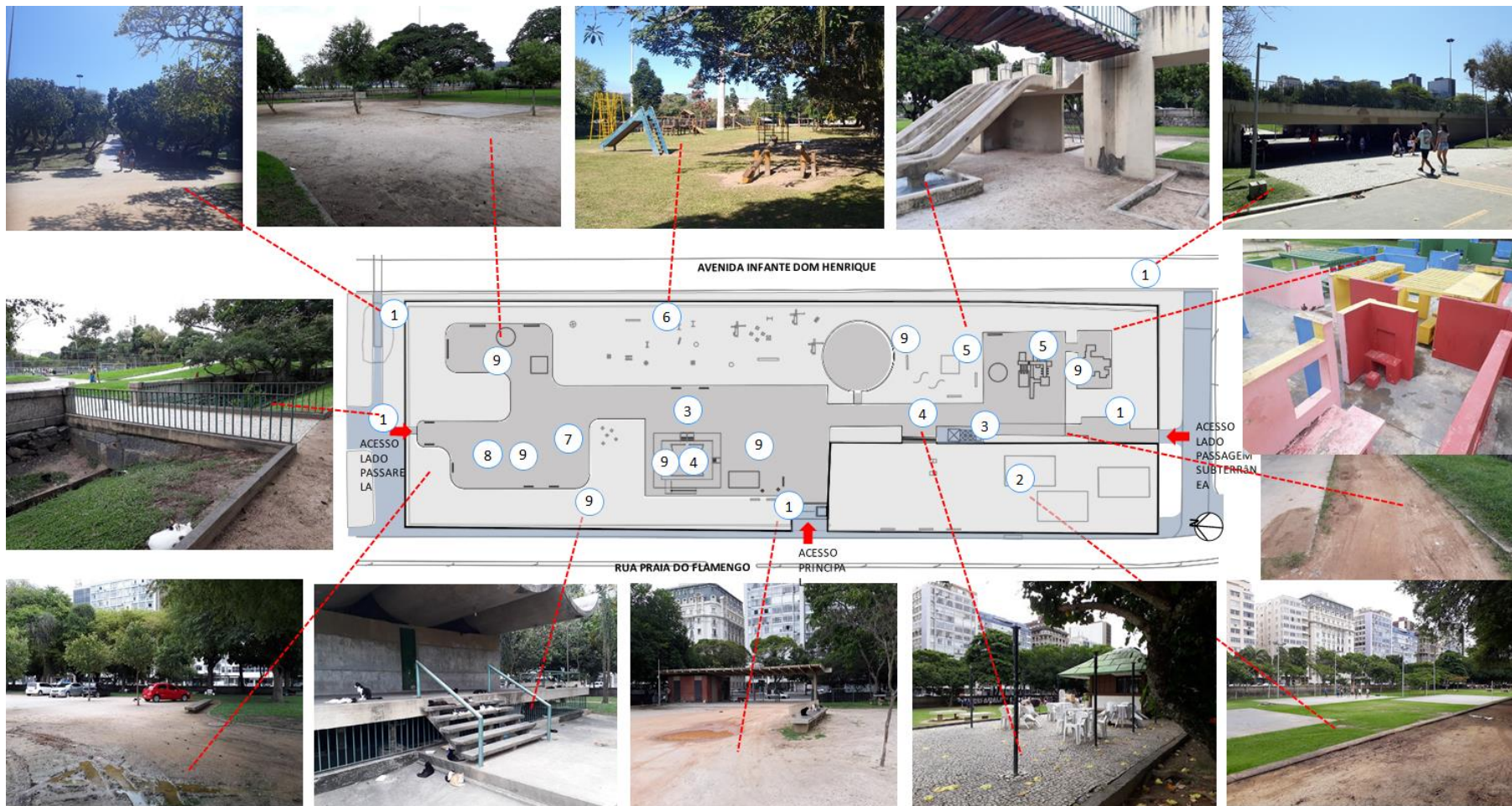
- ✓ O Setor 1 (Pavilhão) recebeu mais propostas para a atividade de teatro, identificando uma nova atividade para o espaço;
- ✓ O Setor 2 (área de brinquedos) recebeu a mais propostas com a mesma atividade existente: área de brinquedos;
- ✓ O Setor 3 (Gateball e entorno) recebeu uma sugestão para área molhada e outra para área de brinquedo;
- ✓ O Setor 4 (Quiosque) recebeu a mais propostas com a mesma atividade

- existente: alimentação;
- ✓ O Setor 5 (Cidade das Crianças) recebeu somente duas propostas distintas de seu uso atual, foram sugeridas atividades com água (área molhada).
 - ✓ O Setor 6 (Quadras) recebeu mais propostas com a mesma atividade existente: jogos;
 - ✓ O Setor 7 (Estacionamento) recebeu mais propostas para atividades com água (área molhada), uso diferente do atual;
 - ✓ O Setor 8 (Cimentados) recebeu mais propostas para atividades de descanso e de espaço com áreas verdes (jardim).
 - ✓ Espaço livre entre os setores 3 e 5 (Gateball e Cidade das Crianças): Espaço livre identificado com sugestões de uso com atividades de água (área molhada) em sua maioria;
 - ✓ Circulação entre os setores 1 e 2 (Pavilhão e Brinquedos): Espaço livre identificado com propostas de uso com área verde (jardim) em sua maioria;
 - ✓ Espaços Verdes (canteiros de áreas verdes ao longo do Parque): O piquenique foi a atividade proposta para esses espaços. Este resultado revela o potencial de uso desse espaço, sem uso efetivo atual.

Durante a dinâmica, foram sugeridas propostas de atividades para espaços livres entre os setores pré-estabelecidos do Mapa de Percursos. Essas sugestões identificaram potencialidade de outras atividades nos espaços livres existentes. Houve então, a necessidade de subdividir alguns setores da base do Mapa de Percursos, para ampliar a diversidade de atividades propostas.

Em **todos os setores** foram identificados problemas com a falta de acessibilidade. Desde a entrada no parque, seguindo por seus percursos internos e chegando a seus espaços setorizados de lazer, não existe um espaço totalmente acessível e acolhedor para se desfrutar.

A seguir é apresentado um mapa fotográfico que indica os principais pontos críticos em relação à acessibilidade do Parque:



LEGENDA:

- 1 – SINALIZAÇÃO INDEQUADA E OU INEXISTENTE: FALTA SINALIZAÇÃO BÁSICA DO PARQUE;, NÃO EXISTE SINALIZAÇÃO TÁTIL OU SONORA OU EM BRAILLE
- 2 – ACESSIBILIDADE FÍSICA AO LOCAL: ESPAÇO SEM ACESSIBILIDADE COM ACESSO SOMENTE POR ESCADA
- 3 – CIRCULAÇÃO COM BARREIRAS: PRESENÇA DE ELEMENTOS NO PISO (TENTOS) QUE DIFICULTAM A CIRCULAÇÃO E MATERIALIDADE EM SAIBRO DE DIFÍCIL MOVIMENTO
- 4 – INFRAESTRUTURA DEFICIENTE: BANHEIROS EXISTENTES NÃO ABERTOS AO PÚBLICO E QUIOSQUE SEM ESTRUTURA
- 5 – PLAYGROUND : INSTALAÇÃO DE LAZER SEM ACESSIBILIDADE E EM MAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO
- 6 – BRINQUEDOS INFANTIS: EQUIPAMENTOS SEM ACESSIBILIDADE
- 7 – MESAS DE JOGOS: EQUIPAMENTO SEM ACESSIBILIDADE E POSICIONADO EM LOCAL DE DIFÍCIL CIRCULAÇÃO
- 8 – ESTACIONAMENTO: ESPAÇO SENDO UTILIZADO POR ESTACIONAMENTO NÃO ADEQUADO, BLOQUEANDO CIRCULAÇÃO E ACESSO AO ESPAÇO LIVRE
- 9 – AMBIÊNCIAS DE REPULSA; ESPAÇOS EM MAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO, HABITADO POR GATOS, SUJOS, INSEGUROS E DESCONFORTÁVEIS AO USUÁRIO

As percepções mapeadas após a análise das pesquisas aplicadas em campo, somadas aos estudos de contextualização e pesquisa histórica do objeto foram incorporadas, a seguir, no desenvolvimento do projeto conceitual de intervenção arquitetônica, visando ao desenvolvimento de um projeto inclusivo, acolhedor e em consonância com o bem cultural.

Capítulo 5 – Proposta de intervenção

5.1 - Referências Projetuais

Como exemplos de referências foram escolhidos dois projetos: o Jardim Sensorial localizado na escola Carter School, em Boston - Estados Unidos, e o outro exemplo, um parque público de lazer infantil acessível, denominado The Magical Bridge Playground, localizado em Palo Alto, Califórnia – Estados Unidos.

Jardim sensorial da Carter School

O Jardim Sensorial Carter School é baseado em um projeto conceitual de Martha Tyson, autora de *The Healing Landscape: Ambientes Terapêuticos ao Ar Livre*. Esta referência foi destacada, pois é uma experiência positiva de como o uso do jardim, que é espaço livre, pode potencializar o aprendizado e o desenvolvimento das pessoas, através da estimulação dos sentidos. Nesta escola, esse é o ambiente “queridinho” dos alunos e dos educadores, pois a ambiência é natural, agradável e acolhedora. No jardim, aprendem com o prazer de tocar, de ouvir e sentir os aromas da natureza.

A Escola Carter é uma instituição pública que atende estudantes com deficiências intelectual, físicas e sensoriais. É dedicada a promover acessibilidade em todo ambiente educacional. Promove uma educação individualizada e programas que ajudam os estudantes a desenvolverem suas habilidades e trazer mais independência e melhor qualidade de vida.

O espaço de destaque da escola é o Jardim Sensorial, que ocupa uma área aproximada de 2.000m². Este ambiente é considerado não só um local de contemplação, mas também uma sala de aula ao ar livre, onde os estudantes podem acessá-lo com autonomia. O espaço busca atender às necessidades de aprendizado dos alunos pelo estímulo das percepções sensoriais, do contato com o plantio e colheita, mobilidade visual, atividades de grupo de treinamento e recreação.

O design é organizado em torno de um caminho de oito vias que leva os alunos a uma variedade de áreas; onde experimentam os sentidos e conseguem ver, ouvir e tocar a água; cheirar o perfume de flores sazonais e ervas e pegar frutas e vegetais. Os alunos podem ir até os canteiros de flores, com diferentes texturas, cores e aromas. Existem também recursos interativos de água, utilizados nos dias de verão, promovendo outro tipo de interação e sensação. Para as aulas ao ar livre, o espaço também conta com uma cobertura pergolada coberta de videiras, promovendo uma área sombreada e protegida.



Vista do jardim sensorial



Atividades em espaço sensorial



Vista do jardim: texturas e aromas naturais



Pergolado do espaço de atividades



Sensorialidade no espaço de horta



Vista jardim



Sensorialidade no espaço de horta



Vista jardim e horta

Figura 71: Imagens do Jardim Sensorial

Fonte: www.williamcarterschool.org/school-features/sensory-garden, acesso em 5 maio, 2018

The Magical Bridge Playground

A referência projetual do Parque Público **The Magical Bridge Playground** é uma área de lazer infantil implantada dentro de um parque público e ocupa uma área aproximada de 2.500m². Esta referência foi destacada pelo fato de apresentar similaridade com o estudo de caso pelo fato de ser um espaço de lazer infantil em um parque público, assim como no Parque do Flamengo. Além disso, pela dimensão da área infantil apresentar uma escala em harmonia com a área do objeto.

Abaixo é demarcada a implantação do Parque Magical Bridge dentro da grande área do parque público.

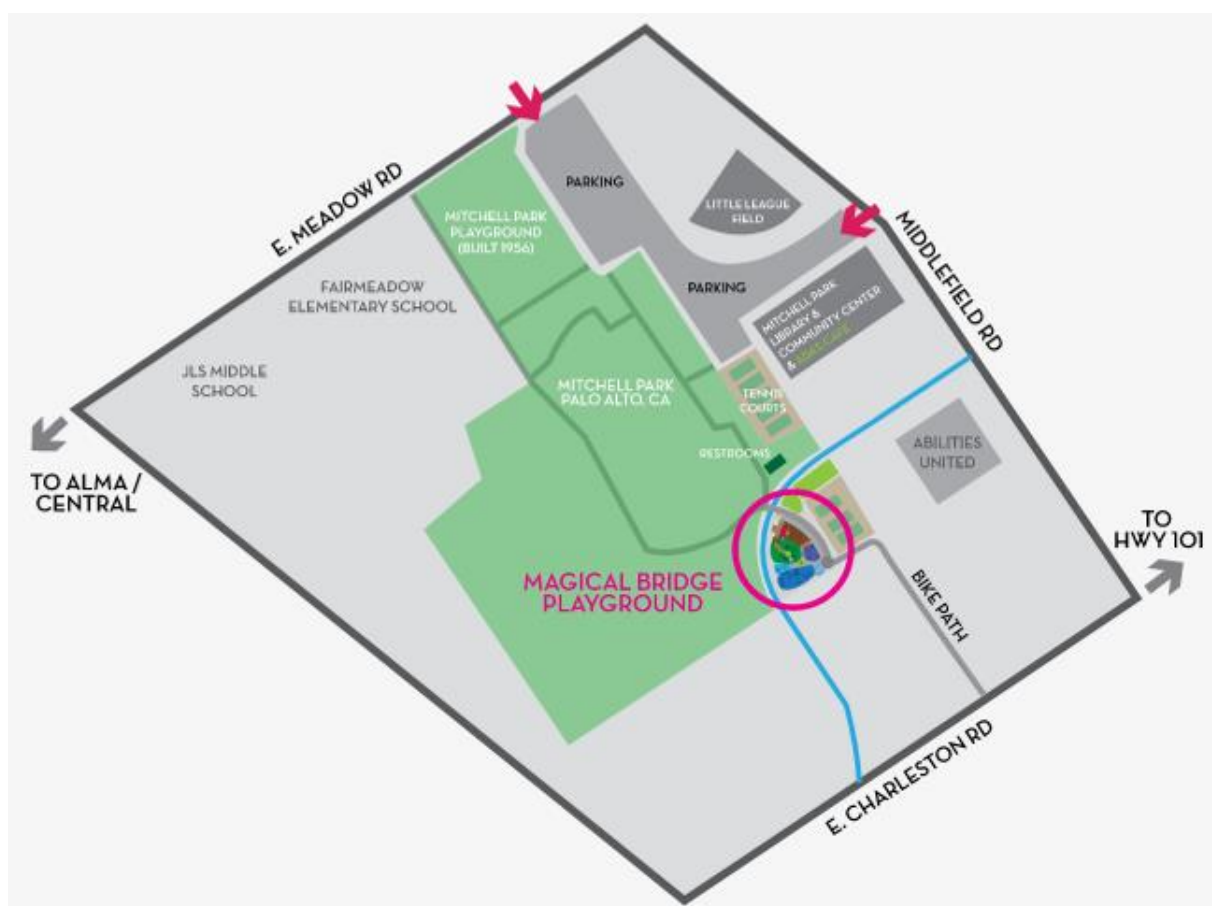


Figura 72: Planta de situação do parque Magical Bridge

Fonte: <https://dashproject.org/new-accessible-playground/>, acesso em 5 maio, 2018

O playground construído em 2015 na cidade de Palo Alto, Califórnia, foi idealizado por Olenka Villarreal. Sua filha, Ava, nasceu com limitações de desenvolvimentos físicos e cognitivos e em sua comunidade, não encontrava espaços de lazer que pudesse levá-la. Então tomou a iniciativa de levantar fundos para a construção do espaço de um parque acessível.

Consultou um grupo de arquitetos paisagistas, especialistas inclusivos, designers e um grupo local de famílias, para garantir que o playground fosse totalmente interativo, divertido e funcional para todos. A comunidade abraçou a causa e conseguiram construir o parque.

Na concepção e implantação do projeto, para garantir a segurança e conforto, todas as superfícies planas são feitas de materiais macios, esponjosos e emborrachados. O playground é dividido em sete zonas de lazer para diferentes atividades, como uma zona de swing (balanço) e uma zona de música. As cabanas de retiro estão espalhadas pelo parque para acomodar crianças que se super estimulam ou se assustam com os sons típicos dos parques infantis. Ter essas seções designadas permite que os usuários se sintam seguros e conscientes da atividade acontecendo ao seu redor. No entanto, a Magical Bridge opera como uma grande paisagem, onde as crianças podem se envolver umas com as outras e brincar livremente.



Figura 73: Planta baixa do Magical Bridge

Fonte: <https://dashproject.org/new-accessible-playground/>, acesso em 5 maio, 2018



Setorização geral do parque



Vista geral: circulações acessíveis



Vista geral: circulações acessíveis



Equipamentos de lazer



Equipamentos de lazer



Equipamentos de lazer



Equipamentos de lazer

Figura 74: Imagens do Magical Bridge

Fonte: <https://dashproject.org/new-accessible-playground/>, acesso em 5 maio, 2018

5.2 - Diretrizes de Projeto

As diretrizes de projeto de requalificação da área infantil do Parque do Flamengo visam a torná-lo acessível, com o desenvolvimento de proposta de intervenção seguindo as seguintes premissas:

1. projeto baseado nos princípios do desenho universal;
2. projeto com intenção de proporcionar uma ambiência acolhedora;
3. proposta de novos usos de lazer para o Parque, incluindo estrutura de apoio ao usuário;
4. intervenção com respeito ao bem cultural preservando seus elementos arquitetônicos e paisagísticos.

O projeto baseado nos princípios do desenho universal deve proporcionar acessibilidade com segurança, autonomia e qualidade para todos os setores do Parque, incluindo os equipamentos de lazer existentes e os novos que serão propostos. Nesta concepção, todos os usuários devem ter a escolha de experimentar o espaço de forma livre, independente de suas diferenças.

A ambiência acolhedora deve ser uma diretriz projetual, visando proporcionar um espaço com condições agradáveis de experiência. Esta deve ser incorporada às ações de intervenção, ampliando as possibilidades de despertar relações afetivas do usuário com o Parque.

Novos usos de lazer podem ser propostos para o Parque, tendo em vista as demandas atuais dos usuários e as da acessibilidade ao bem cultural. Deve-se considerar também, a disponibilização de espaços de apoio (sanitários, espaços para alimentação e espaço para atividades culturais) e infraestrutura (mobiliário, equipamentos, sinalização, etc) necessárias ao bom funcionamento do Parque Infantil e ao conforto de seus usuários.

A intervenção arquitetônica deverá preservar os elementos arquitetônicos pré-existent e paisagísticos do Parque. Essa medida não significa somente ações de conservação mas de propor uma intervenção em consonância com o bem para que este seja valorizado. Deve-se preservar as visadas da paisagem do Parque para que, em todo momento as pessoas presenciem a identidade do lugar, que é carregado de significados para a Cidade.

5.3 - Projeto Conceitual

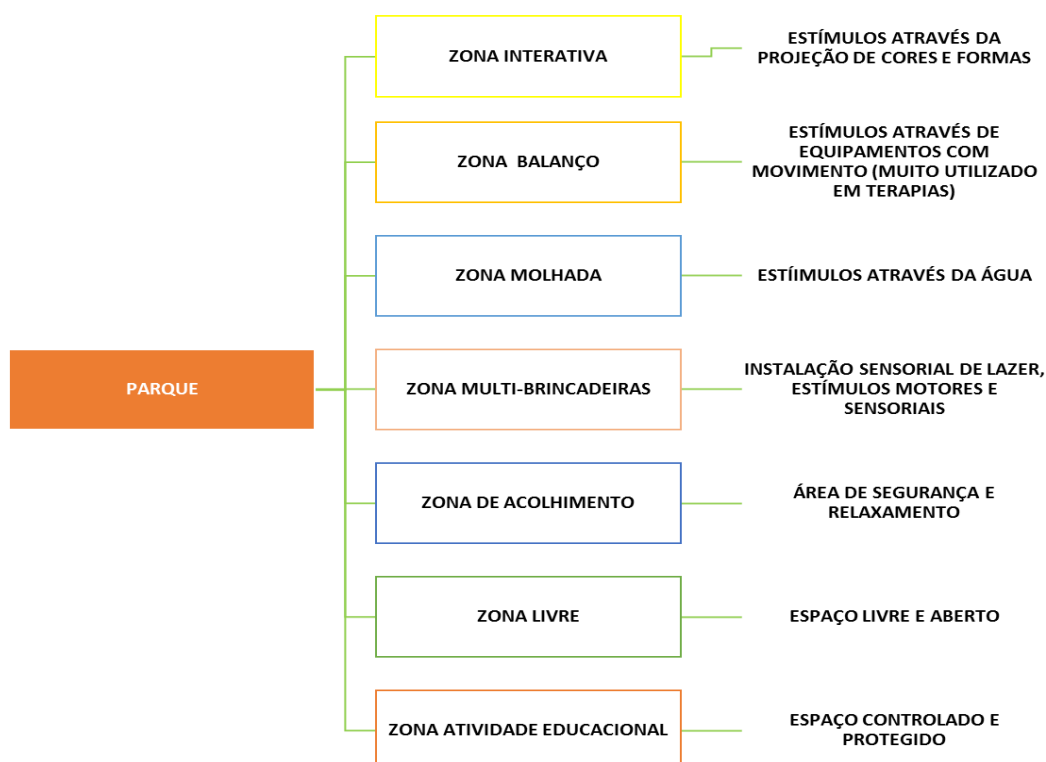
Após a análise inicial dos resultados da pesquisa, incluindo a pesquisa de campo, o estudo desenvolvido sobre a contextualização do Parque, as referências de projeto, e o levantamento do programa de necessidades, iniciou-se o desenvolvimento do projeto conceitual. Nesta fase, foi desenvolvida uma proposta de Setorização e de Implantação.

A estruturação inicial do Programa de Necessidades baseou-se nos projetos de referência em relação às características do espaço do bem e com os objetivos do projeto de intervenção.

Nos projetos de referência, os parques apresentam zoneamentos divididos por atividades. Esse zoneamento se faz presente nos dois exemplos citados, inclusive no projeto do jardim sensorial, onde o zoneamento é mais sensitivo. No projeto de intervenção do objeto de estudo desta Dissertação, já existe um zoneamento definido, porém, o projeto de intervenção pretende incorporar novos usos aos espaços existentes, potencializando a atração de lazer do parque com um espaço acessível para todos.

A partir desse conceito, o programa conceitual foi dividido em zonas integradas dentro do Parque, porém com características específicas, permitindo que os usuários possam escolher entre estar em um ambiente molhado ou não, estar em um ambiente de intensa atividade ou em um ambiente tranquilo e relaxante, dependendo da vontade e necessidade de cada um.

O Programa de Necessidades



Nesta proposta de setorização, a área de lazer é definida com setores já pré-existentes e outros a serem incorporados. De acordo com o estudo, o zoneamento foi dividido em nove zonas: zona molhada (novo uso), zona de descanso (novo uso), zona de balanço (novo uso), zona de multiatividades, zona de picnic (novo uso), zona de apoio (quiosques e sanitários/novo), zona de jogos, zona educativa (resgate de uso original) e zona de estacionamento (setor reposicionado).

Planta de Setorização Preliminar

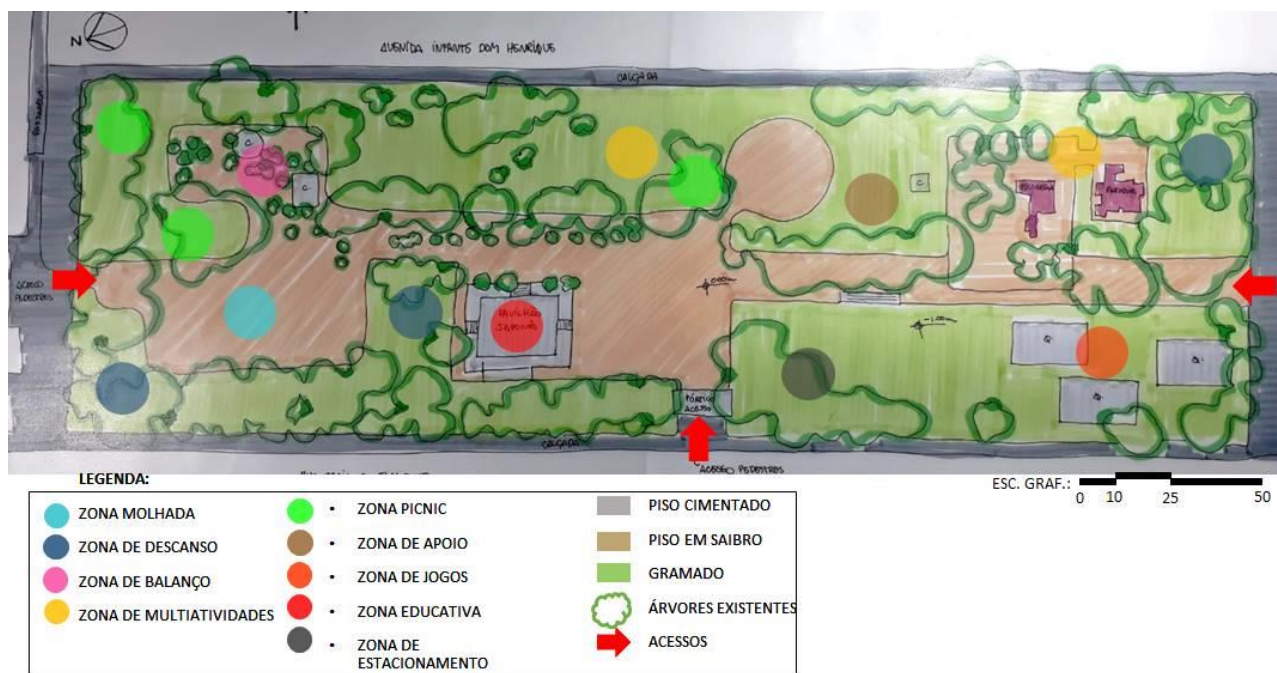


Figura 75: Planta de setorização preliminar
Fonte: desenvolvido pela autora

O desnível existente do terreno é aproveitado para organizar o problema do estacionamento do grupo Aterro Presente localizado em frente ao Pavilhão. É proposto transferir esse uso para o espaço mais baixo do terreno. Assim, o fluxo de pedestres seria protegido, ordenaria a questão do estacionamento atual e, além disso, valorizaria a visada da paisagem do Parque, obstruída pelo estacionamento. A proposta visa definir um espaço de vagas para atendimento exclusivo do Aterro Presente e carga e descarga para serviços de infraestrutura do Parque, não sendo permitido estacionamento de visitantes (fig.76 e 77). Essa iniciativa apoia-se no fato de que o local conta com uma excelente rede de transportes públicos e com oferta de estacionamentos particulares nas proximidades. Além disso, o estacionamento não havia sido previsto no projeto inicial e é usado, portanto, após uma “improvisação” dos ocupantes da administração e da segurança.



Figura 76: Corte longitudinal esquemático sem escala
Fonte: desenvolvido pela autora

No espaço do estacionamento irregular é proposta a implantação de atividades com água. No espaço de cimentados, por ser um canto mais tranquilo do parque, a proposta seriam as atividades terapêuticas.

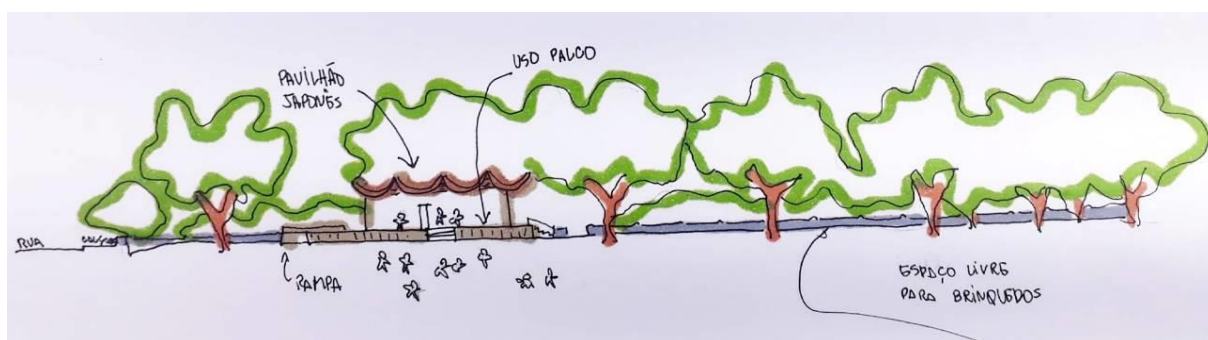


Figura 77: Corte transversal esquemático sem escala
Fonte: desenvolvido pela autora

Os locais de descanso são setorizados em vários pontos do parque, aproveitando os espaços sombreados sob as árvores. Já os pontos de piquenique estão localizados próximos às atividades infantis, facilitando o acesso.

O Pavilhão recebe a proposta de resgate de alguns conceitos do seu planejamento original, oferecendo uso compartilhado com o público. A estrutura existente seria aproveitada para a prática de atividades educativas e culturais. Além disso, parte de suas instalações sanitárias também seria permitida ao uso público.

O espaço das quadras e brinquedos é consolidado com a setorização existente.

Implantação do Projeto Conceitual

Após a análise dos resultados iniciais da pesquisa de campo com a realização da dinâmica no Parque, o projeto conceitual parte para uma ideia inicial de implantação. Nesta, alguns setores foram subdivididos, devido à proposta de novos usos:

- ✓ **Setor 1a** (Acesso principal): a edificação do acesso é preservada em suas

características originais. A grande mudança proposta é a substituição do piso em saibro por piso emborrachado. O saibro tem causado problemas para acessibilidade, como vimos, por estar constantemente enlameado, esburacado e desnivelado. O piso emborrachado é um material resistente, macio e permite uma circulação mais confortável e segura para os usuários. Propõe-se a instalação de totem com sinalização indicando as informações gerais do parque.

- ✓ **Setor 1b** (Espaço de Eventos/Cobertura): é proposta uma cobertura, criando um espaço de eventos protegido contra a grande insolação e calor do ambiente. O projeto de arquitetura contemplou a instalação de uma cobertura em frente ao pavilhão, aproveitando esse espaço livre para criar um espaço de sombra em frente ao espaço que poderá ser utilizado como palco de apresentações. Este espaço é multiuso e pode ser utilizado para diversas atividades. A estrutura respeita a altura da edificação do bem tombado, sendo mais baixo do que o telhado, a estrutura metálica delgada e sua vedação em tela translúcida, trazendo leveza ao elemento construído e não interferindo visualmente. Pretende-se também instalar grandes bancos para descanso e plateia de eventos.
- ✓ **Setor 1c** (Pavilhão): a edificação é preservada em suas características originais, porém propõe-se que seja utilizada parcialmente pelos usuários como parte de infraestrutura para a realização de eventos e sanitários, conforme previsto em seu projeto original.
- ✓ **Setor 2** (Espaço Brinquedos): o uso existente de instalação de brinquedos foi mantido, porém foram previstos brinquedos universais que possibilitem o uso de todas as crianças.
- ✓ **Setor 3a** (Espaço Patinação): atualmente onde existe um campo de gateball, é proposto um novo uso do espaço. Este jogo não é praticado no local e o espaço fica inutilizado, foi proposta, então, a realização de um cimentado no piso e utilização do espaço para diversas atividades, como patinação, skate e atividades livres.
- ✓ **Setor 3b** (Espaço Interativo e Chafariz): é proposto mais um ponto de água, em escala menor, para um espaço aberto e livre de sombra. **Setor 4** (Espaço Gastronômico): foi prevista uma expansão do ponto de infraestrutura gastronômica para o local. Foi proposta a instalação de pontos de quiosque com mesas de apoio. Estes pontos podem ser ocupados por instalações volantes favorecendo a troca e sustentabilidade financeira do ponto comercial.

- ✓ **Setor 5** (Espaço Brinquedos 2): estão localizados o Playground e a Aldeia das Meninas ou Cidade das Crianças (tombada), edificações em concreto conservadas conforme projeto original. Porém, foi proposta uma intervenção harmônica com a instalação, trazendo novos usos e possibilidades para o espaço. São propostas paredes interativas ao redor da edificação existente, com jogos, texturas, cores e formas variadas de interação.



Figura 78: Instalações interativas e sensoriais
Fonte: desenvolvido pela autora

- ✓ **Setor 6a** (Jogos e Ginástica): o uso do espaço com quadras de jogos foi mantido. Este espaço tem um uso já consolidado. Para organizar melhor as funções, os equipamentos de ginástica, inclusive da terceira idade, foram implantados neste setor pelo projeto de intervenção.
- ✓ **Setor 6b** (Estacionamento Reversível e Espaço Livre): foi proposta a instalação de uma rampa para pedestres e uma rampa para veículos. Os veículos ficarão dessa forma no nível mais baixo do terreno, liberando a visão da perspectiva de

paisagem do local e ordenando os fluxos entre pedestres e veículos. O uso como estacionamento seria reversível, ou seja, tem a possibilidade de se tornar um espaço livre aos finais de semana e feriados, períodos de maior fluxo no Parque.

- ✓ **Setor 7** (Espaço Chafariz): espaço com proposta de novo uso. Neste local a intenção seria trazer um espaço interessante e refrescante ao ambiente. Mantendo praticamente o mesmo nível do piso da circulação, o espaço com pontos de água no piso traz este elemento e diversão para crianças, jovens e adultos. Sistemas de reaproveitamento da água devem ser realizados também. A proposta busca atender à grande reclamação ouvida durante a pesquisa de campo: o calor demasiado. Além disso, por não possuir materialidade, essa intervenção consiste em um equipamento “invisível” frente à existência construída.

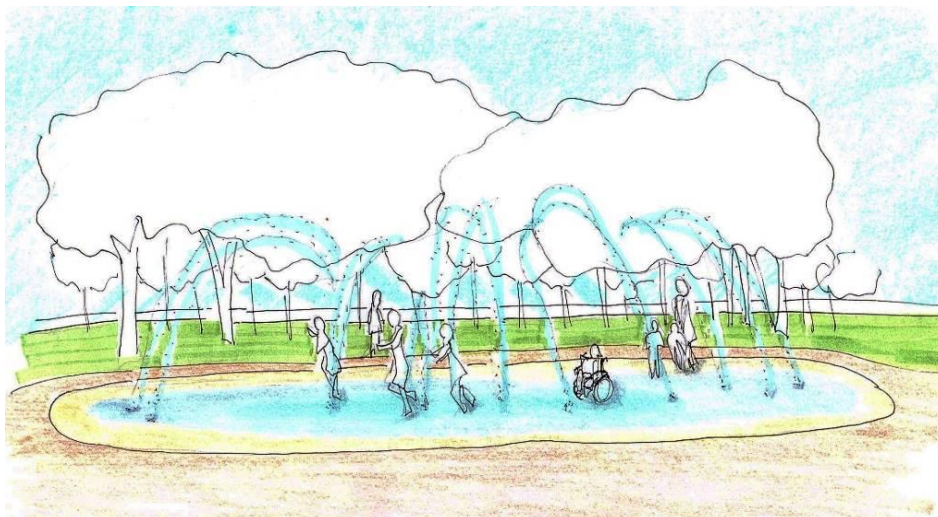


Figura 79: Proposta espaço chafariz
Fonte: desenvolvido pela autora

- ✓ **Setor 8** (Espaço Sensorial): foi reservado um local mais tranquilo para que usuários possam relaxar e se acalmar. Crianças com transtorno do espectro de autismo (TEA) necessitam, muitas vezes, de um local mais isolado e calmo, fora da agitação normalmente encontrada em parques infantis. O espaço conta com grandes bancos para descanso, redes, balanços e um túnel sensorial que interliga este espaço com outras áreas do parque. Neste local não foram colocadas mesas de piquenique e brinquedos de atividades mais agitadas.
- ✓ **Setor 9** (Jardins, piquenique e descanso): existem os grandes espaços de jardim gramado com arborização, bem demarcados em desenhos geométricos, por tentos. Atualmente são espaços contemplativos e sem fluxo de pedestres. A proposta seria de implantar pontos para piquenique, com mesas fixas e também pontos para descanso, com redes camufladas na vegetação.

Planta de Implantação Conceitual

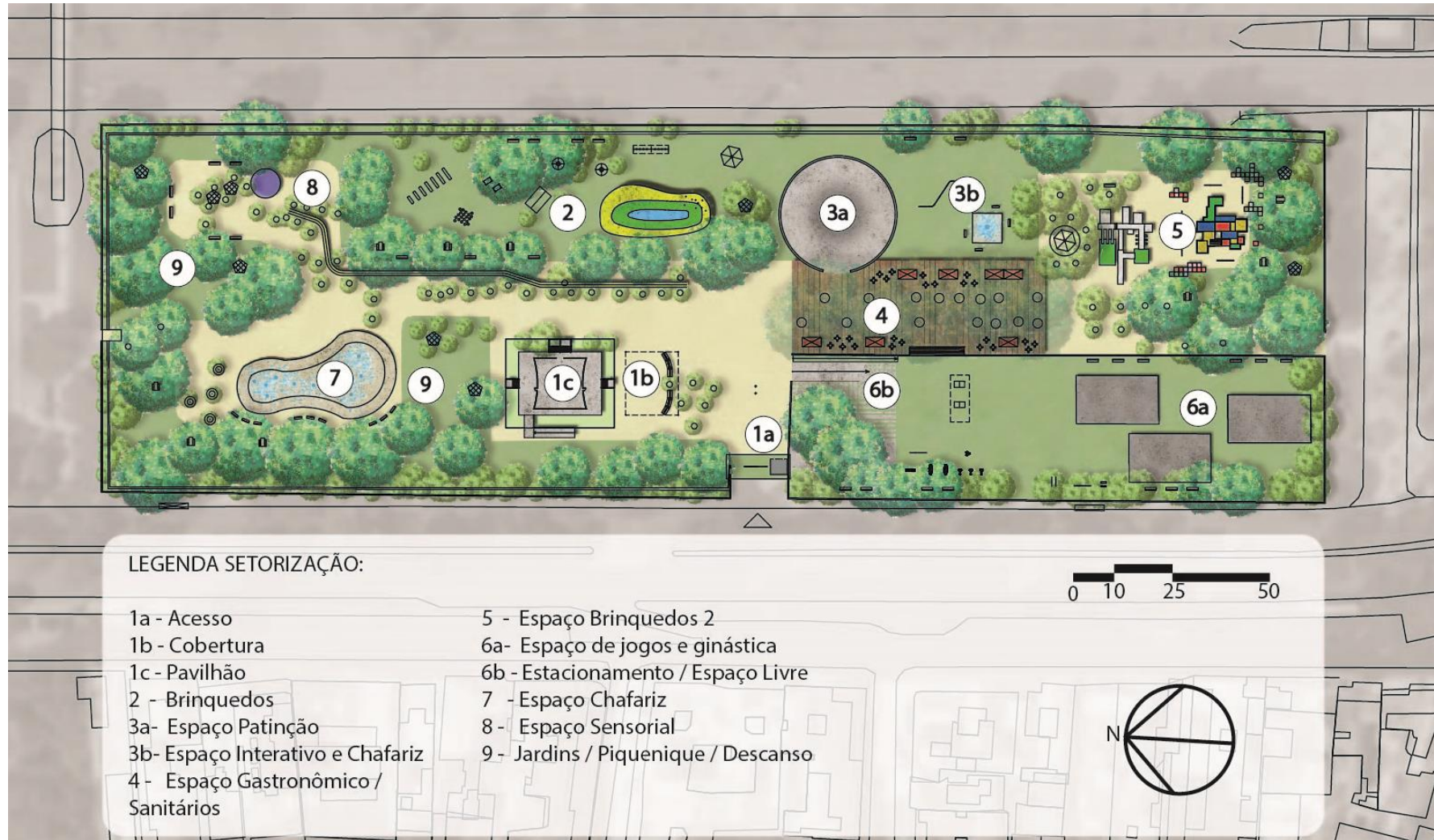


Figura 80: Planta de implantação conceitual
Fonte: desenvolvido pela autora

Planta de Implantação com Referências

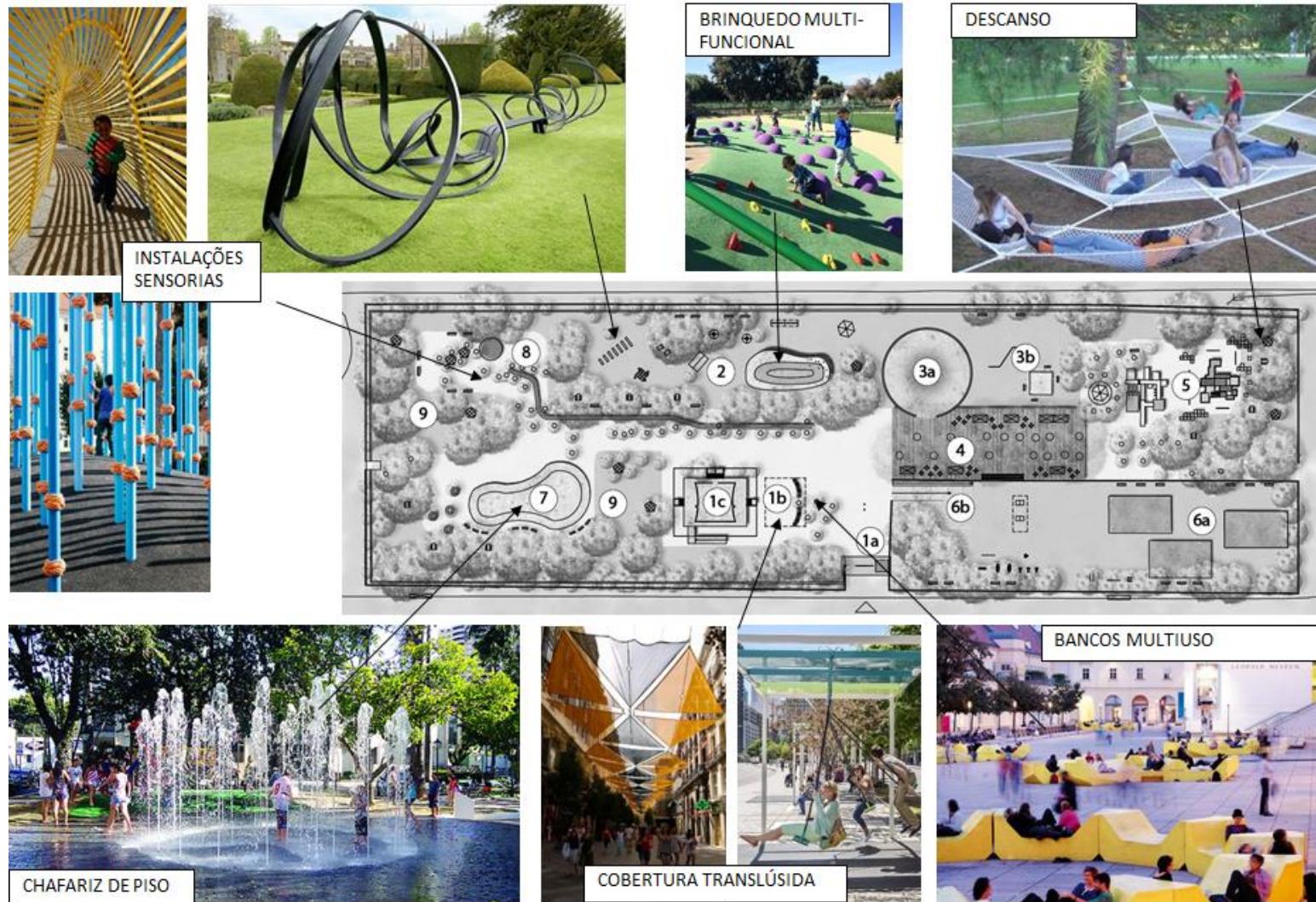


Figura 81: Planta de implantação conceitual com referências
 Fonte: desenvolvido pela autora

5.4 – Anteprojeto

O anteprojeto constitui a configuração final da solução arquitetônica elaborada para o Parque. Com base nos estudos desenvolvidos e na evolução do Projeto Conceitual, nesta etapa, o projeto já apresenta características mais detalhadas e se materializa como representação da intervenção adotada.

Foram produzidas informações técnicas relativas aos elementos construtivos propostos e de ações de intervenção. São especificados também, os materiais de acabamento, os equipamentos e mobiliários utilizados como referência de projeto.

O conjunto de documentos desenvolvidos para a apresentação do projeto é composto de:

- 1) Planta de Situação (Apêndice 1);
- 2) Planta de Levantamento Atual (Apêndice 2);
- 3) Planta de Implantação do Projeto de intervenção;
- 4) Plantas Baixas do Projeto de Intervenção (Apêndice 3, 6, 7, 8, 9, 10 e 11);
- 5) Planta de Construção do Projeto de Intervenção (Apêndice 4);
- 6) Planta de Piso e Pontos do Projeto de Intervenção (Apêndice 5);
- 7) Cortes e Elevações do Projeto de Intervenção (Apêndice 12, 13 e 14);
- 8) Referências de Equipamentos de Lazer (Apêndice 15);
- 9) Planta de Elementos Construídos – Burle Marx (Apêndice 16)
- 10) Planta de Acréscimos Vegetais – Burle Marx (Apêndice 17)
- 11) Memorial Descritivo do Projeto.

Planta Geral do Parque



Figura 82: Planta de implantação
Fonte: desenvolvido pela autora

Memorial Descritivo do Projeto

➤ Acesso Principal (Setor 1a)



Figura 83: Acesso Principal
Fonte: desenvolvido pela autora

Este espaço, marcado com o elemento arquitetônico do Pórtico de Acesso, recebe em projeto indicações de ações de conservação, mantendo as características existentes de forma, função e materialidade. Com o objetivo de destacar a entrada e identificar o espaço, é proposta a instalação de letreiro de sinalização em material moderno diferente da situação pré-existente.

Para a pavimentação, é proposta a substituição da pedra portuguesa existente, para piso cimentado. Essa nova especificação visa dar mais conforto e segurança às pessoas com mobilidade reduzida.



Figura 84: Totem
Fonte: desenvolvido pela autora

Logo em frente ao Acesso Principal, foi contemplada a instalação de um totem indicativo e informativo, contendo as principais informações sobre o funcionamento do parque, atrações e estrutura. Este totem possui um painel tipo QR Code¹ com link para internet conduzindo às páginas que descrevem além das informações funcionais, o histórico do Parque do Flamengo e os projetos dos bens culturais arquitetônicos e paisagísticos que o integram.

Toda sinalização utiliza mecanismos para a informação de forma visual, sonora ou tátil. Para atender essa premissa, as informações visuais também possuem características de relevo e a presença do mapa tátil, complementa o conjunto de sinalização. Esse conjunto é disposto nos principais pontos de tomada de decisão, pela circulação do Parque (ver Planta de Pontos).

¹ **QR code**, ou código **QR**, é a sigla de "Quick Response" que significa resposta rápida. **QR code** é um código de barras, que foi criado em 1994, e possui esse nome pois dá a capacidade de ser interpretado rapidamente pelas pessoas

➤ Espaço de Eventos/ Multiuso / Cobertura (Setor 1b)



Figura 85: Espaço Multiuso / Cobertura
Fonte: desenvolvido pela autora

Pelas das diretrizes do projeto conceitual, a proposta da cobertura foi consolidada apresentando características de intervenção em contraste com o bem arquitetônico pré-existente. Situada ao lado do Pavilhão Japonês, a cobertura proposta, que servirá como espaço de eventos e multiuso, foi projetada em respeito à escala dos elementos já construídos. Sua altura não ultrapassa o limite da cobertura do pórtico do acesso principal e está limitada à parte mais baixa do beiral do telhado do Pavilhão Japonês. Apresenta também características de reversibilidade. A vedação é feita em tela solar translúcida com tons de azul. A definição da escala e da materialidade visa preservar as visadas dos elementos arquitetônicos e da paisagem.

O mobiliário utilizado para dar suporte ao espaço é composto por dois conjuntos de bancos duplos em madeira ecológica.

A pavimentação do espaço é integrada com o piso geral da circulação do Parque, onde existe atualmente a forração de saibro. O projeto prevê a substituição do saibro pelo piso de borracha tipo EPDM (borracha de etileno-propileno). Conforme premissas do desenho universal, essa mudança de revestimento permitirá mais conforto e segurança aos usuários. Esse material apresenta características de ser um piso drenante, atérmico, possui alta resistência e função de amortecimento devido às camadas protetoras inferiores de borracha de pneus reciclados.

Na parte posterior da cobertura, foram propostas novas caixas de árvore (ver Planta de Construção e Planta de Piso do Projeto de Intervenção), para aumentar a área permeável vegetativa e compor a conformação proposta do elemento construído.

➤ **Pavilhão Japonês (Setor 1c)**

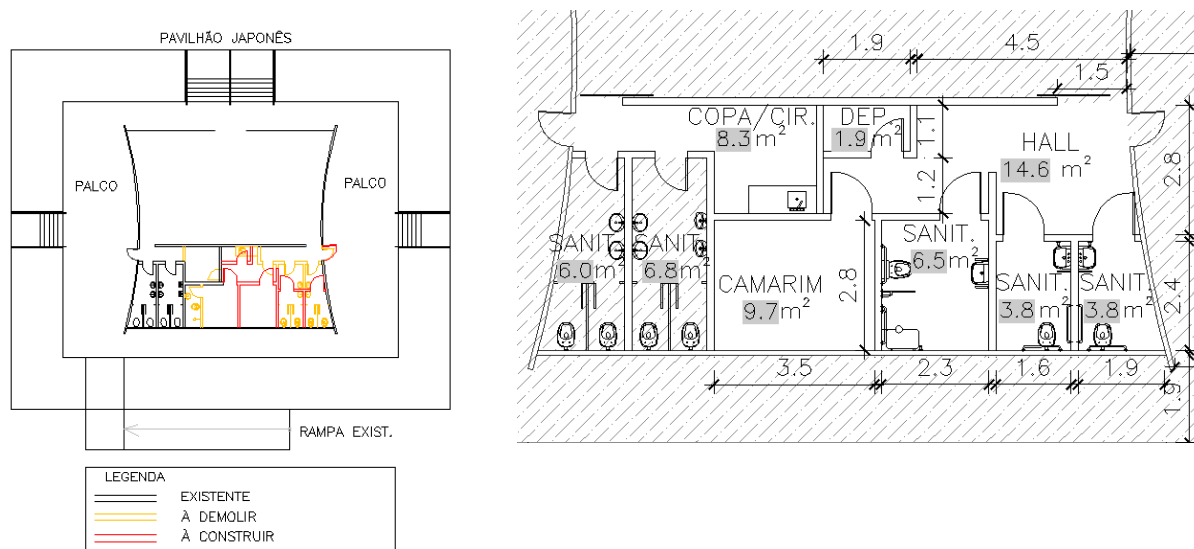


Figura 86: Sanitários Acessíveis no Pavilhão
Fonte: desenvolvido pela autora

Para permitir o uso do Pavilhão ao usuário do Parque, parte dos sanitários existentes foi reformada para atender a três sanitários acessíveis, espaço para camarim e espaço para depósito. O acesso do usuário poderá ser realizado pela porta principal do Pavilhão ou pela porta lateral existente.

Os demais sanitários e espaços de apoio foram preservados para a utilização interna (ver Planta de Construção e Planta Baixa do Projeto de Intervenção).

➤ **Espaço Brinquedos 1 (Setor 2)**



Figura 87: Montanha Interativa
Fonte: desenvolvido pela autora

O Espaço de Brinquedos foi contemplado com a implantação de equipamentos de lazer acessíveis, dispostos no espaço livre existente em piso gramado. Também projetado para o espaço, foi criado um elemento construtivo, a Montanha Interativa, alterando o relevo plano do espaço. Este elemento conta com rampa integrada, escorregas que até certo ponto são acessíveis e elementos de interação (pedras de escalada, arcos e esferas de piso).

Os equipamentos que compõem esse espaço são: Montanha Interativa, gira-gira, cama elástica de piso, teia, balanços e a escultura de arco-íris, que se apresenta também como uma instalação de interatividade.



Figura 88: Montanha Interativa Acessível
Fonte: desenvolvido pela autora



Figura 89: Equipamentos Acessíveis
Fonte: desenvolvido pela autora

Para oferecer a infraestrutura de apoio aos usuários do espaço, especialmente para a realização de eventos, foram dispostos conjuntos de mesas com bancos, ao longo das áreas sombreadas. Os bancos existentes foram substituídos por novo mobiliário com encosto, em madeira ecológica. Também dispostos em áreas sombreadas, oferecem mais conforto para os responsáveis que precisam de espaço confortável para observação das crianças. O espaço

também conta com redes para descanso e ponto de bebedouro.

➤ **Espaço Patinação (Setor 3a)**



Figura 90: Espaço Patinação
Fonte: desenvolvido pela autora

Para receber o novo uso proposto de Espaço de Patinação, o campo recebe novo revestimento de piso, alterando o piso em saibro existente para piso cimentado liso. Em volta da pista é projetado um guarda-corpo para apoio e proteção dos usuários. Este local apresentará características de multiuso e poderá ser apropriado por diversas atividades.

➤ Espaço Interativo e Chafariz (Setor 3b)



Figura 91: Espaço Interativo e Chafariz
Fonte: desenvolvido pela autora

Localizado entre o Espaço de Brinquedos e o Playground, este espaço interliga duas áreas, que são utilizadas em sua maioria, por crianças menores na área de Brinquedos, e crianças maiores e adolescentes, na área do Playground e Cidade das Crianças. O espaço que possui uma estrutura existente de caixa de areia, desativada, e bancos ao redor, funcionava mais como uma área de circulação. Aproveitando essa estrutura existente, neste espaço é proposto um novo uso. O elemento caixa de areia, desativado, recebe um tratamento para funcionar como área molhada, criando um espaço mais fresco e agradável a este ambiente que é totalmente exposto ao sol. O piso da área molhada é nivelado com o piso e permite o acesso sem barreiras.

O mobiliário de bancos em concreto existentes é preservado neste setor. Este se apresenta em bom estado de conservação, e possui encosto, o que proporciona mais conforto aos usuários.

No espaço livre mais ao fundo é proposta a instalação de um equipamento de lazer, a tirolesa, com cadeira acessível para uso de todos.



Figura 92: Espaço Sonoro
Fonte: desenvolvido pela autora

Entre este setor e o Playground, aproveitando o espaço cimentado existente, estão dispostos os instrumentos de cordas de vibração. O Espaço Sonoro desperta a interação com os sentidos, ativados pelo toque com o instrumento, que transmite vibrações que remetem às notas musicais.

➤ **Espaço Deck – Alimentação - (Setor 4)**



Figura 93: Espaço Deck / Alimentação
Fonte: desenvolvido pela autora

O Espaço Deck possui, em sua extensão, um grande deck em madeira ecológica, nivelada com o piso da circulação, marcando um espaço de uso já existente com essa atividade. O projeto contempla infraestrutura de instalações para dois pontos de alimentação, o que não impede que o local receba, com o devido controle, o acesso de barraquinhas volantes. Na implantação desse espaço, foi projetado um guarda-corpo entre o deck e o piso rebaixado das quadras. Este elemento visa à proteção dos usuários, especialmente as pessoas com deficiência visual, que podem se acidentar com gravidade sem a proteção. A nova esquadria proposta tem montantes em estrutura metálica e vedação dos vãos com cabos de aço, para intervir o mínimo possível na paisagem.

➤ **Cidade das Crianças e Playground - (Setor 5)**

Espaço Cidade das Crianças e Playground são integrados com uma ampliação do piso da circulação entre os dois elementos arquitetônicos. As paredes interativas em alvenaria dispostas no entorno da Cidade das Crianças possuem diversas interatividades: com objetos que podem ser conduzidos pela parede, diferentes texturas, cores, formas e materiais. Visando

proporcionar novas sensações e experimentações do espaço.

Para proporcionar uma circulação sem barreiras, o projeto eliminou as escadas no nível da circulação, para que todos possam circular pela Cidade das Crianças. Os módulos interativos apresentam função multiuso, simultaneamente é um local para descanso e observação e mais um elemento de brincadeiras e interatividade.

A altura das paredes interativas é menor do que as paredes existentes da “Aldeia”, respeitando a visibilidade do bem arquitetônico pré-existente.



Figura 94: Vista Cidade das Crianças
Fonte: desenvolvido pela autora

O Playground, apesar de não ser um elemento pertencente à listagem de bens tombados na Planta de Tombamento, faz parte do contexto arquitetônico do bem cultural. Portanto, as ações de intervenção também seguiram os mesmos princípios de todo o conjunto. Seguindo as premissas do desenho universal, o Playground recebe acesso ao seu patamar superior, através da criação de uma rampa. Dessa forma, todos conseguem acessar o patamar mais alto do Parque, possibilitando a visada do lugar.



Figura 95: Vista Playground
Fonte: desenvolvido pela autora

Partindo do patamar da rampa criada, é projetada a descida em um novo escorrega, mais seguro e acessível. Nos espaços inferiores do Playground, são projetados elementos interativos, como os trapézios, aproveitando o espaço para novos usos e interações. Também são propostos elementos metálicos em alguns pontos, para a interação com produção de som.

➤ **Jogos e Ginástica – Espaço Quadras - (Setor 6a)**



Figura 96: Vista rampa e sanitários
Fonte: desenvolvido pela autora

O espaço de jogos, onde estão presentes as três quadras de esporte, recebe no projeto indicações de conservação. Com uso já apropriado pelos usuários, o grande problema deste local, já identificado no estudo do projeto, é a falta de acessibilidade. A acessibilidade física a espaço é resolvida com a instalação de duas rampas de pedestres, uma em cada extremidade, para reduzir as distâncias de percurso das circulações.

Para melhoria no apoio de infraestrutura ao usuário, neste nível foi projetado mais um ponto de banheiros acessíveis. O local foi escolhido devido à grande distância a ser percorrida para acessar o ponto do Pavilhão e ao nível mais baixo do terreno, que “esconde” o elemento construído (ver Corte C e E).

O espaço de ginástica da terceira idade é implantado em área de cimentado existente que é ampliada para a instalação do conjunto de equipamentos. Ao lado, dispostos pelo gramado estão dispostos os equipamentos de ginástica: barras paralelas, barra tripla e prancha.

➤ **Estacionamento Reversível e Espaço Livre - (Setor 6b)**



Figura 97: Espaço livre e estacionamento reversível
Fonte: desenvolvido pela autora

O estacionamento que foi proposto no projeto, somente como um ponto de apoio à equipe de segurança que atua no Parque do Flamengo, apresenta características de espaço reversível, pois funciona como um espaço livre, que pode ser utilizado para eventos de lazer e confraternizações.

O acesso ao espaço é realizado por duas rampas de veículos, uma rampa de pedestre ou pela escada existente. Visando a proteção dos usuários, fora dos limites das rampas e escada, foi contemplada a instalação de esquadria de guarda-corpo, no lado do deck e no lado do pórtico de acesso.

A materialidade do espaço preserva a forração do gramado existente e propõe blocos vazados em concreto, somente na área de estacionamento reversível.

➤ Espaço Chafariz - (Setor 7)



Figura 98: Espaço Chafariz
Fonte: desenvolvido pela autora

Localizado no espaço livre onde existe atualmente um estacionamento de veículos desordenado, o Espaço Chafariz traz ao ambiente, uma ampla área, que permite interações em contato com a água. Integrado ao local, o projeto visa poder proporcionar uma ambiência de acolhimento e frescor. Trazendo o elemento água para um espaço livre totalmente aberto ao tempo, sem vegetação.

O acesso ao chafariz, sem barreira, segue o mesmo piso emborrachado da circulação, porém em cores distintas, com tonalidades de areia e azul (ver Planta de Piso). Ao lado do chafariz, uma área pergolada oferece ambiente a meia sombra aos usuários. No entorno da área molhada, são dispostos bancos ao sol, integrados com a forma do espaço.

➤ Espaço Sensorial - (Setor 8)



Figura 99: Espaço Sensorial
Fonte: desenvolvido pela autora

O Espaço Sensorial se situa na extremidade do Parque e apresenta características de um espaço concebido para ser um local de silêncio e tranquilidade. Neste, os usuários encontrarão uma ambiência de conforto e acolhimento.

As instalações propostas de interatividade são mais sensíveis e sem grandes impactos, como o espaço de escorregas, que estimulam uma atividade mais intensa das crianças. Neste local, as instalações propostas são compostas por: floresta sensorial, arquibancada, redes de descanso e um túnel que conecta a entrada próxima ao acesso principal até o Espaço Sensorial. Os pontos de cama elástica de piso, apesar de estimularem o movimento, neste ponto já começam a fazer a transição com a área de brinquedos.

Com a intenção de proporcionar a sensação de tranquilidade, as cores propostas para os elementos deste setor acompanham a paleta de tons de azul e lilás. A floresta e a arquibancada possuem formas curvas, revestidas na mesma forração em borracha, mas com cores distintas (ver Planta de Piso).

➤ **Piquenique, Descanso e Espaços Verdes - (Setor 9)**

No entorno das áreas de lazer, os espaços verdes arborizados existentes são propostos como áreas a serem permeadas pelos usuários, ampliando a experimentação do espaço. É proposta em projeto a disposição de espaços para piquenique, com a implantação do conjunto de mobiliário próximo aos espaços de lazer infantis: área de brinquedos, chafariz e Cidade das Crianças. Além do mobiliário de apoio para atividade de piquenique, são dispostos pontos de descanso, com redes em áreas de sombra das áreas verdes.

No espaço livre próximo ao Espaço Sensorial, preservando a importância da tranquilidade, não é contemplado mobiliário de apoio para a atividade de piquenique, apenas de descanso.

Em toda a circulação do Parque foi prevista em projeto a integração com os canteiros de áreas arborizadas. A proposta prevê o nivelamento do tento de piso existente com o piso da circulação emborrachado, e o nivelamento do gramado neste ponto, a fim de proporcionar uma circulação sem barreiras e segura.

Os equipamentos propostos seguiram as premissas do desenho universal, bem como as propostas de intervenção no bem cultural pré-existente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou refletir sobre as possibilidades e a pertinência de tornar um bem tombado acessível a todos, evitando a segregação e trazendo o usufruto dos espaços públicos a todos os cidadãos. Procuramos focar o projeto na importância da inclusão de crianças em espaços públicos de lazer infantil, de forma não apenas permitir o acesso de todos, mas principalmente, transformar o espaço público em uma fonte de aprendizado, de prazer e de integração entre todas as crianças, independente de suas diferenças.

O estudo de caso do Parque do Flamengo se tornou um objeto adequado para esta reflexão, uma vez que, na especificidade do Parque das Crianças, encontramos usos desvirtuados dos espaços originalmente propostos e instalações degradadas ou inadequadas que contribuíram para entendermos, analisarmos e resolvermos a proposta de requalificação.

De fato, por ser o Parque do Flamengo um dos lugares mais icônicos da Cidade do Rio de Janeiro, amado pelos cariocas e parte do sítio do Patrimônio Mundial da Paisagem Cultural da Cidade, sustentamos ser inadmissível que uma parcela importante da população seja impedida de usufruir desse espaço adequadamente.

Para a consecução dos objetivos propostos neste trabalho, cabe mencionar a metodologia adotada para o levantamento de dados que, em nossa intenção, busca contribuir para o entendimento das percepções das crianças em relação aos espaços.

Como foi mostrado, tivemos o privilégio de contar com a participação de dois grupos de crianças que muito contribuíram para o desenvolvimento de nossas reflexões. Tanto o primeiro grupo, constituído por crianças que não possuem dificuldades de locomoção ou quaisquer deficiências sensorial ou intelectual, quanto o segundo grupo, constituído por crianças com deficiência e com Transtorno do Espectro Autista foram fonte de riquíssimas informações sobre suas percepções, sentimentos e visões de mundo.

Para melhor compreendê-las, foi necessário nos adaptarmos à sua linguagem e maneiras de expressão. Inspiramo-nos na ferramenta metodológica do Mapeamento das Manifestações (DUARTE, 2010) e no Método dos Percursos Comentados (THIBAUD, 2013) para captar as sensações das crianças e mapeá-las. Contudo, visando à captura dessas informações sem que o público infantil perdesse o foco e respondesse a contento, foram desenvolvidas possibilidades de resposta por meio de

emojis e de desenhos. A ludicidade da proposta foi responsável por um adequado número de respostas por parte das crianças. As anotações de cunho etnográfico, o levantamento fotográfico e os croquis de campo vieram complementar os dados para análise. Foi possível, assim, identificar as relações de repulsa, atração e afetividade com o ambiente que nos levaram às definições de diretrizes projetuais de intervenção no projeto de requalificação aqui proposto.

Com base nessas diretrizes, o trabalho que aqui apresentamos teve suas reflexões materializadas por um projeto de requalificação baseado nos conceitos de Acessibilidade, de Acessibilidade Emocional (DUARTE E COHEN, 2012) e nas premissas do Desenho Universal, procurando oferecer o acesso de todos ao espaço, sem segregações. A livre circulação entre os ambientes criados no projeto permitiu ao usuário definir seus percursos e experimentações.

O partido arquitetônico de intervenção adotado para permitir esse livre acesso, foi definido com a retirada de barreiras de circulação no Parque e em suas instalações. Foram propostas rampas de acesso confortáveis e em local de destaque nas áreas sem acessibilidade. Incluindo os acessos aos elementos construídos de lazer pré-existentes (Playground e Cidade das Crianças).

Para permitir a fluidez entre os setores do Parque, os pisos propostos foram nivelados nos trechos de encontro entre a circulação existente e os canteiros de áreas verdes. Essa definição proporciona acesso aos canteiros e cria um fluxo seguro para os usuários. A instalação de golas de árvore neste piso, além da funcionalidade drenante, também proporciona mais segurança à proteção das espécies e circulação dos usuários.

Para trazer mais conforto e segurança, é proposta a substituição da materialidade do tratamento deste piso da circulação, mantendo a tonalidade parecida com o saibro existente e sua paginação, em consonância com a estética paisagística existente.

Destacamos para o atendimento das diretrizes projetuais de acessibilidade, a especificação de novos equipamentos de lazer e de mobiliário, que fossem acessíveis (brinquedos, mesas de piquenique, mesas de jogos, mobiliário no geral).

A sinalização também foi incorporada como um instrumento que complementou a integração dos setores do Parque, proporcionando informação e conhecimento do bem cultural a todos. A disposição dos pontos foi disposta em pontos estratégicos para garantir a autonomia e funcionalidade da comunicação.

Com base no conceito de Acessibilidade Emocional (Duarte e Cohen, 2012), são incorporados aspectos sensíveis e afetivos ao projeto. A ideia de despertar no usuário manifestações de ligações emocionais de empatia com o Parque, determinaram propostas que pudessem melhorar a qualidade da percepção da ambiência.

Para o usuário se sentir acolhido no lugar, foi proposto (em projeto) oferecer áreas mais confortáveis, acolhedoras, estimulantes, prazerosas e seguras. Com o intuito de proporcionar novos estímulos sensíveis ao usuário, foi proposta a criação de espaços com área molhada. O elemento água foi incorporado ao Parque em duas instalações de lazer com chafariz de piso: uma grande instalação ao lado do Pavilhão e outra próxima ao Playground, na outra extremidade do Parque. As áreas molhadas, trazem oportunidade da criança interagir com outra materialidade, traz mais frescor ao ambiente e oferece uso a espaços livres sem arborização, muito quentes e de pouca permanência.

Elementos lúdicos foram sugeridos para desenvolvimento cognitivo e de estímulos sensoriais do usuário, destacando-se: paredes e módulos interativos, elementos sonoros, floresta sensorial, túnel, montanha interativa, redes de descanso à sombra das árvores e as áreas molhadas. Essas instalações oferecem oportunidades para sensações de percepção de materialidades, cores, sons e formas distintas.

A implantação da cobertura em tela translúcida também foi importante para trazer essa ambiência de acolhimento e conforto na recepção e permanência dos usuários no Parque. A infraestrutura de apoio projetada (sanitários, espaço alimentação e mesas de piquenique) também visa melhorar a experiência das pessoas no local e garantir que se sintam seguras e confortáveis ao precisarem desse apoio.

A proposta de projeto realizada traz um conjunto de elementos que estimulam os sentidos, divertem, acalmam, interagem e melhoram a qualidade de conforto do espaço, para promover um Parque acessível e acolhedor.

A sensibilidade se apresentou nos estudos da pesquisa, como visto, com a preocupação em entender as percepções dos usuários com a ambiência do Parque.

Essa visão se refletiu nas definições projetuais, que trouxeram soluções desejadas pelos usuários. Dessa forma, pensamos que o projeto se torna mais assertivo no sentido de ser um espaço acolhido pela sociedade e conseqüentemente protegido para o futuro.

Com base no conceito da importância do lazer na infância que destaca esta

atividade como essencial à vida humana, valorizamos em projeto, o uso das atividades voltadas ao lazer infantil. Essa diretriz manteve a natureza original do Parque. Vislumbramos esse espaço como uma oportunidade de promover uma ampla possibilidade de desenvolvimento de suas habilidades sociais, físicas e emocionais. Valorizamos no projeto a promoção de espaços de lazer com qualidade, criatividade e respeito ao bem arquitetônico e paisagístico.

O projeto desenvolvido com intervenção em um bem cultural, nos fez perceber que é possível promover a acessibilidade e novos usos ao bem, e ainda assim, preservar sua identidade e características que o constituem como Patrimônio.

Entendemos com o projeto, que as intervenções em prol da acessibilidade se mostraram em harmonia com o bem. Promoveram valor ao espaço e garantiram o uso democrático do Parque.

Portanto, este trabalho nos fez acreditar que as ações de intervenção não devem ser encaradas como barreiras para a preservação do bem cultural. A partir do entendimento de que a acessibilidade agrega valor ao uso, devemos incorporar seus conceitos nos projetos de intervenção, para que o próprio bem atenda suas funções sociais para todos.

Referências bibliográficas

ALVES, Ednalva de Luna; Sousa, Joel Guedes **A educação especial das crianças com dificuldades de aprendizagem na apae em esperança – paraíba sob o olhar da família**. In: II CINEDI congresso Internacional de educação inclusiva, Campina Grande: editora UFPB, 2016

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 9050: Acessibilidade de pessoas portadora de deficiência a edificações, espaço, mobiliário equipamento urbanos**. Rio de Janeiro:2004.

_____. **NBR 9050:2015. Acessibilidade de pessoas portadora de deficiência a edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbanos**. Rio de Janeiro:2015.

_____. **Caderno 2, Programa Brasileiro de Acessibilidade**, Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, Ministério das Cidades,. Distrito Federal: 2006.

_____. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm. Acesso em 05 abr.2019.´

_____. Lei nº 2.287, de 04 de janeiro de 1995. Dispõe sobre o RIO COMO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE e dá outras providências. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4455734/4112401/42562Dec35879_2012.pdf Acesso em 05 abr.2019.

_____. Lei nº 2.287, de 04 de janeiro de 1995. Dispõe sobre o RIO COMO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE e dá outras providências. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4455734/4112401/42562Dec35879_2012.pdf Acesso em 05 abr.2019.

_____. Lei nº 2.287, de 04 de janeiro de 1995. Tomba o Parque do Flamengo por seu interesse paisagístico, urbanístico e cultural, e dá outras providências. Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/c5e78996b82f9e0303257960005fdc93/b3bee290a31902f8032576ac007336f3?OpenDocument> Acesso em 05 abr.2019.

BONDUKI, Nabil (Org.). **Affonso Eduardo Reidy. Série Arquitetos Brasileiros**, Lisboa, Blau, Instituto Lina Bo e P.M. Bardi, 1999.

BRASIL, Constituição de 1988, Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_05.10.1988/art_216_.asp Acesso em 21 mar 2019

BRASIL. Lei 8.368, de 02 de dezembro de 2014 Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/Decreto/D8368.htm> Acesso em 24 maio 2018.

BRASIL. Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012
Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3o do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm>. Acesso em 24 maio 2018.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: fev. 2018

CARSALADE, Flávio de Lemos. **A preservação do patrimônio como construção cultural**. Arquitectos, São Paulo, ano 12, n. 139.03, Vitruvius, dez. 2011. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/12.139/4166>.

CARTA DE ATENAS, 1933. Disponível em: <
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>

CARTA DE VENEZA, 1964. Disponível em:<
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2017

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio**. São Paulo, Editora Unesp, Estação Liberdade, 2001.

DECLARAÇÃO DE JUIZ DE FORA, 2010. Disponível em: <
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20dos%20Jardins%20Historicos.pdf>>.
Acesso em 10 nov. 2017

DOSSIÊ DA CANDIDATURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO A PAISAGEM CULTURAL BRASILEIRA . UNESCO, 2017 . Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/about-this-office/single-view/news/rio_de_janeiro_receives_from_unesco_the_certificate_of_world/ Acesso em: 25 Jul. 2018

DUARTE, C. R.; COHEN, R. “**Acessibilidade Emocional**”. In: VII Encontro Nacional de Ergonomia do Ambiente Construído / VIII Seminário Brasileiro de Acessibilidade Integral, 2018, Fortaleza. Blucher Design Proceedings. São Paulo: Editora Blucher, 2018. p. 6.

DUARTE, C.R. ; COHEN, R.; BIOCCA, L. **Acessibilidade ao Patrimônio no Brasil e na Itália: Exemplos, Conflitos e Reflexões**. In: Ribeiro,R.T.M.; Nóbrega,C.C.L. (Orgs.). Projeto e Patrimônio: reflexões e aplicações. Rio de Janeiro: Rio Books, 2016 p. 296 – 327.

DUARTE, C.R. **Olhares possíveis para o Pesquisador em Arquitetura. Rio de Janeiro:** Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo,

2010.

DUARTE, C.R.& COHEN, R.-“**Acessibilidade e Desenho Universal: Fundação e Revisão Bibliográfica para Pesquisas**”- Relatório Técnico do Núcleo Pró Acesso, 2012.

DUARTE, Cristiane Rose de S. **A Empatia Espacial e sua Implicação nas Ambiências Urbanas.** Revista Projetar, outubro 2015.

DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira ; COHEN, R. **Afeto e Lugar: A Construção de uma Experiência Afetiva por Pessoas com Dificuldade de Locomoção.** In Anais do Seminário Acessibilidade no Cotidiano. Versão em CD. Rio de Janeiro, 2004.

HISTÓRIA DO PARQUE DO ATERRRO DO FLAMENGO. Diário do Rio, 2016. Disponível em: <http://diariodorio.com/historia-do-parque-aterro-do-flamengo/> Acesso em: 30 de maio de 2017

HISTÓRIA DO PARQUE. Parque do Flamengo, 2018. Disponível em: <http://www.parquedoflamengo.com.br/sobre-o-parque/> Acesso em: 30, março 2019

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº1: 2003. Disponível em: <http://diariodorio.com/historia-do-parque-aterro-do-flamengo/>, 2016. Acesso em: 30 maio de 2017.

LAMAS, José M. R. G. **Morfologia urbana e o desenho da cidade.** Lisboa, Fundação Calouste Gulbekian, 1992.

LOPES, Flávio, **Zonas de Proteção do Patrimônio Arquitetônico de Atuação. Projeto e Patrimônio: Reflexões e Aplicações.** Caleidoscópio, 2013.

LYRA, Cyro Corrêa. **Preservação do patrimônio edificado: a questão do uso.** São Paulo: IPHAN, 2016.

MEDEIROS, Ethel Bauzer - **O Lazer no Planejamento Urbano,** (Cadernos da Administração Pública – Administração Geral:82, 2ed, Rio de Janeiro, Ed.da Fundação Getúlio Vargas, 1971

MELO, Natália Rodrigues. **Pelos Percursos da Acessibilidade: afeto e apropriação nas ambiências de uma cidade histórica estudo de caso em Ouro Preto, MG.** Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação em arquitetura, 2013.

Mobilidade e acessibilidade urbana em centros históricos / organização de Sandra Bernardes Ribeiro. – Brasília: Iphan, 2014. 120 p. (Cadernos Técnicos; 9)

PALLASMAA, Juhani, **Os Olhos da Pele: a arquitetura dos sentidos.** Tradução técnica: Alexandre

Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2011,

PINHEIRO C.; FIALHO R., Pereira Passos: vida e obra, Coleção Estudos Cariocas, IPP/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro Nº 20060802 Agosto, 2006.

PRINZ, Dieter, **Projetos Urbanos & Configuração Urbana**. Lisboa: Editorial Presença, 1984.

PROJETO MAGICAL BRIDGE. Magical Bridge, 2018. Disponível em : <http://magicalbridge.org/>
Acesso em: 04, julho de 2018

PROJETO WILLIAM CARTER SCHOOL. Carter Scholl, [20?]. Disponível em:
<http://www.williamcarterschool.org/school-features/sensory-garden/> Acesso em: 30, março de 2019

RHEINGANTZ, P. A. Estratégias e Procedimentos para Elaboração de Projetos de Tese/Dissertação

RHEINGANTZ, Paulo Afonso[et.al]. **Observando a qualidade do lugar: procedimentos para a avaliação do pós-ocupação**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pós-graduação em arquitetura, 2009.

RIBEIRO, R.; NÓBREGA, C. **Projeto e Patrimônio: Reflexões e Aplicações**. 1ed. Rio de Janeiro: Rio Book's, 2016.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Rio de Janeiro paisagens entre a montanha e o mar**. Editora Brasileira; Brasília: UNESCO, 2016

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua origem**, Trad.Werner Davidsohn. 1ed.São Paulo: Perspectiva, 2014

RUSKIN, John. **A lâmpada da memória**, Trad. Beatriz M. Kuhl. 3ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2006

SILVA,Jonathas M. P.; MANETTI, C. **Memória, mobilidade e complexidade: consideração pela história local**. (Risco (São Carlos); v.7, 2013. <http://www.revistas.usp.br/risco/article/view1,p.61-artigo-semiFile/73484/77200>)

TÂNGARI, V. R.; SILVA, J.M. P. **A Importância dos Espaços Livres na Valorização do Patrimônio Edificado. Projeto Paisagístico para o Campus do Observatório Nacional de do Museu de Astronomia e Ciências Afins em São Cristóvão no Rio de Janeiro/RJ**, (RIBEIRO, NOBREGA (orgs.) Projeto e Patrimônio: reflexões e aplicações. Rio de Janeiro. Rio Books, 2016)

TÂNGARI, Vera Regina. **Espaços livres públicos como espaços museográficos**. In GUIMARAENS, Ceça, IWATA, Nara, POLLY, Vânia e KESSEL, Carlos (Org.) Anais do Seminário Internacional Museografia e Arquitetura de Museus. FAU/ProArq-UFRJ, 2005.pp.49-72

THIBAUD, Jean Paul. **A cidade através dos sentidos**, Cadernos PROARQ 18

THIBAUD, Jean Paul. **Commented City Walks**, Journal of mobile culture, 2013, vol4 (nº1) pp.1-32.<hal-00980752>

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983

UNESP,2001. CURY, Isabelle (Org). **Cartas Patrimoniais**. 2.ed. Rio de Janeiro:IPHAN,2000.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Projetos de intervenção em bens arquitetônicos de interesse cultural: por um diálogo construtivo entre o novo e a preexistência**. Natal: II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo Teorias e práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporâneas Complexidade, Mobilidade, Memória e Sustentabilidade, 2012.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Notas sobre a Carta de Veneza** . Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material, v. 18. n.2. jul.- dez. 2010.

APÊNDICE

01 – Planta de Situação

02 - Planta de Levantamento Atual

03 - Planta Baixa do Projeto de Intervenção

04 - Planta de Construção do Projeto de Intervenção

05 - Planta de Piso e Pontos do Projeto de Intervenção

06 - Planta Baixa Trecho 1 do Projeto de Intervenção

07 - Planta Baixa Trecho 2 do Projeto de Intervenção

08 - Planta Baixa Trecho 3 do Projeto de Intervenção

09 - Planta Baixa Trecho 4 do Projeto de Intervenção

10 - Planta Baixa Trecho 5 do Projeto de Intervenção

11 - Planta Baixa Trecho 6 do Projeto de Intervenção

12 - Corte A do Projeto de Intervenção

13 - Corte B do Projeto de Intervenção

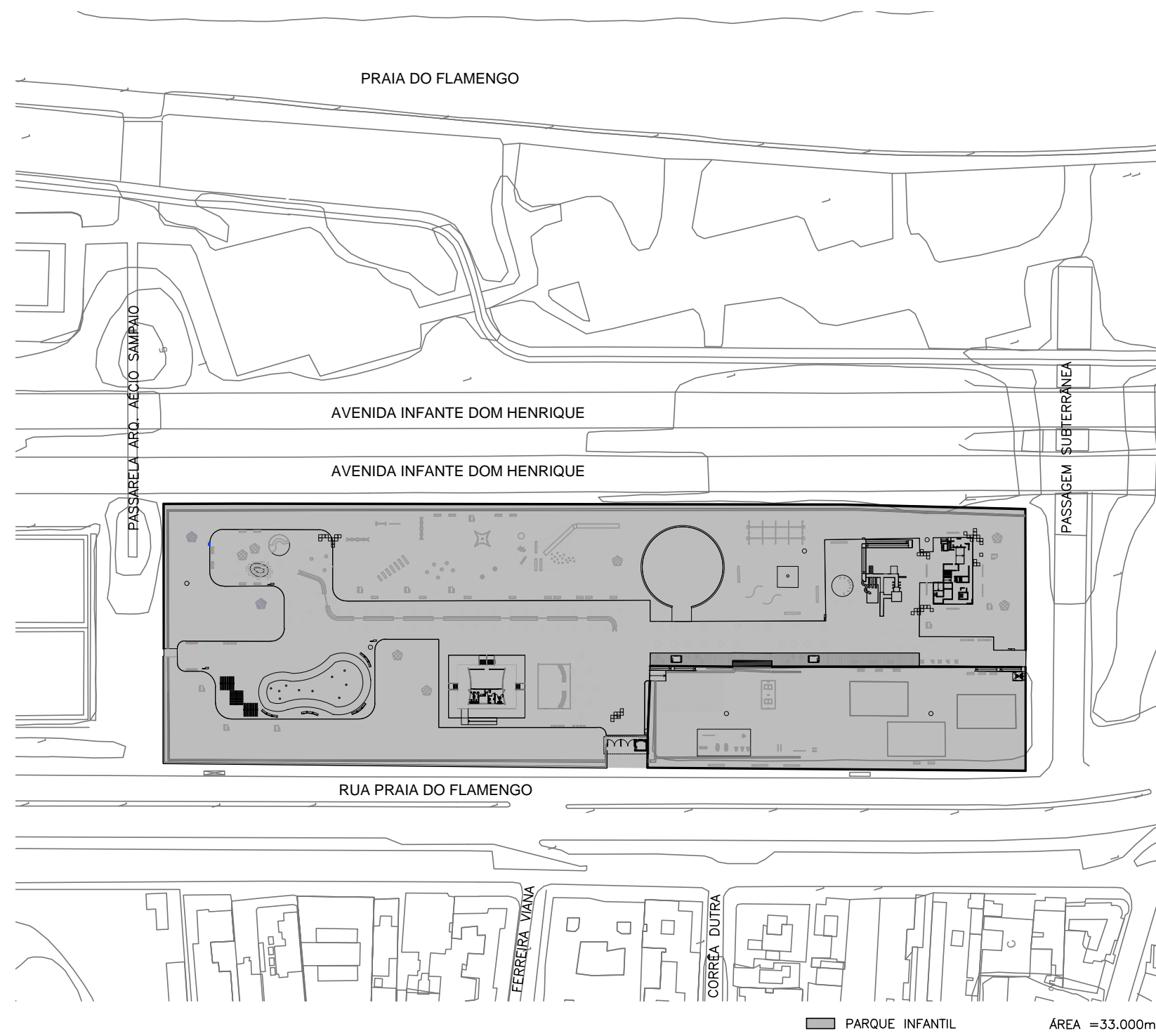
14 – Corte C, D e E do Projeto de Intervenção

15 - Referências de equipamentos de lazer do Projeto de Intervenção

16 - Planta Burle Marx de Elementos Construídos

17 - Planta Burle Marx de Acréscimos Vegetais

18 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



1 PLANTA DE SITUAÇÃO
ESCALA: 1/2000



Projeto e Patrimônio
MESTRADO PROFISSIONAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA
MESTRADO PROFISSIONAL EM PROJETO E PATRIMÔNIO

ESPAÇO DE LAZER ACESSÍVEL – UMA INTERVENÇÃO NO PARQUE DO FLAMENGO

DESENHO:

PLANTA DE SITUAÇÃO

PROJETO:

LUCIANA BERNARDES SECRON

DATA:

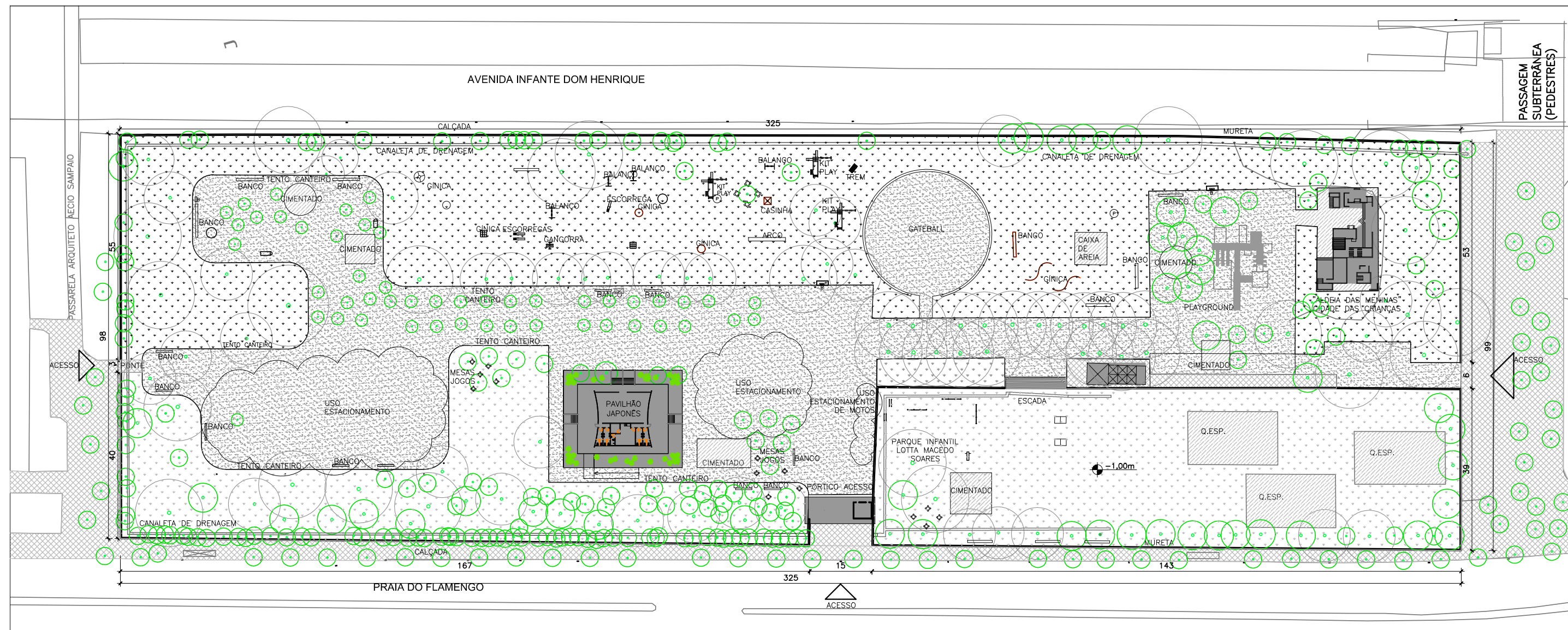
SET/2019

ESCALA:

1/2000

APÊNDICE:

01



1 PLANTA BAIXA DE LEVANTAMENTO

ESCALA: 1/1000

LEGENDA PISO / FORRAÇÃO		LEGENDA PAISAGISMO		LEGENDA EQUIPAMENTOS DE LAZER						
SIMBOLOGIA	DESCRIÇÃO	SIMBOLOGIA	DESCRIÇÃO	SIMBOLOGIA	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	SIMBOLOGIA	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	
	ÁREAS DE CANTEIRO PARA JARDINS E EQUIP. DE LAZER – PISO GRAMADO		ÁRVORE DE GRANDE PORTE		ESCORREGA	03		BARRA PARALELA	02	
	CIRCULAÇÃO E ESTACIONAMENTO – PISO EM SAIBRO		ÁRVORE DE MÉDIO PORTE		BALANÇO	03		PRANCHA ABDOMINAL	01	
	PISO EM PEDRA PORTUGUESA		ÁRVORE DE PEQUENO PORTE		GÍNICA OU TREPA-TREPA	02		BARRA	02	
	PISO CIMENTADO		CASINHA		GÍNICA TIPO CONE	03		MESA DE JOGOS	18	
	ELEMENTOS EDIFICADOS		GANGORRA		CASINHA	01		MESA PING PONG	02	
<p>ÁREA DE INTERVENÇÃO = 33.000.00m²</p>			TREM		GANGORRA	01		KIT PLAY	03	
			ARCO	01		BEBEDOURO	03		BANCO EM CIMENTO	21
			ARCO	01						



Projeto e Patrimônio
MESTRADO PROFISSIONAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA
MESTRADO PROFISSIONAL EM PROJETO E PATRIMÔNIO

ESPAÇO DE LAZER ACESSÍVEL – UMA INTERVENÇÃO NO PARQUE DO FLAMENGO

DESENHO:

PLANTA DE LEVANTAMENTO ATUAL

PROJETO:

LUCIANA BERNARDES SECRON

DATA:

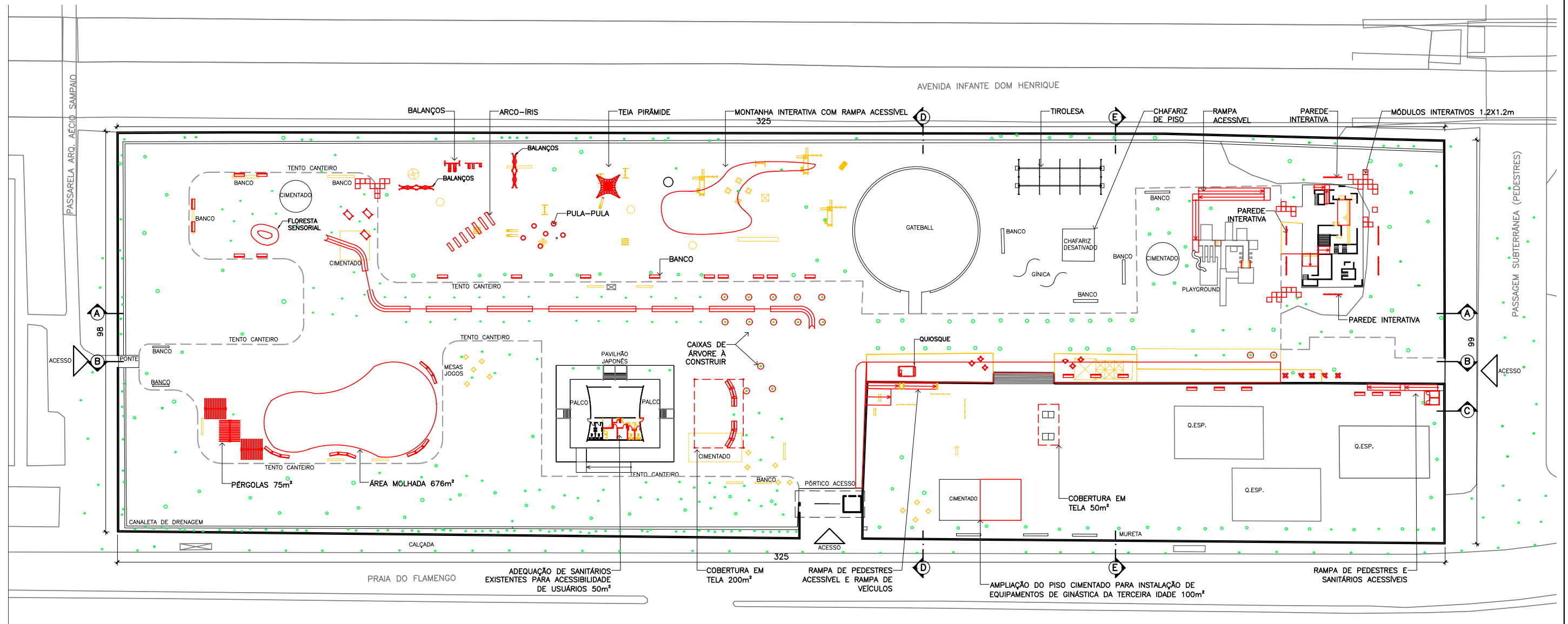
SET/2019

ESCALA:

1/1000

APÊNDICE:

02



1 PLANTA DE CONSTRUÇÃO (DEMOLIR/CONSTRUIR)
ESCALA: 1/1000

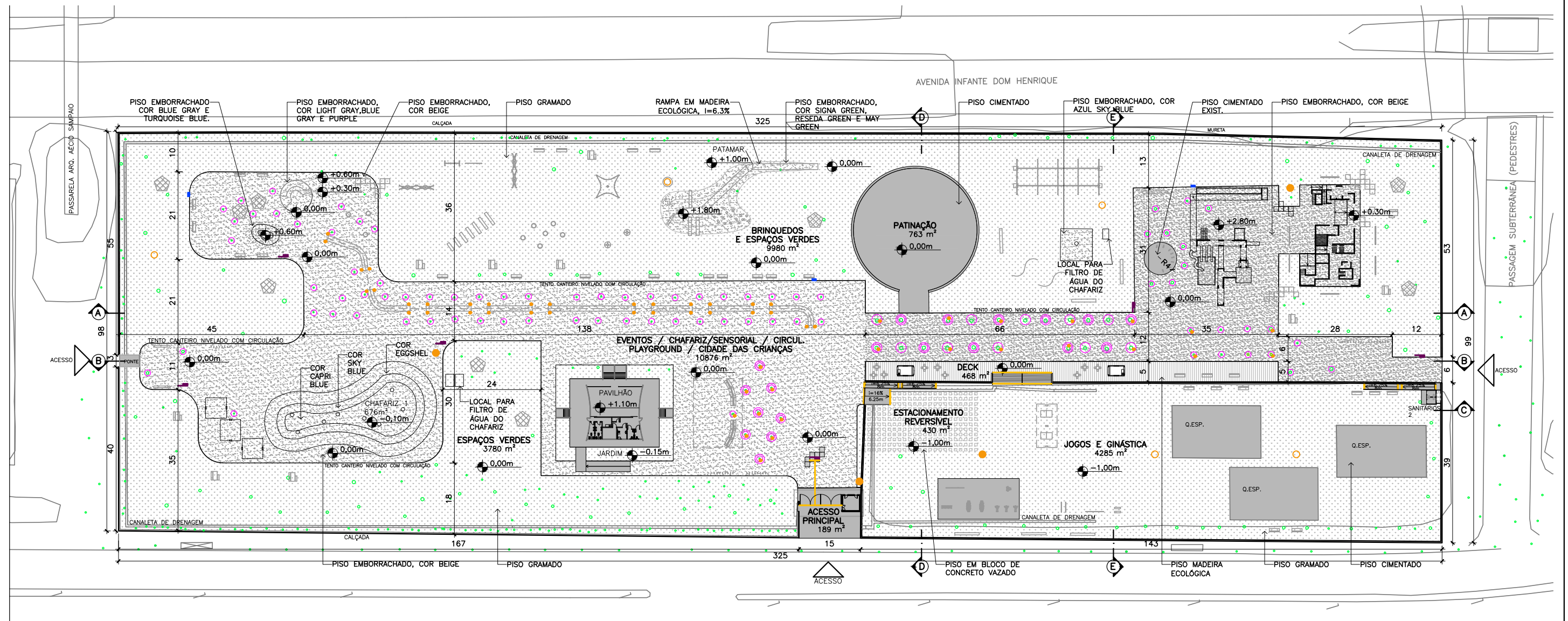
LEGENDA	
SIMB.	DESCRIÇÃO
	EXISTENTE
	À DEMOLIR
	À CONSTRUIR
	TENTO À NIVELAR COM PISO
	TRONCO DE ÁRVORE EXISTENTE
	CAIXA DE ÁRVORE À CONSTRUIR



Projeto e Patrimônio
MESTRADO PROFISSIONAL
PRORQ/UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA
MESTRADO PROFISSIONAL EM PROJETO E PATRIMÔNIO

ESPAÇO DE LAZER ACESSÍVEL – UMA INTERVENÇÃO NO PARQUE DO FLAMENGO
DESENHO:
PLANTA DE CONSTRUÇÃO (PROJ. INTERVENÇÃO)

PROJETO: LUCIANA BERNARDES SECRON	DATA: SET/2019	ESCALA: 1/1000	APÊNDICE: 04
--------------------------------------	-------------------	-------------------	------------------------



1 PLANTA DE PISO – PROJETO DE INTERVENÇÃO
ESCALA: 1/1000

LEGENDA PISO		
SIMB.	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
[Symbol]	GRAMADO	18.045m ²
[Symbol]	PISO EMBORRACHADO	11.151m ²
[Symbol]	PISO CIMENTADO	2.008m ²
[Symbol]	PISO DECK DE MADEIRA ECOLÓGICA	468m ²
[Symbol]	PISO BLOCO DE CONCRETO VAZADO	430m ²

LEGENDA PONTOS DE PISO		
SIMB.	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
[Symbol]	POSTE EXISTENTE	05
[Symbol]	NOVA ILUMINAÇÃO: POSTE	03
[Symbol]	NOVA ILUMINAÇÃO: LUZ DE PISO	55
[Symbol]	GOLA DE ARVORE	88
[Symbol]	GOLA DE ARVORE COM BANCO	20
[Symbol]	TRONCO DE ARVORE	
[Symbol]	BEBEDOURO EXIST. RECUPERADO	03
[Symbol]	TOTEM E MAPA TÁTIL (ACESSÍVEL)	06
[Symbol]	PISO PODOTÁTIL DE ALERTA	
[Symbol]	PISO PODOTÁTIL DIRECIONAL	

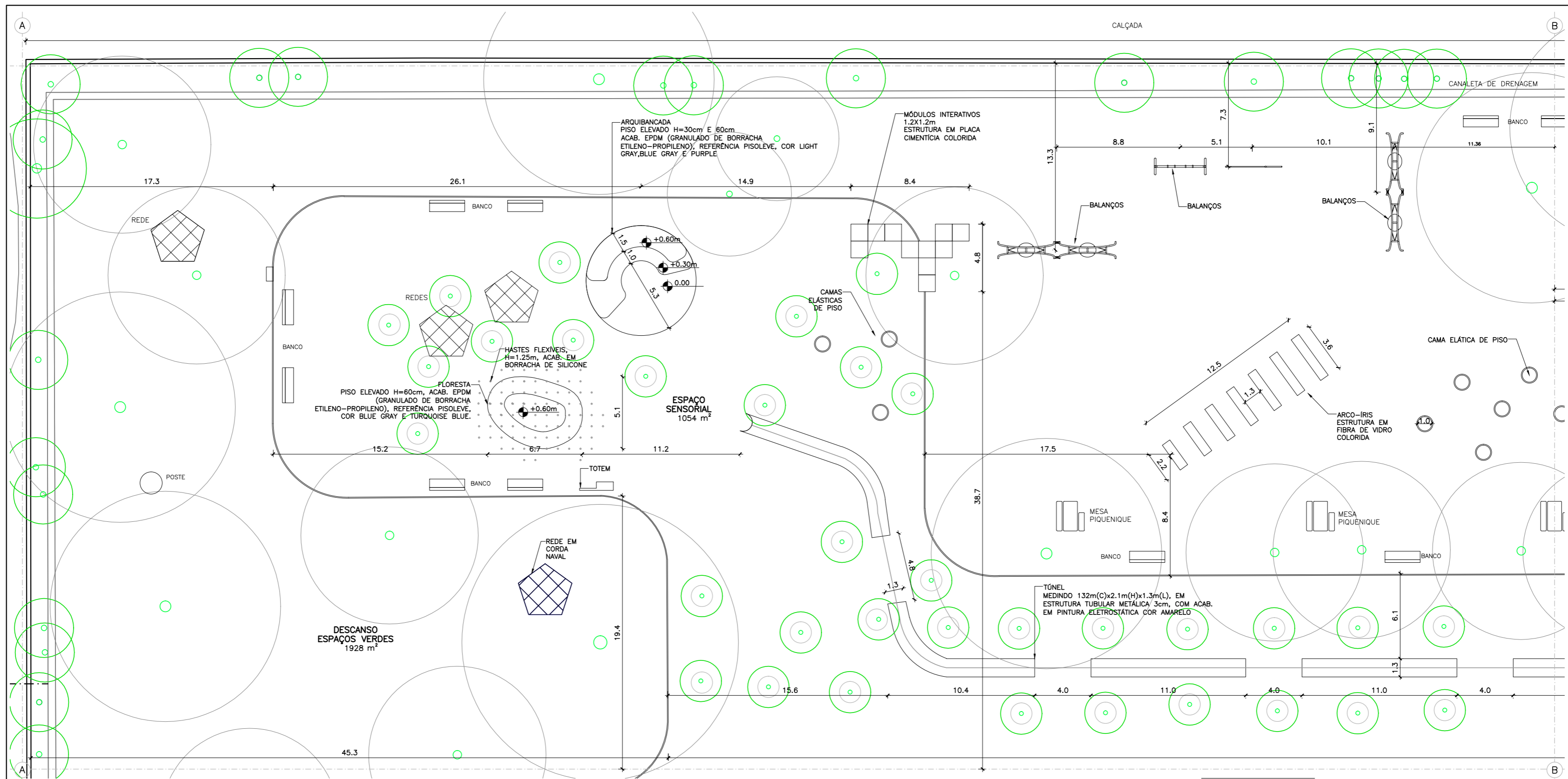


Projeto e Patrimônio
MESTRADO PROFISSIONAL

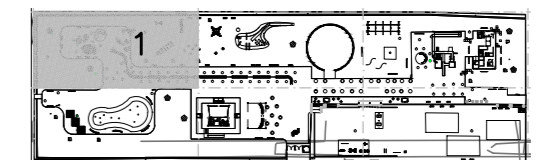
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA
MESTRADO PROFISSIONAL EM PROJETO E PATRIMÔNIO

ESPAÇO DE LAZER ACESSÍVEL – UMA INTERVENÇÃO NO PARQUE DO FLAMENGO

DESENHO: PLANTA DE PISO (PROJETO DE INTERVENÇÃO)	PROJETO: LUCIANA BERNARDES SECRON	DATA: SET/2019	ESCALA: 1/1000	APÊNDICE: 05
------------------------------------------------------------	--------------------------------------	-------------------	-------------------	------------------------



01 PLANTA BAIXA AMPLIAÇÃO (TRECHO 1)
1/250



02 PLANTA CHAVE
1/5000



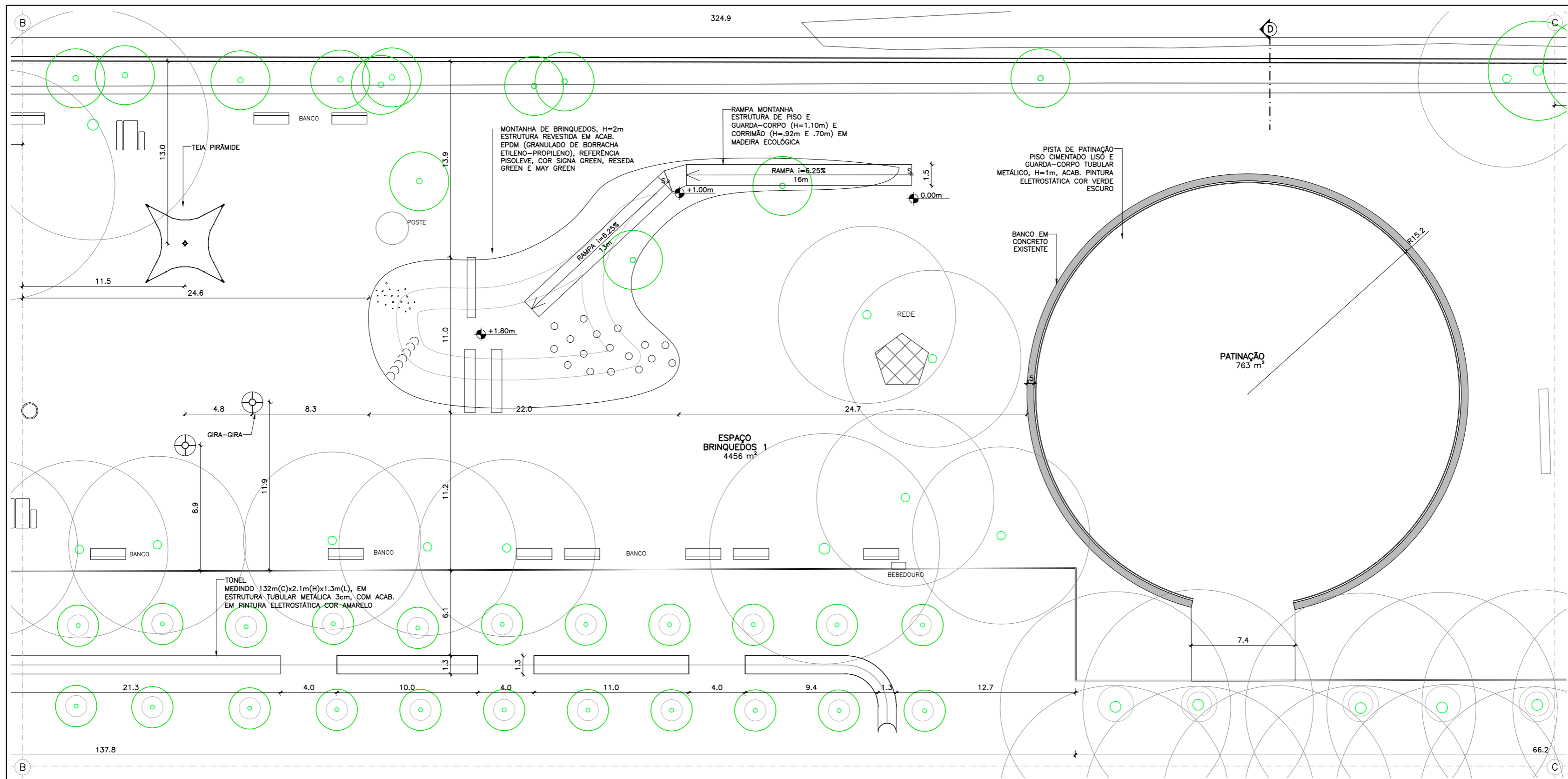
Projeto e Patrimônio
MESTRADO PROFISSIONAL EM PROJETO E PATRIMÔNIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA
MESTRADO PROFISSIONAL EM PROJETO E PATRIMÔNIO

ESPAÇO DE LAZER ACESSÍVEL – UMA INTERVENÇÃO NO PARQUE DO FLAMENGO

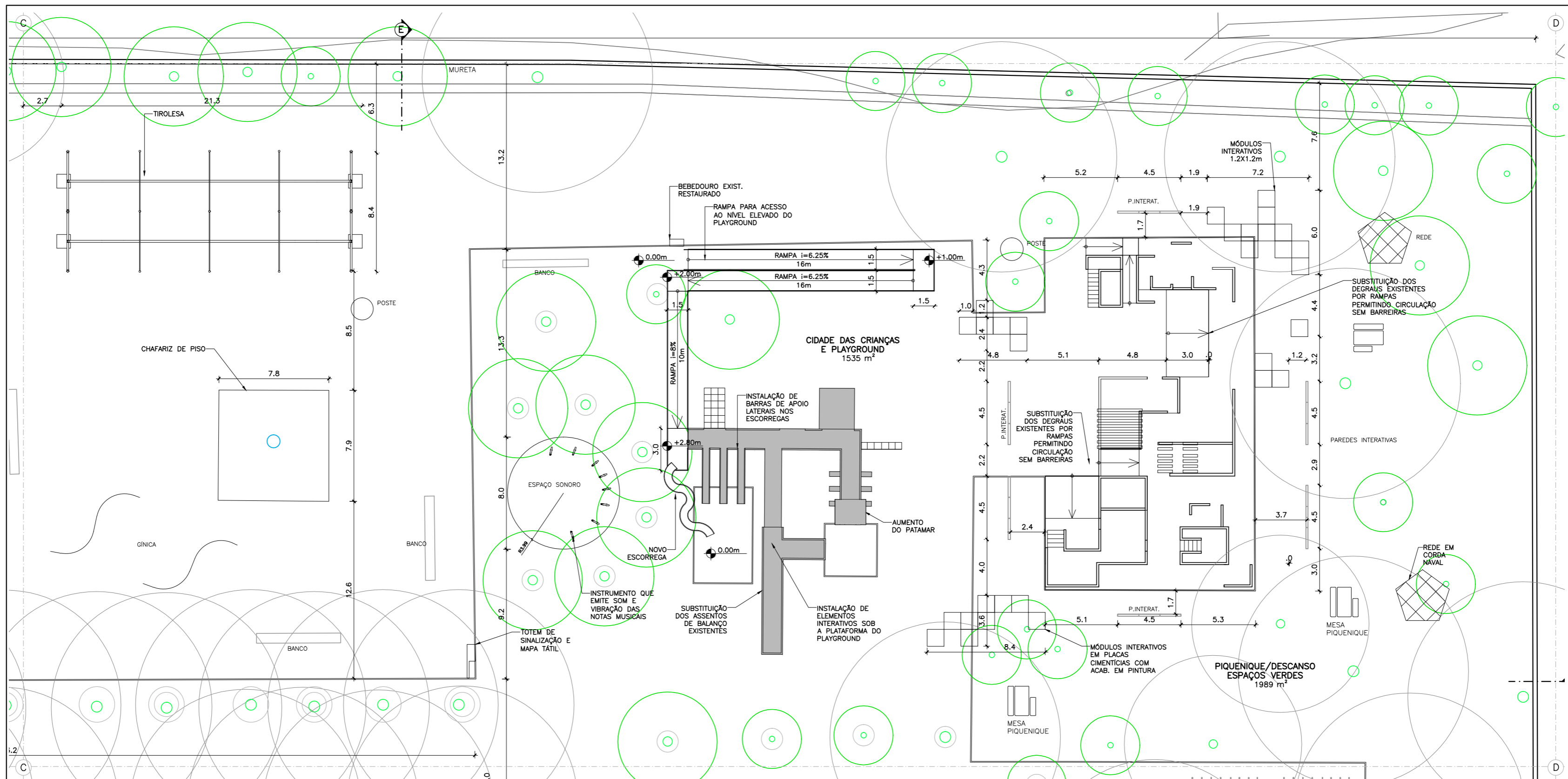
DESENHO: PLANTA BAIXA AMPLIAÇÃO TRECHO 1 (PROJETO DE INTERVENÇÃO)

PROJETO: LUCIANA BERNARDES SECRON	DATA: SET/2019	ESCALA: 1/250	APÊNDICE: 06
--------------------------------------	-------------------	------------------	------------------------



01 PLANTA BAIXA AMPLIAÇÃO (TRECHO 2)
1/250

02 PLANTA CHAVE
1/5000



01 PLANTA BAIXA AMPLIAÇÃO (TRECHO 3)
1/250

02 PLANTA CHAVE
1/5000



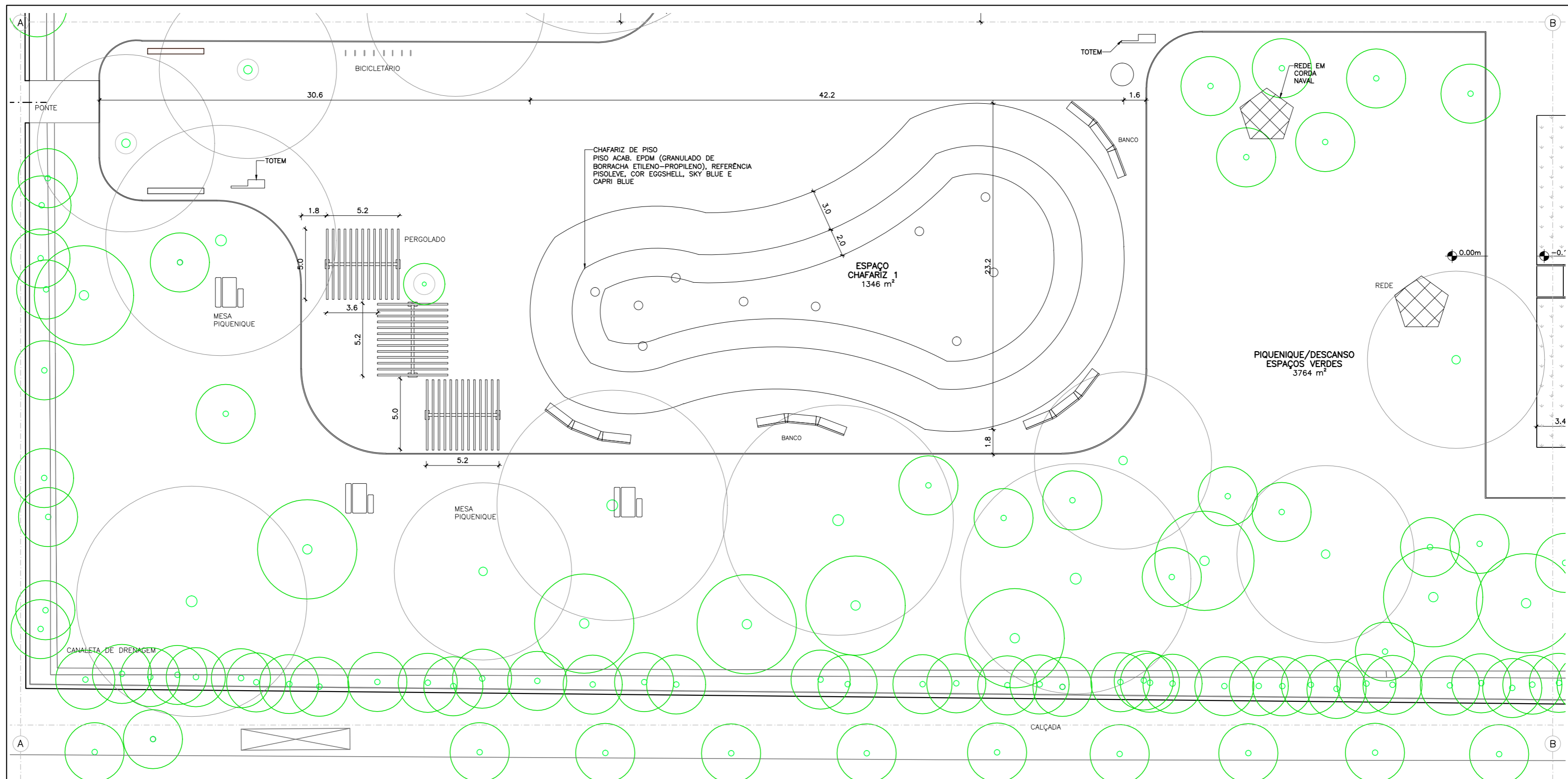
Projeto e Patrimônio
MESTRADO PROFISSIONAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA
MESTRADO PROFISSIONAL EM PROJETO E PATRIMÔNIO

ESPAÇO DE LAZER ACESSÍVEL – UMA INTERVENÇÃO NO PARQUE DO FLAMENGO

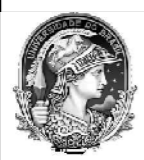
DESENHO: PLANTA BAIXA AMPLIAÇÃO TRECHO 3 (PROJETO DE INTERVENÇÃO)

PROJETO:	DATA:	ESCALA:	APÊNDICE:
LUCIANA BERNARDES SECRON	SET/2019	1/250	08



01 PLANTA BAIXA AMPLIAÇÃO (TRECHO 4)
1/250

02 PLANTA CHAVE
1/5000

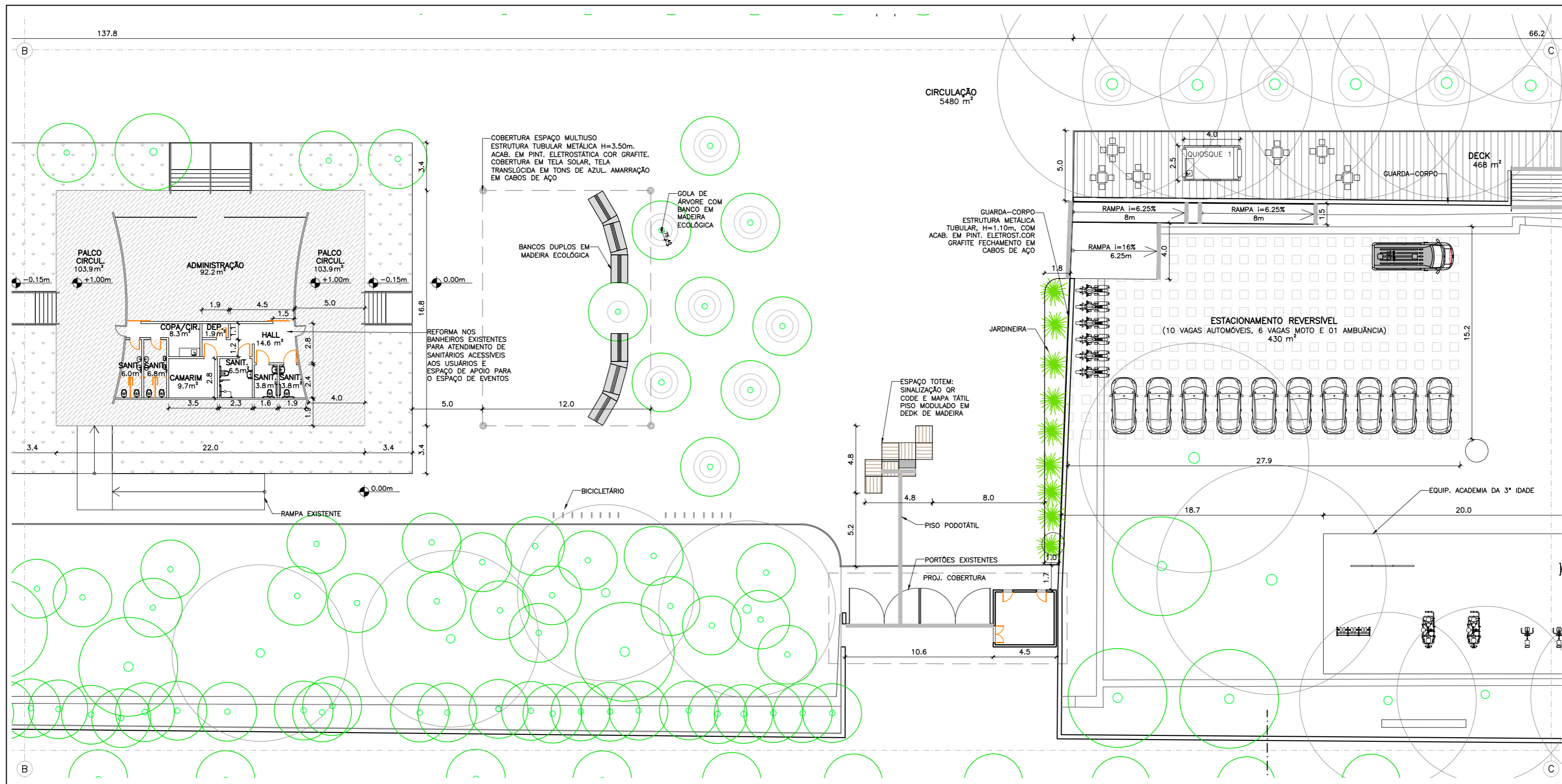


Projeto e Patrimônio
MESTRADO PROFISSIONAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA
MESTRADO PROFISSIONAL EM PROJETO E PATRIMÔNIO

ESPAÇO DE LAZER ACESSÍVEL – UMA INTERVENÇÃO NO PARQUE DO FLAMENGO

DESENHO: **PLANTA BAIXA AMPLIAÇÃO TRECHO 4 (PROJETO DE IINTERVENÇÃO)**

PROJETO: LUCIANA BERNARDES SECRON	DATA: SET/2019	ESCALA: 1/250	APÊNDICE: 09
--------------------------------------	-------------------	------------------	------------------------



01 PLANTA BAIXA AMPLIAÇÃO (TRECHO 5)
1/250

02 PLANTA CHAVE
1/5000



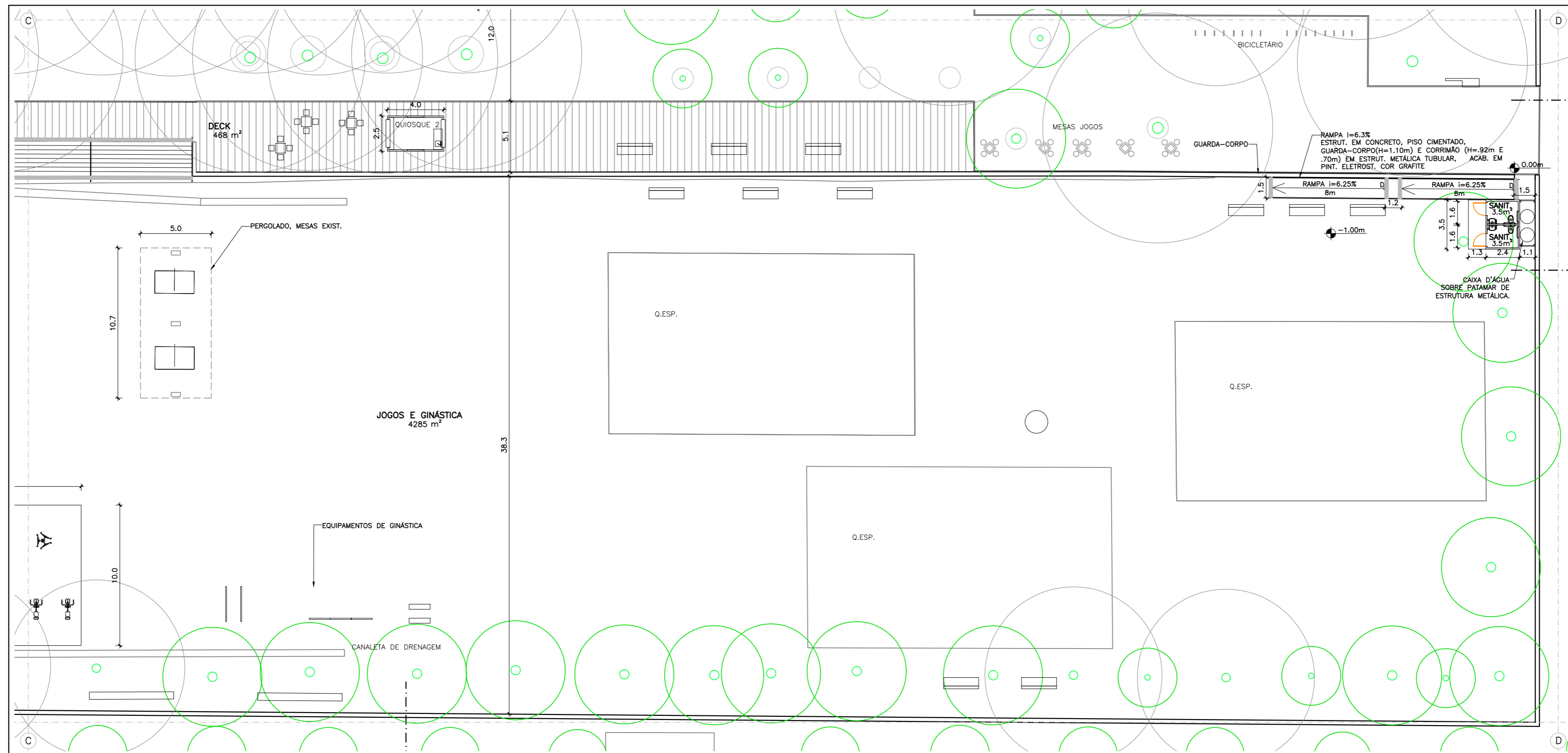
Projeto e Patrimônio
MESTRADO PROFISSIONAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA
MESTRADO PROFISSIONAL EM PROJETO E PATRIMÔNIO

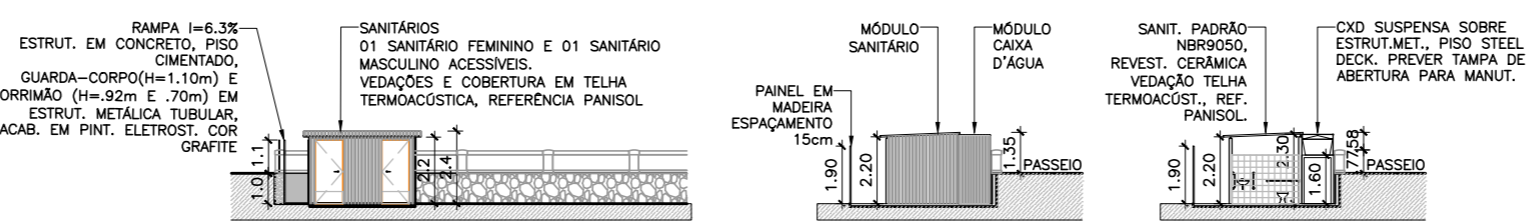
ESPAÇO DE LAZER ACESSÍVEL – UMA INTERVENÇÃO NO PARQUE DO FLAMENGO

DESENHO: **PLANTA BAIXA AMPLIAÇÃO TRECHO 5 (PROJETO DE INTERVENÇÃO)**

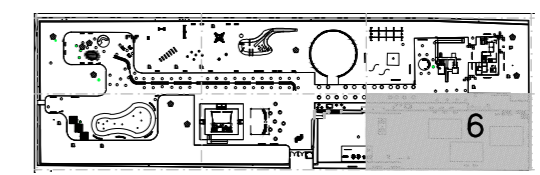
PROJETO: LUCIANA BERNARDES SECRON	DATA: SET/2019	ESCALA: 1/250	APÊNDICE: 10
--------------------------------------	-------------------	------------------	------------------------



01 PLANTA BAIXA AMPLIAÇÃO (TRECHO 6)
1/250



02 VISTAS SANITÁRIOS
1/250



03 PLANTA CHAVE
1/5000



Projeto e Patrimônio
MESTRADO PROFISSIONAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA
MESTRADO PROFISSIONAL EM PROJETO E PATRIMÔNIO

ESPAÇO DE LAZER ACESSÍVEL – UMA INTERVENÇÃO NO PARQUE DO FLAMENGO

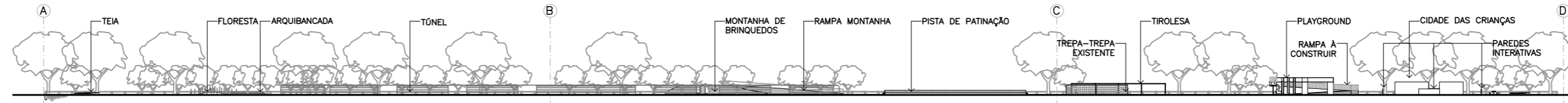
DESENHO:
PLANTA BAIXA AMPLIAÇÃO TRECHO 6 / VISTAS SANITÁRIO (PROJ. DE INTERV.)

PROJETO:
LUCIANA BERNARDES SECRON

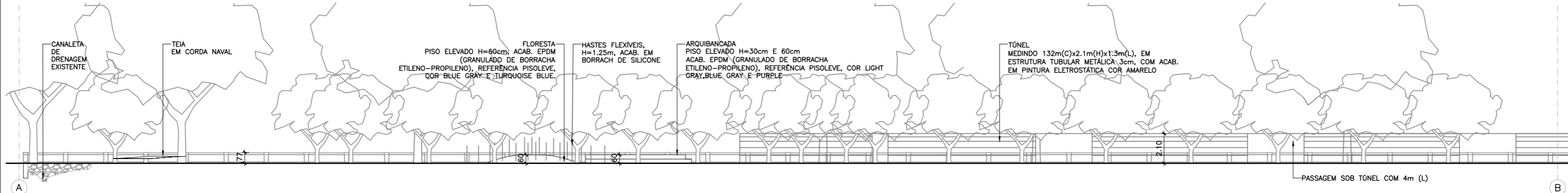
DATA:
SET/2019

ESCALA:
1/250

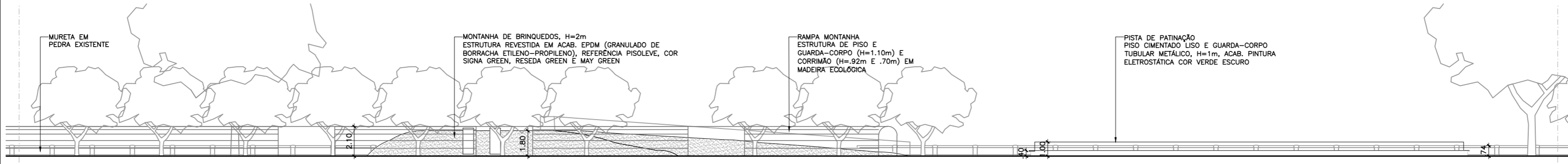
APÊNDICE:
11



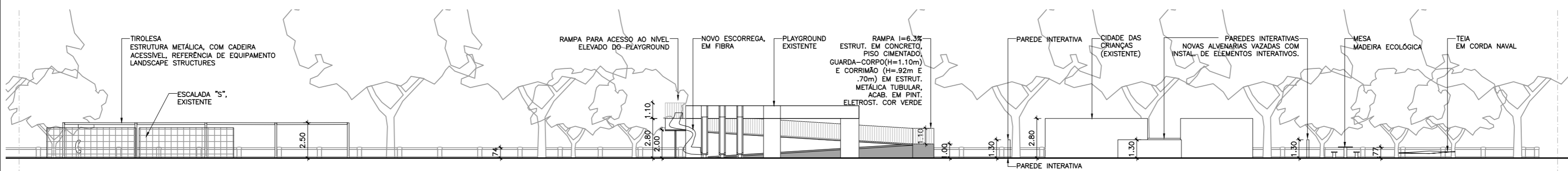
1 CORTE A – PROJETO DE INTERVENÇÃO
ESCALA: 1/1000



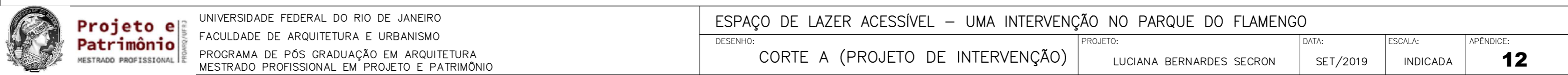
2 CORTE A (TRECHO AB)
ESCALA: 1/250



3 CORTE A (TRECHO BC)
ESCALA: 1/250



4 CORTE A (TRECHO CD)
ESCALA: 1/250



Projeto e Patrimônio
MESTRADO PROFISSIONAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA
MESTRADO PROFISSIONAL EM PROJETO E PATRIMÔNIO

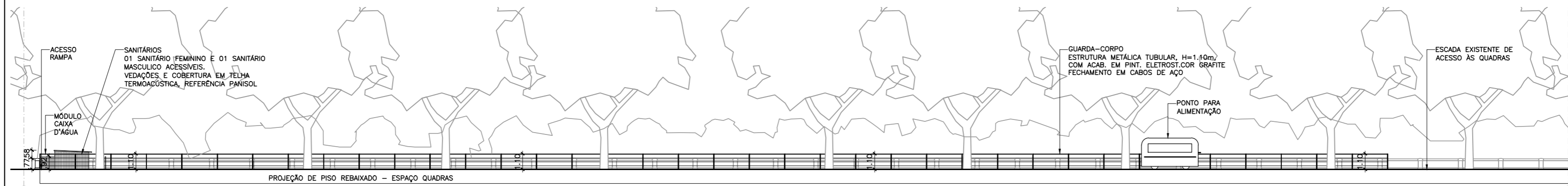
ESPAÇO DE LAZER ACESSÍVEL – UMA INTERVENÇÃO NO PARQUE DO FLAMENGO

DESENHO: CORTE A (PROJETO DE INTERVENÇÃO)	PROJETO: LUCIANA BERNARDES SECRON	DATA: SET/2019	ESCALA: INDICADA	APÊNDICE: 12
-----------------------------------------------------	--------------------------------------	-------------------	---------------------	------------------------



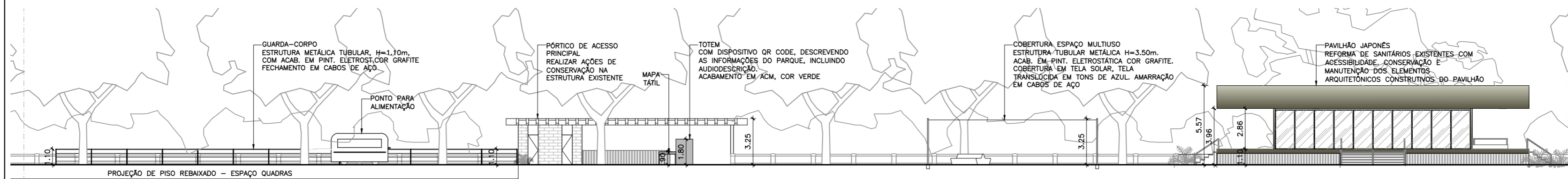
1 CORTE B – PROJETO DE INTERVENÇÃO

ESCALA: 1/1000



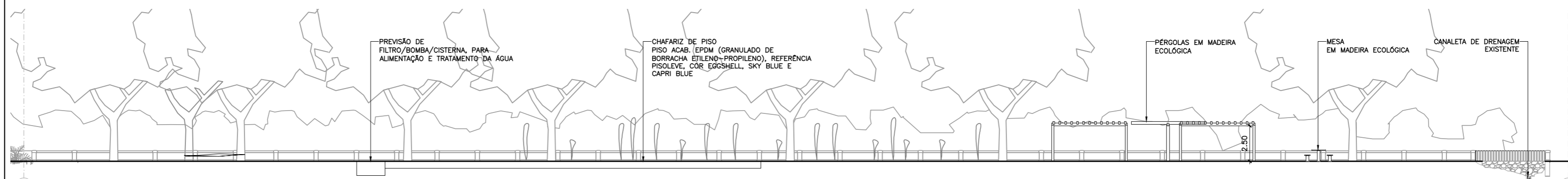
2 CORTE B (TRECHO DC)

ESCALA: 1/250



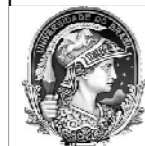
3 CORTE B (TRECHO CB)

ESCALA: 1/250



4 CORTE B (TRECHO BA)

ESCALA: 1/250

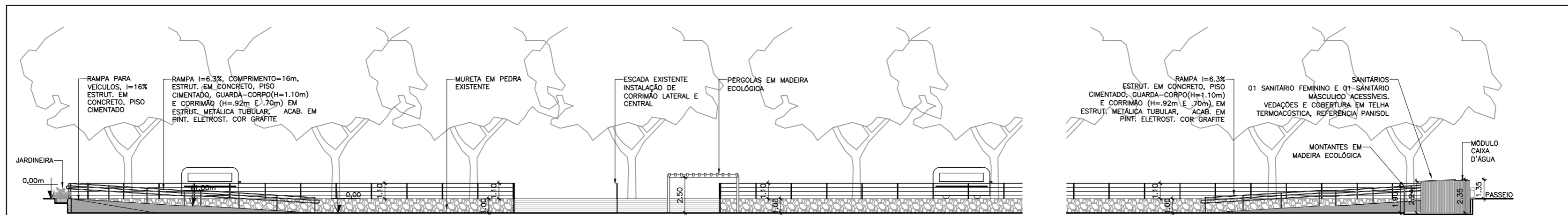


Projeto e Patrimônio
MESTRADO PROFISSIONAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA
MESTRADO PROFISSIONAL EM PROJETO E PATRIMÔNIO

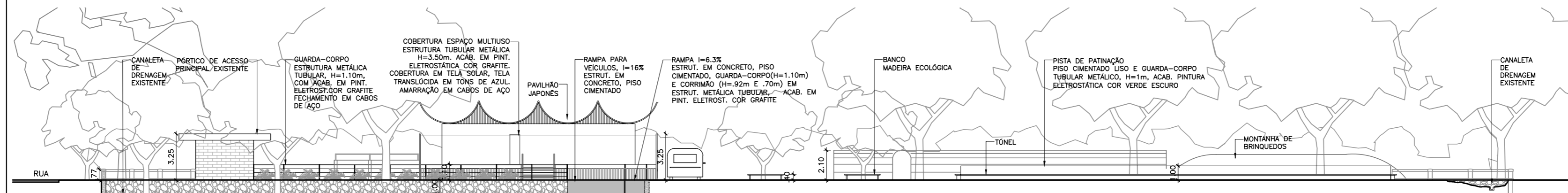
ESPAÇO DE LAZER ACESSÍVEL – UMA INTERVENÇÃO NO PARQUE DO FLAMENGO

DESENHO: CORTE B (PROJETO DE INTERVENÇÃO)	PROJETO: LUCIANA BERNARDES SECRON	DATA: SET/2019	ESCALA: INDICADA	APÊNDICE: 13
-----------------------------------------------------	--------------------------------------	-------------------	---------------------	------------------------



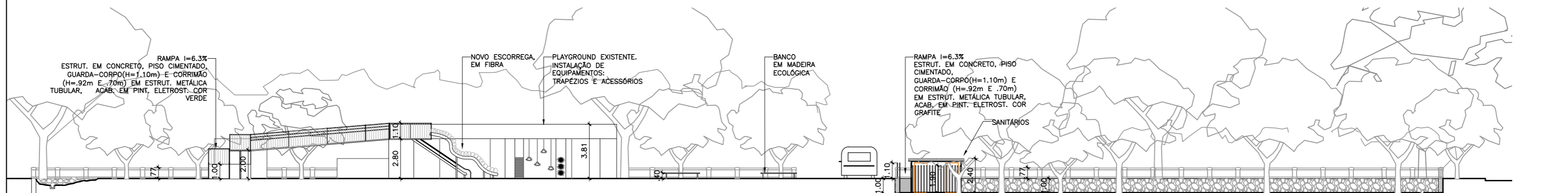
1 CORTE C – PROJETO DE INTERVENÇÃO

ESCALA: 1/250



2 CORTE D – PROJETO DE INTERVENÇÃO

ESCALA: 1/250



3 CORTE E – PROJETO DE INTERVENÇÃO

ESCALA: 1/250



Projeto e Patrimônio
MESTRADO PROFISSIONAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA
MESTRADO PROFISSIONAL EM PROJETO E PATRIMÔNIO

ESPAÇO DE LAZER ACESSÍVEL – UMA INTERVENÇÃO NO PARQUE DO FLAMENGO

DESENHO:
CORTE C, D, E (PROJETO DE INTERVENÇÃO)

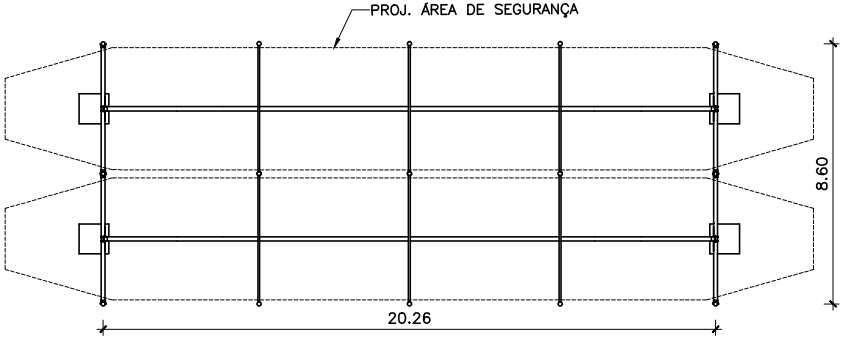



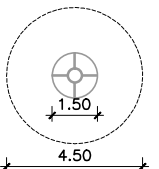

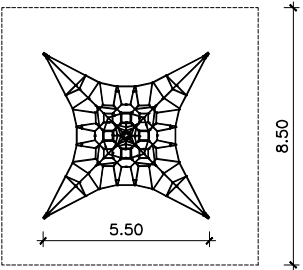
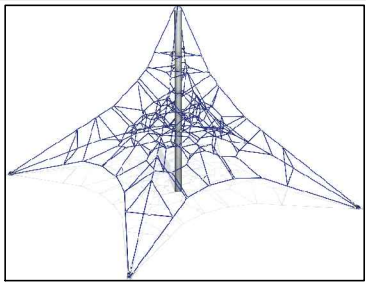
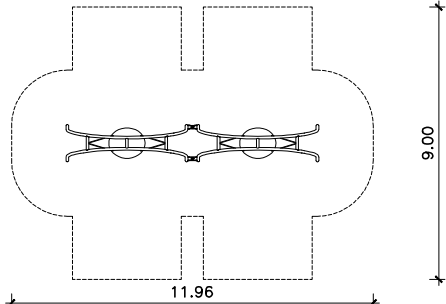

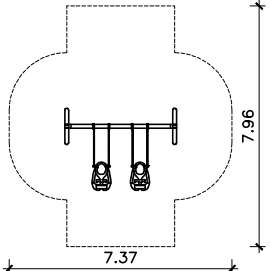

PROJETO:
LUCIANA BERNARDES SECRON

DATA:
SET/2019

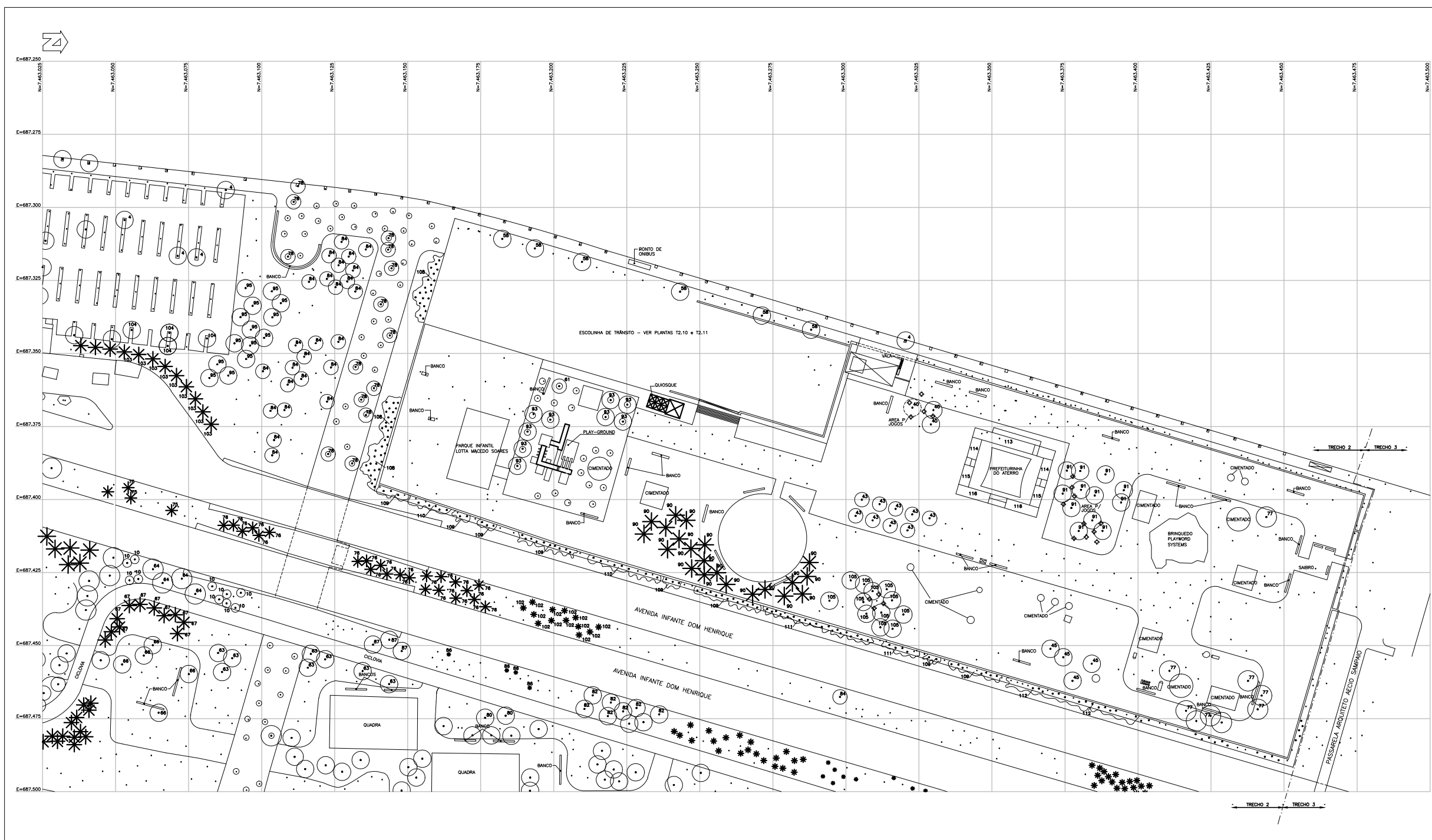
ESCALA:
1/250

APÊNDICE:
14

LISTA DE REFERÊNCIAS DE EQUIPAMENTOS DE LAZER UTILIZADOS NO PROJETO: FORNECEDOR LANDSCAPE STRUCTURES, INC.

EQUIPAMENTO	DESENHO TÉCNICO	IMAGEM	EQUIPAMENTO	DESENHO TÉCNICO	IMAGEM
TIROLESA (FREESTANDING PLAY)			CORDAS VIBRANTES (VIBRA CHIMES)		
GIRA-GIRA (WE GO ROUND)			TEIA		
BALANÇO DUPLO, DISCO (DOOBLE OODLE)			BALANÇO DUPLO, CADEIRA (ARCH-SWING-MOLDED-BUCKET)		

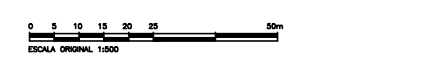
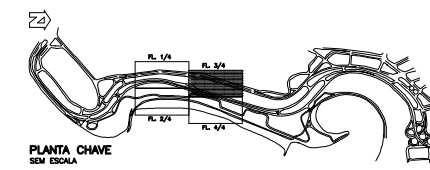




LISTA ACRÉSCIMO DE VEGETAIS

Nº	ESPÉCIE	ALT. MFL.	ESPAÇ.	QUANT.
4	Fuchsia aquatic			4
10	Plumiera rubra (branco)			10
40	Cestrum echinoid			3
43	Buddleia variegata var. alba			9
45	Parasitococcus ellipticum			4
48	Delonix regia			10
58	Cassipouira hirsutissima			6
61	Minusa coriacea			1
63	Terminalia catappa			8
64	Lycilia pilosus			4
66	Hibiscus lilaceus			5
67	Guzmania mala			9
70	Lantana cameronii			3
76	Lantana chinensis			23
77	Citrus foeniculifera			7
78	Tabebuia sp			14
80	Ficus lyrata			2
82	Enterolobium contortifolium			7
84	Tabebuia pallida			26
86	Hypocheris verschaffeltii			4
87	Vitis montevideensis			3
90	Acacia eugeniifolia			21
91	Paspalum dubium			12
92	Inga edulis			9
93	Tabebuia roseo-alba			9
95	Erythrina velutina			14
102	Coccoloba sp			13
103	Psychosperma macarthurii			9
104	Senna alamae			4
105	Agave alba			13
108	Bougainvillea spectabilis (rosa)	2,50x2,00		56
109	Callandrea surinamensis	2,50x2,00		43
110	Bougainvillea spectabilis (laranja)			12
111	Bougainvillea spectabilis (vermelha)			24
112	Bougainvillea spectabilis (branco)			14
113	Cinnam mombin	10/m2	1400	
114	Lantana camara (rosa)	16/m2	1500	
115	Lantana camara (amarelo)	16/m2	1536	
116	Plumbago capensis	10/m2	1536	

- LEGENDA:
- ÁRVORE E PALMEIRA EXISTENTE
 - CAIXA DE ÁRVORE
 - ÁRVORE PROPOSTA
 - ✱ PALMEIRA PROPOSTA
 - ÁRVORE TRANSPLANTADA
 - ✪ ARBUSTO PROPOSTO



03	09/03/09	REVISÃO GERAL	CAVALARI
02	09/03/09	REVISÃO GERAL	CAVALARI
01	20/05/08	REVISÃO GERAL	S.A.
REV.	DATA	CONT. / OBS.	USO

Riomar
 PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
iplanRIO
 Empresa Municipal de Informática e Planejamento S.A.
 Diretoria de Projetos - DPR

BURLE MARX & CIA. LTDA.
 Horacio de Oros
 Diretor Geral
 Denise Pinheiro
 Sônia Braga
 Rio de Janeiro - RJ/03/98
 Fone: 2506-1371/14

PROJETO: PARQUE DO FLAMENGO - RECUPERAÇÃO PAISAGÍSTICA
 DATA: 16/03/98
 ESCALA: 1:500
 DISCIPLINA: PAISAGISMO
 REVISÃO: PAVIMENTAÇÃO FINAL E ACRÉSCIMOS VEGETAIS
 DATA: 1.2-9 - FL. 3/4-REV.03
 COORDENADOR (PLANO): Cláudio Escarlate
 SUPERVISOR (PLANO): Olga Maria Esteves completa
 iplanRIO DATA RECEBIMENTO DATA APROVAÇÃO ASSINATURA CÍRCULO

1 PLANTA BURLE MARX DE ACRÉSCIMOS VEGETAIS



Projeto e Patrimônio
 MESTRADO PROFISSIONAL
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
 FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
 PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA
 MESTRADO PROFISSIONAL EM PROJETO E PATRIMÔNIO

ESPAÇO DE LAZER ACESSÍVEL – UMA INTERVENÇÃO NO PARQUE DO FLAMENGO

DESENHO: PLANTA BURLE MARX DE ACRÉSCIMOS VEGETAIS	PROJETO: LUCIANA BERNARDES SECRON	DATA: SET/2019	ESCALA: GRÁFICA	APÊNDICE: 17
-------------------------------------------------------------	--------------------------------------	-------------------	--------------------	------------------------



Projeto de Pesquisa: **Espaço de lazer acessível – uma intervenção no Parque do Flamengo**

Pesquisador responsável: Luciana Bernardes Secron / contato: (21)-99991-4443

(Apêndice 18 – Modelo TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Seu filho (a) ou menor de sua responsabilidade está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa “Espaço de lazer acessível – uma intervenção no Parque do Flamengo”

Esse estudo que tem como objetivo projetar a acessibilidade na área de lazer infantil do Parque das Crianças, localizado no Parque do Flamengo na cidade do Rio de Janeiro.

O projeto de pesquisa faz parte do projeto de mestrado profissional do programa de pós-graduação em arquitetura da UFRJ, que estou desenvolvendo sob a orientação da professora Cristiane Rose Duarte, e que será apresentado como dissertação de mestrado. Este projeto procura fazer a reflexão acerca da acessibilidade da criança ao espaço público, tornando o local um verdadeiro espaço de inclusão social.

A participação no estudo consiste em uma atividade (dinâmica) em campo (Parque das Crianças) com o menor, fazendo um percurso pelo espaço pelo do parque. A partir de suas experiências e sentimentos, este será solicitado a transmitir suas percepções em relação ao parque, em relação ao ambiente existente e ao lugar que gostaria de ter para frequentar. As percepções poderão ser transmitidas através da verbalização e ou através de desenhos. Não haverá questionário formulado de perguntas. As informações coletadas auxiliarão na elaboração do projeto de arquitetura, buscando aproximar os desejos do usuário com o espaço, que é um parque infantil.

A dinâmica tem uma previsão de duração de aproximadamente vinte minutos. Durante a atividade de percurso no parque, existe o risco do menor se sentir constrangido em expor seus pensamentos. O menor que participar da dinâmica terá sua identidade preservada e poderá desistir do experimento sempre que assim o desejar. Seus pensamentos e desejos expostos na atividade apresentam um benefício de contribuição para uma análise do espaço pela ótica das crianças no intuito de planejar um espaço para elas.

As atividades serão fotografadas e registradas em caderno de campo do pesquisador para posterior transcrição e análise dos dados. As informações serão tratadas com sigilo quanto a identidade do participante, assim como o mesmo ou seu respectivo responsável, terá autonomia e direito de limitar a exposição de sua intimidade e imagem pessoal. **Está garantido o direito**



ao sigilo e à confidencialidade das informações prestadas, bem como de decidir, dentre as informações que serão fornecidas, as que podem ser tratadas de forma pública. A pesquisadora se compromete a utilizar a informações obtidas somente conforme os objetivos propostos pela pesquisa. (Resolução CNS 510/2016, Artigo 9º, Inciso V; Artigo 17, Inciso IV). Os objetivos visam entender as percepções do usuário com o parque e assim poder desenvolver um projeto de ambiência acolhedora e que atenda a todos os usuários, sem barreiras para as pessoas com deficiência.

Os resultados serão apresentados em congressos científicos e publicados em revistas especializadas.

A pesquisadora também se compromete a divulgar para o participante os resultados da pesquisa, em formato acessível (Resolução CNS nº 510/2016, Artigo 3º, Inciso IV), que poderá ser apresentado em cópia impressa e também em formato eletrônico.

Não haverá benefícios diretos aos participantes desta pesquisa. Não haverá despesas pessoais para você em qualquer fase do estudo; também não há pagamento ou qualquer tipo de compensação financeira por sua participação na pesquisa.

Em qualquer etapa do estudo, você terá acesso à pesquisadora responsável, Luciana Bernardes Secron, que pode ser encontrada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Campus Cidade Universitária, situado a Av. Pedro Calmon, 550 4º Andar, sala 433, ou através do telefone (21) 3938-1661 e celular: (21) 99991-4443.

Se houver algum dano decorrente da pesquisa, você terá direito a solicitar indenização através das vias judiciais (Código Civil, Lei 10.406/2002, Artigos 927 a 954 e Resolução CNS nº 510/2016, Artigo 19).

As condições para o desenvolvimento da pesquisa e a responsabilidade pelo armazenamento das informações colhidas caberão à Universidade Federal do Rio de Janeiro, através da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Os dados serão utilizados apenas nesta pesquisa.

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Hospital Universitário Clementino Fraga - HUCFF/UFRJ – R. Prof. Rodolpho Paulo Rocco, nº255, Cidade Universitária/Ilha do Fundão – 7º andar, Ala E – Telefone: 3938-2480, de segunda a sexta-feira, das 8 às 16horas, ou por meio do email: cep@hucff.ufrj.br.



É garantida sua liberdade em não querer participar da pesquisa ou retirar o consentimento a qualquer momento **da pesquisa, sem prejuízo algum (Resolução CNS 510/2016, Artigo 17, Inciso III).**

Você receberá uma via deste documento, assinada por você e ou representante legal, pela pesquisadora e rubricada em todas as páginas po ambos (Resolução CNS nº 510/2016, Artigo 17, Inciso X).

CONSENTIMENTO

Declaro que li e concordo em participar da pesquisa. Acredito estar suficientemente esclarecido a respeito do estudo acima descrito, cujas informações foram apresentadas para mim. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, assim como as garantias de sigilo e esclarecimento permanente.

Nome do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa

Data: ____/____/____

- Para menores de 18 anos, analfabetos, semi-analfabetos ou portadores de deficiência auditiva ou visual

Nome do representante legal

Assinatura do representante legal

Data: ____/____/____

Nome do pesquisador responsável

Assinatura do pesquisador responsável

Data: ____/____/____



AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E/OU VOZ

Marque com um X sobre a autorização de uso de imagem e/ou voz.

“sim, autorizo a divulgação da minha imagem e/ou voz” _____

ou

“não, não autorizo a divulgação da minha imagem e/ou voz” _____

Nome do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa

Data: ____/____/____

- Para menores de 18 anos, analfabetos, semi-analfabetos ou portadores de deficiência auditiva ou visual

Nome do representante legal

Assinatura do representante legal

Data: ____/____/____

Nome do pesquisador responsável

Assinatura do pesquisador responsável

Data: ____/____/____